

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA

30 DE ABRIL DE 2010

No dia 30 de Abril, pelas 09 horas e 30 minutos, no Auditório Municipal de Mirandela, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Mirandela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1- ACTAS – Leitura, discussão e votação da acta da sessão ordinária de 26 de Fevereiro de 2010.
- 2- PÚBLICO – 1.º Período de Intervenção.
- 3- Período de Antes da Ordem do Dia.
- 4- Período da Ordem do Dia:
 - 4.1- Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea e) do art.º 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.
 - 4.2- Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2009 - CMM
 - 4.3- Relatório e Conta de Gerência de 2009 – SMA.
 - 4.4- Inventário de Bens Direitos e Obrigações Patrimoniais da Autarquia – 2009.
 - 4.5- 1.ª Revisão Orçamental – SMA.
 - 4.6- Conselho Municipal de Educação – Composição.
 - 4.7- Adesão à Qualifica – Associação Nacional de Municípios e de Produtores para a Valorização e Qualificação dos Produtos Tradicionais Portugueses.
 - 4.8- Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças
- 5- Outros Assuntos de Interesse para o Município.
- 6- PÚBLICO – 2.º Período de Intervenção.

Constituição da Mesa:

A Mesa foi constituída pelos seguintes membros:

PRESIDENTE.....	José Manuel Pavão
1.º SECRETÁRIO.....	Rui Fernando Moreira Magalhães
2.º SECRETÁRIO.....	Humberto António Cordeiro

Verificação de presenças:

Conferida a folha de ponto, verificou-se haver um total de 65 presenças, pelo que o senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão dado estar presente a maioria dos seus membros, tendo totalizado 67 membros no decorrer da sessão.

Membros em falta:

Elina Marlene Sousa Fraga, Maria de Fátima Seixas Aranda, Fernando Manuel Gomes Alves, Carlos José Fraga, Valdemar dos Santos Barreira, Paulo Jorge Morais Pontes, Cristina Maria Ferreira Passas e Paula Maria Pereira N. Lopes Garcia.

Justificação de Faltas:

- José Baltazar Gomes Aguiar: sessão de 21 de Dezembro de 2009.
- Maria de Fátima Seixas Aranda: sessão de 30 de Abril de 2010

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas mencionadas.

Presidente da Assembleia Municipal:

Já temos quórum. Eu pedia o favor aos senhores Deputados e demais pessoas deste auditório de se sentarem nos seus lugares e pedia também o favor de fecharem as portas.
Vamos dar início a esta sessão da Assembleia Municipal.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores, Sr.ª s. Deputadas e Srs. Deputados, Sr.ª s Autoridades aqui presentes ou representantes e Comunicação Social.

Uma saudação muito especial e muito viva aos nossos jovens que estão hoje aqui, a quem eu saúdo desde já dum modo muito ligeiro. Vejo com muito carinho e com muito gosto a sua presença nesta Assembleia. No início da legislatura de há 8 anos tentámos dinamizar este aspecto dos jovens das nossas escolas virem até cá. Sei que no programa vai constar algum movimento de saudação especial dos partidos e a seu tempo falaremos disso.

Peço ao Sr. Secretário o favor de dar a informação da parte da correspondência e outros elementos.

Secretário da Assembleia Municipal Rui Magalhães:

Bom-dia a todos. Para além da correspondência que vocês receberam, queria também dar-lhes conta do pedido do Agrupamento Vertical de Escolas Luciano Cordeiro para estar hoje aqui presente com 198 alunos, actividade essa que está contemplada no respectivo Plano Anual de Actividades do Agrupamento.

Uma justificação de falta da Deputada Municipal Marisa de Fátima Seixas Aranda que, por motivos profissionais, não pôde estar hoje aqui presente. Acabou mesmo agora de chegar ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal o Regimento da Assembleia Intermunicipal, que a seu tempo será dado a conhecer aos restantes Deputados Municipais. Quanto a correspondência é tudo.

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA DE 26 DE FEVEREIRO A 13 DE ABRIL 2010

DATA	REMETENTE	ASSUNTO
03.03.2010	Adérito Pires	Justificação de falta
03.03.2010	ANMP	Boletim nº 188
04.03.2010	António Fernandes	Questões sobre Saúde e CHNE
08.03.2010	António Figueiredo	Justificação de falta
11.03.2010	CM de Câmara de Lobos	Agradecimento pela manifestação de apoio
17.03.2010	Assembleia Legislativa da Madeira	Agradecimento pela manifestação de apoio
17.03.2010	Assembleia Municipal do Funchal	Agradecimento pela manifestação de apoio
17.03.2010	CM do Funchal	Agradecimento pela manifestação de apoio
24.03.2010	"Os Verdes"	Propostas de aditamento ao OGE
25.03.2010	ANMP	Intempéries na Madeira
07.04.2010	IHRU	Boletim Informativo nº 18
07.04.2010	ANMP	Intempéries na Madeira e Boletim nº 189

CORRESPONDÊNCIA ENVIADA 26 FEVEREIRO A 13 DE ABRIL DE 2010

DATA	DESTINATÁRIO (S)	ASSUNTO
26.02.2010	CM de Câmara de Lobos	Voto de pesar e solidariedade
26.02.2010	Assembleia Legislativa da Madeira	Voto de pesar e solidariedade
26.02.2010	Assembleia Municipal do Funchal	Voto de pesar e solidariedade
26.02.2010	Assembleia Municipal do Funchal	Voto de pesar e solidariedade
26.02.2010	CM do Funchal	Voto de pesar e solidariedade
26.02.2010	AM de Câmara de Lobos	Voto de pesar e solidariedade
26.02.2010	Governo Regional da Madeira	Voto de pesar e solidariedade

NOTA: Foi também enviada correspondência vária para os membros da Assembleia Municipal, órgãos da comunicação social local e vereadores sobre a convocatória e documentação da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 30 de Abril de 2010.

PONTO 1: ACTAS – LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2010.

Presidente da Assembleia Municipal:

Vamos então passar à aprovação da acta que todos os Deputados receberam como tem sido regra. O Sr. Deputado está a pedir a palavra para este efeito? Tenha a bondade.

Deputado Municipal Miguel Ângelo (PS):

Obrigado Sr. Presidente.

Bom-dia. Aproveito para, na sua pessoa, cordialmente cumprimentar todos os presentes nesta Assembleia e, em particular, esta surpresa que tivemos hoje de manhã de termos aqui uma assistência tão jovem, jovens donde provavelmente sairão alguns elementos que passarão lá de trás cá para a frente e é bom sentir que esta população mais jovem contacta com os órgãos da Autarquia.

Sr. Presidente, apresentei previamente à realização desta Assembleia, através de uma mensagem por correio electrónico dirigida ao 1º Secretário da Mesa, 83 propostas de alteração à acta da última sessão do dia 26 de Fevereiro de 2010. *Trataram-se*, sobretudo, de correcções ortográficas e de pontuação mas aquelas 83 propostas de alteração incluíam também algumas, ainda que ligeiras, alterações de texto.

Aproveito para sublinhar que não tive qualquer intenção de pôr em causa a competência de quem foi incumbido de elaborar a acta. Muito pelo contrário, a minha iniciativa deve ser interpretada pelo respeito do trabalho do ou dos funcionários da Autarquia designados para essa tarefa hercúlea de audição de horas de debate e transcrição de textos e, por isso, aqui presto o meu reconhecimento pelo profissionalismo demonstrado.

A 3

As alterações apresentadas procuraram não modificar o sentido das declarações proferidas, as quais são provavelmente resultado de uma transcrição directa, sem qualquer ajuste do registo áudio.

Como sabe, Sr. Presidente, no discurso de improviso são por vezes acrescentadas ou omitidas pequenas partículas linguísticas que no momento pouco prejudicam a percepção do que se pretende afirmar mas que, quando transcritas, tornam a leitura difícil e o sentido das declarações ainda mais.

Face ao exposto, gostaria de colocar ao Sr. Presidente duas questões. Em primeiro lugar, saber se foram aceites ou não as 83 propostas de alteração que apresentei e, em caso negativo ou no caso de algumas delas não terem sido aceites, qual ou quais as razões para tanto. E em segundo, sendo certo que o Regimento no seu artigo 31º não obriga a que as actas sejam a transcrição *ipsis verbis* daquilo que aqui foi dito, permitindo, portanto, pequenas alterações que não adulterem o sentido do discurso, pergunto: quais os critérios seguidos na introdução destes ajustes?

Muito obrigado.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

Sr. Presidente, muito bom-dia. Bom-dia também aos presentes.

Na última assembleia abordei o tema da mobilidade interna no concelho de Mirandela e aproveito para lembrar a Vª. Ex.ª o compromisso da marcação de uma assembleia para esse efeito.

A certa altura foi transcrito que o custo de passagem de ida e volta é de 2,60 € entre a Bouça e Mirandela e deveria estar "o custo de passagem de ida ou de volta é de 2,60 €". Portanto, é 2,60 € por viagem e não para duas viagens. Sr. Presidente, muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Mais algum apontamento para a desejada aprovação da acta? Não há? Então a Mesa vai responder.

O Sr. Deputado Miguel Ângelo, a Mesa agradece os apontamentos que me parecem justos, oportunos e de grande rigor. Foram tidos em devida conta e naturalmente que a Mesa agradece essa preocupação de vigilância. Fez referência ao que o Regimento prevê e aponta, sendo certo também que, como é sabido, já estamos em pleno agendamento de reuniões para a revisão do Regimento. Naturalmente que o apontamento que fez vai ser tido em conta e, portanto, a partir deste momento estamos prontos para votar a acta.

Faz favor Sr. Deputado.

Deputado Municipal Miguel Ângelo (PS):

Obrigado Sr. Presidente, agradeço esse esclarecimento e agradeço a atenção para as propostas que eu apresentei.

Mas face a esse esclarecimento, havia uma questão que eu gostaria de acrescentar. É que na página 22 da acta da passada sessão de 26 de Fevereiro, quando se transcrevem as declarações do Sr. Presidente da Câmara em resposta à intervenção do meu camarada de bancada Jorge Pereira, refere-se que, e passo a citar, "legitimidade para levantar as questões tem mas agora o Presidente da Junta já não é o Jorge Pereira. Chama-se Maria da Piedade Trigo e acho que as pessoas também têm por tempos de ir engolindo essas questões".

Ora, Sr. Presidente, o que efectivamente o Sr. Presidente da Câmara disse, recordo, que as declarações estão registadas, a não ser que tenham sido já destruídas as gravações, foi mais ou menos o seguinte: "legitimidade para levantar as questões tem mas agora o Presidente da Junta já não é o Jorge Pereira; chama-se Maria não sei o quê e acho que as pessoas também têm por tempos de ir engolindo estas questões". O sentido daquilo que eu aqui trago é simplesmente este: se vai haver alteração do Regimento em termos de se regular a questão do registo áudio e melhorar aquilo que muitas vezes são lapsus linguae ou omissões ou acrescentos que se fazem por força do discurso ser um discurso de improviso ou de momento (não lido), então teria que haver espaço para nós podermos apreciar a minuta da acta antes de ela ter o seu figurino final, conforme é apresentada para ser aprovada na Assembleia.

No entanto, também por força desse Regimento, nós sabemos que as deliberações tomadas pela Assembleia só podem ter efeito imediato e eficácia imediata se a acta for aprovada de imediato. Estou-me a referir àquilo que a Lei 169/99 diz. Nesta circunstância, o que eu lhe proponha, Sr. Presidente, é que, e posso verter essa proposta noutra oportunidade de forma mais concreta, durante a assembleia sejam aprovados os textos das deliberações para que eles possam ter eficácia imediata e que todo o conjunto da minuta da acta seja submetida à apreciação dos grupos municipais que em cinco dias se poderão pronunciar sobre estas pequenas alterações e depois quando essa minuta vem e é distribuída para todos já está em melhores condições de ser aprovada.


Ou seja, não se prejudica, por um lado, a imediata eficácia daquilo que é deliberado na Assembleia e naturalmente que a versão final da acta que nos é remetida reflectirá com muito mais verdade e dirimidas todas as questões de lapsus linguae ou omissões que uma transcrição *add directa* permite. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado também. Temos dois pedidos de palavra. Um do grupo municipal do PSD e outro do Partido Socialista sobre esta matéria. Entretanto, antes de dar a palavra ao primeiro pedido que é do Deputado Humberto Dinis, a Mesa quer alertar a Assembleia para o seguinte: esta questão da redacção das actas e o do modo de apresentação tem sido motivo de discussão desde o primeiro momento em que aqui estivemos nesta Assembleia. É claro que há várias modalidades, desde a transcrição pura e com todo rigor até à autorização sobre a síntese.

A Mesa regista as introduções e as recomendações que o Sr. Deputado Miguel Ângelo fez. Vai ouvir os Srs. Deputados que pediram a palavra para o efeito, mas naturalmente que estas questões poderiam passar pelas comissões que o nosso Regimento prevê onde tais circunstâncias ou tais motivos poderiam ser revistos e depois apresentados, porque senão, como imaginam, as sessões da Assembleia prolongar-se-ão por muito tempo.

Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):



Sr. Presidente da Mesa, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara e Srs. Vereadores, Srs. Deputados Municipais, meus queridos amigos, muito bom-dia. É interessante como é que se complica e descomplica para que nada se faça.

Em primeiro lugar, quero dizer ao Sr. Deputado o seguinte:

O Sr. Deputado não tem o direito (nem a lei lho permite) de solicitar alterações de declarações de outros deputados municipais. Nenhum Deputado pode pedir que a acta seja alterada daquilo que ele disse nesta sessão. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto é que a lei diz que as actas não devem transcrever integralmente o que se passa numa Assembleia Municipal mas sim fazer um resumo das coisas importantes.

É evidente que, ao fazer uma transcrição e ao falar-se de improviso, muitas vezes o português fica...é como nós vemos às vezes no Executivo que aquilo nem são actas nem são nada. Então se visse as do mandato anterior. Aquilo até dava para rir. Mas é assim que querem, então que seja assim. Temos que aguentar com o português.

É o que acontece aqui. Fazendo transcrições na íntegra do que está na acta, o próprio pode contestar as suas declarações e não as dos outros membros da Assembleia Municipal ou de quem intervém. Aí não tem esse direito nem eu autorizo que alguém faça correcções na minha intervenção porque eu tenho que ser responsável por aquilo que digo.

Quanto às deliberações, a Mesa talvez tenha laborado num erro: é que em todas as legislaturas é feita uma proposta para que as deliberações sejam aprovadas em minuta e, ao serem aprovadas em minutas, entram imediatamente em execução. Se nós estivermos à espera que a acta seja aprovada passado dois ou três meses, então paramos aquilo que o Executivo tem que fazer.

Essa parece ser a estratégia do PS para o Governo e para o País. Mas aqui na Câmara de Mirandela, nós "maioria PSD" não vamos deixar fazer isso.

Secretário da Assembleia Municipal Rui Magalhães:

Eu nunca pensei que este assunto tivesse substância suficiente para estarmos aqui meia hora mas de qualquer maneira eu também queria dar a minha explicação sobre esta matéria.

O e-mail que o Deputado Miguel Ângelo enviou foi dirigido a mim como 1º Secretário da Mesa da Assembleia. Claro que o li com toda a atenção e respondi-lhe na altura certa. É só para esclarecer algumas situações.

Obviamente que, participando também na redacção das actas, não acolhi as 83 sugestões de alteração. E não acolhi por uma razão muito simples: há alterações que têm a ver sobretudo com verbos diferentes e com conteúdos de intervenção (na minha opinião) que não devem ser acolhidos.

Há outros que constam de intervenções de Deputados Municipais, eu vou apenas dar um exemplo:

Tenho aqui a intervenção do Deputado Jorge Pereira que diz:

"Neste período de tempos conturbados como os vivemos em completa oposição...". O Deputado Miguel Ângelo sugeriu que em vez de estar transcrito desta forma, estivesse: **"Neste período de tempos conturbados como os (que) vivemos..."**. Eu aqui não alterei porque o texto é do Deputado Municipal. Ele está escrito e foi entregue à Mesa desta forma e não me pareceu legítimo estar a efectuar essa alteração.

Só para dar apenas outro exemplo:

O Deputado Miguel Ângelo, na página 34, parágrafo 3, diz que deveria estar escrito **"quantos eventos aconteceram"**, em vez de **"quantos eventos ocorreram"**. É óbvio que não fizemos essa alteração porque aquilo que foi efectivamente dito pelo Deputado Municipal foi **"quantos eventos ocorreram"**. Penso que não tem grande importância dizer "ocorreram" ou "aconteceram".

Outra alteração sugerida pelo Deputado Miguel Ângelo foi a seguinte:

Em determinadas situações utiliza-se o **"xis isto"**, **"xis aquilo"**, e o Deputado Miguel Ângelo entende que se deve escrever só o **"x"**, em vez de se escrever o **"xis"**. Por curiosidade, fui à Internet e encontrei um livro de Laurinda Alves que se chama **"XIS IDEIAS PARA PENSAR"**, onde também está escrito o **"xis"**.

Nós não efectuamos esse tipo de alterações. No entanto, queria aqui realçar o esforço que fez o Deputado Miguel Ângelo, – é verdade que sim – porque teve o cuidado e o trabalho de propor alterações. Alteramos tudo o que fosse erros ortográficos, erros de transcrição de texto ou de algumas palavras que estavam incorrectamente escritas. Pode depois confrontar com a acta que vai ser publicada no Portal do Município para ver de facto que alterações é que foram acolhidas. Mas volto a dizer, não foram acolhidas todas as alterações.

Deputado Municipal Fernando Pilão (CDU):

Bom-dia a todos. Eu concordo com o que foi dito aqui pelo Sr. Deputado Humberto porque, em relação a alterações à acta, também não admito naturalmente que alterem aquilo que eu digo.

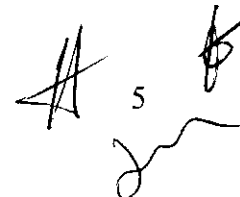
Foram apresentadas estas alterações como se fosse uma coisa de pontuação e nós sabemos que os pontos e as vírgulas têm muito que se lhe diga num texto. Não é só uma correcção de português porque todos sabemos que uma vírgula e um ponto alteram completamente o sentido de uma frase. Portanto, nesse aspecto concordo e não permito que aquilo que eu digo e da forma como está transcrito seja alterado e seja eu a pronunciar-me quanto a isso.

Segundo, eu estou a perceber que vai haver uma votação da acta com algumas alterações e eu queria saber que alterações é que foram acolhidas.

Secretário da Assembleia Municipal Rui Magalhães:

Sr. Deputado, se me permite, eu fui claro. As alterações que nós acolhemos tinham a ver com a falta de um assento ou de uma palavra. Por exemplo, lembro-me da palavra "assembleia" que tinha o "n" e o "m" juntos, ou seja, estava escrito "assenbleia". São correcções que são perfeitamente aceitáveis. Nós não alterámos o conteúdo da acta rigorosamente em nada.

Deputado Municipal Fernando Pilão (CDU):



Eu entendo isso, mas de qualquer maneira sejam as alterações que forem, eu acho que para votar uma acta com um assento circunflexo, com uma vírgula ou com um ponto, tenho que saber como o texto ficou redigido. Esta é a minha opinião e acho que relativamente ao voto sobre a acta, expressarei deste modo a minha opinião.

Relativamente também à acta, quero dizer que o Sr. Presidente da Câmara respondeu-me relativamente à estrada de Avidagos e eu não falei na estrada de Avidagos. Alguém teria falado e respondeu como se fosse eu a levantar essa questão. Também concordo que a acta não pode ser transcrita *ipsis verbis* como se ouve porque toda a gente sabe que qualquer acta tem que ser escrita por síntese ou resumo, não pode ser uma transcrição de conversa directa, pura e simples. Era só isto que eu queria deixar aqui.

Presidente da Assembleia Municipal:

Senhores Deputados, claro que a Mesa regista com agrado todos esses esforços e todas estas recomendações no sentido de que a acta traduza aquilo que todos nós por consenso desejamos. Naturalmente que nas comissões vamos fazer um esforço para clarificar essa questão. Julgo que estamos agora em condições de poder votar a acta anterior. Vamos então votá-la como é nossa regra e hábito.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Uma abstenção do Sr. Deputado Fernando Pilão.

Está aprovada por maioria com uma abstenção.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela deliberou, por maioria, com uma abstenção, aprovar a acta da sessão ordinária de 26 de Fevereiro de 2010.

PONTO 2 – 1.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidente da Assembleia Municipal:

Passamos então ao período do público. Há algum munícipe que se queira inscrever?

Deputada Municipal Maria Luisa Deimões (PSD):

Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Srs. Secretários da Mesa, Exm.º Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Membros da Assembleia e Público em geral. Esta assembleia tem hoje um colorido diferente. Temos entre nós os alunos do 2.º ano do Agrupamento de Escolas Luciano Cordeiro. Em nome do grupo do PSD, e penso que de toda a Assembleia, dou-vos as boas-vindas. E porque a cidadania também se aprende, é nosso desejo que a lição de hoje seja significativa nas vossas vidas e que seja um contributo válido na vossa formação de cidadãos livres, responsáveis e interventivos.

Presidente da Assembleia Municipal:

Mais alguma intervenção nesta matéria?

Algum munícipe que queira aproveitar este período que o programa prevê, aberto ao público? Não? Então em nome da Mesa fazemos uma saudação muito especial ao grupo de jovens alunos e alunas que estão hoje aqui connosco, o que nos dá uma enormíssima satisfação. Uma mensagem também de apreço e de consideração aos Srs. Professores que as acompanharam e que tiveram esta ideia.

Nós, como eu disse há pouco, tivemos sempre a preocupação de trazer as escolas do concelho a esta digna assembleia porque pensamos que este é o local representativo dos cidadãos do nosso concelho. É aqui que devemos debater os nossos problemas e é aqui que nós devemos traçar um rumo em acordo com o executivo que escolhermos, ouvindo os protestos, as reclamações, os esclarecimentos, como de resto tem sido apanágio desta Mesa, por vezes com alguma dificuldade, por vezes com alguma emoção, mas sempre com enormíssimo sentido de prestarmos serviço àqueles que nos elegeram.

Eu pedia aos Srs. Professores que expliquem depois nas escolas o que é uma assembleia, como é que funcionamos e que valor tem a representatividade do voto, a importância de sabermos votar em segredo, em consciência, sabendo escolher aquilo que queremos para apontar o nosso futuro.

Com uma palavra de agradecimento, com votos também, que se portem bem, que estejam atentos e que não se distraiam. Vamos continuar o nosso programa e vamos então para o Período Antes da Ordem do Dia.

PONTO 3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

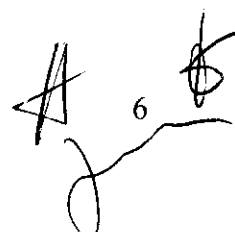
Secretário da Assembleia Municipal Humberto Cordeiro:

Inscreveram-se neste ponto de “Antes da Ordem do Dia” os seguintes Deputados Municipais: Eduarda Rosa, Luís Sousa, Fernando Pilão, Jorge Pereira, Baltazar Aguiar, Miguel Ângelo, Rita Messias, Adérito Pires, Vasco Saldanha e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia Rui Magalhães.

Presidente da Assembleia Municipal:

Estão dez inscrições para a primeira hora, o que quer dizer que, em princípio, cada deputado - segundo os bons princípios da aritmética - terá apenas seis minutos.

Deputada Municipal Maria Eduarda Rosa (PSD):



Exm.º Senhor Presidente da Assembleia, Exm.º Sr. Presidente da Câmara, Exm.ºs Senhores Vereadores, Senhores Deputados, digna assistência. Bom-dia a todos.

O grupo parlamentar do PSD nesta Assembleia Municipal, face aos acontecimentos que se passaram na Escola Luciano Cordeiro, vem propor um voto de pesar e um minuto de silêncio pela morte do Leandro e manifestar toda a solidariedade à família, bem como a todos os que estão envolvidos neste caso e que sofrem com o mau estar deste pesadelo.

Seguidamente, depois da votação, gostaria de continuar a minha intervenção.

Presidente da Assembleia Municipal:

Srs. Deputados e Sr.ª s Deputadas, parece haver consenso nesta matéria e, como tal, vamos fazer uma votação sobre a apresentação da proposta da Sr.ª Deputada, a que se seguirá um sentido minuto de silêncio. Depois então a Sr.ª Deputada continuará a sua intervenção.

Quem é que vota contra?

Quem se abstém?

Está aprovada por unanimidade.

Peço então aos Srs. Deputados um minuto de silêncio.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, deliberou, por unanimidade, aprovar um voto de pesar e um minuto de silêncio pela morte de Leandro, propostos pelo grupo parlamentar do PSD na Assembleia Municipal.

Deputada Municipal Maria Eduarda Rosa (PSD):

E continuando, baseada nesses factos, sinto necessidade de expor o que me vai na alma, quer como cidadã quer como professora. Como tal, quero reflectir convosco sobre a situação ocorrida durante alguns minutos.

Não faltam acusações de pessoas incautas e pouco esclarecidas a apontar, sem escrúpulos, o dedo a eventuais responsáveis, sendo que o alvo mais fácil de abater é sempre a escola. Independentemente de a escola dever ser um lugar seguro para a transmissão de saberes, partilha de conhecimentos, desenvoltura da imaginação e criatividade, bem como de valores, eu gostava de interrogar: e os outros "Meninos do Rio"? Eventualmente poder-lhe-ia chamar a este, como título "O Menino do Rio". O Hermenegildo, professor da mesma escola, que encontrou também a sua solução de vida pela morte no rio? E o colega de Sintra, que procurou também o rio como fuga aos seus problemas na escola?

O Leandro, de 12 anos, não era feliz aqui. Não gostava da escola porque o ambiente escolar foi-lhe hostil. Os colegas bateram-lhe e causaram um fenómeno de bullying. Talvez, quem sabe? A rede de amigos fracassou e foi substituída por agressores que sofrem, com certeza, de inadequação social. Não consegui defender-se sozinho, apesar do irmão gémeo e de um primo. Apesar dos pais, apesar dos professores e, no final de contas, apesar de todos nós. Se calhar, o menino do rio também não gostava do nosso país. Porque no nosso país há negligência em relação às políticas relacionadas com as crianças e com as famílias.

Em Portugal há 18.000 crianças privadas de uma família, com as quais o Estado gasta muitos milhares de euros.

Não há que ter medo de criar novos modelos de espaços educacionais, formativos e transparentes e de reformular as regras que se desajustam ao crescimento dos níveis etários previstos para as escolas definidos à partida.

Não há que ter medo de um castigo. Não castigar os meninos é encorajar a formação de marginais e de sádicos.

A escola de massas deve ser reformulada e adequada para que os menos bons mas também os melhores possam aprender um caminho nas suas vidas, imprescindível a cada ser humano. É fácil aos responsáveis políticos falar na inclusão mas em casa alheia. Senão vejamos aonde a maior parte deles tem os seus filhos a estudar. Não é nas escolas públicas?

Não pretendo de forma alguma escamotear os sinais de bullying e de violência de todo o tipo cada vez mais frequentes na sociedade actual mas, com toda esta permissividade e facilitismo, mascarados da tão apregoada valorização da auto-estima. Não estaremos todos a contribuir para a formação de seres cada vez mais egoístas, egocêntricos, individualistas, sem sentido de camaradagem e menos solidários?

O sistema criou um excesso de zelo e protecção que priva as crianças e os jovens de lutar pela vida e de alcançar a respectiva vitória pessoal.

Faz com que eles sirvam de uma espécie de poupança-reforma para as famílias. Elas só terão os subsídios se depositarem os filhos na escola (PIEF). E porque não deixá-los enveredar mais cedo pelo mundo do trabalho? Será que não poderão ser cidadãos tão capazes, tão cumpridores e com tanto sucesso no caminho pelo qual queiram optar, como os restantes?

E a segurança da escola, bem como o recrutamento de assistentes operacionais? Aonde estão os funcionários, os contínuos, os auxiliares de acção educativa? Alterem-se-lhes a nomenclatura e está feito. Será que temos que ser todos generalistas? E quantos? Não há uma carreira definida para eles e não há formação à altura para desempenharem as suas tarefas, com a conivência do governo, pelas regras que estabeleceu ainda há bem pouco tempo? E não digam, como já ouvi, que a Câmara é a responsável por esse recrutamento pois a mesma está limitada a essas mesmas regras. Se calhar estaríamos todos bem melhor se dependessemos mais directamente da autarquia. Um carro da Escola Segura para quantas Escolas?

E os Serviços de Psicologia e Orientação? Para quem? Aonde? Psicólogos nas escolas? Em quantas? Na nossa Escola lá nos vai valendo o protocolo com o programa Escolhas que é um auxiliar inestimável mas que não supre todas as lacunas.

Criem-se estratégias de fundo e até outros recursos humanos para minorar a violência na escola e os benefícios serão maiores.

E os dois últimos “meninos grandes” do rio, que deixei nas primeiras linhas da minha reflexão? Frágeis emocionalmente, parece que sim. Cada individuo tem uma personalidade que só a ele pertence e caracteriza. Depois procura adaptar-se sem desarmonia nem contradição. Não foi o que lhes aconteceu, a eles? Eles encontraram pressões do sistema que não aguentaram. E, já agora, a pressão que o mediatismo oportunista tem exercido sobre a escola, é o quê?

Uma avaliação desconforme, alterações para professores absurdas e desumanas, alteraram-se direitos, alteraram-se horários e vidas de professores. A desautorização da escola pelo sistema. Um estatuto do aluno demasiado permissivo e burocrático.

A desresponsabilidade das famílias e da sociedade envolvente. A isto também ninguém responde cabalmente. Haja coragem de instituir eventuais penalizações aos pais/encarregados de educação, conforme a gravidade dos actos ou até do abandono escolar e de certeza que os mesmos estarão mais atentos. Tudo tem ficado na lei do fingimento sem apurar responsabilidades daqueles que se cobrem pelo manto da impunidade.

O Governo vive para números, que por acaso até falham. Não vive para as pessoas que são a riqueza do País.

Senhor Presidente da Assembleia e Sr. Presidente da Câmara:

Sei que são sensíveis a estas problemáticas e que estão interessados em ajudar a resolvê-las. Exercem as vossas influências no sentido de trazerem a Mirandela individualidades especialistas da área e posso propôr alguns nomes tais como Daniel Sampaio, Nuno Crato, Eduardo Sá, Lobo Antunes, entre muitos outros.

Proponho que lancemos uma campanha de esclarecimento sobre esta matéria. Uma campanha de esclarecimento que ajude a provar que a violência na escola não é aceitável e deve ser repudiada e denunciada pelos pares em defesa de uma sociedade mais justa e de cidadãos conscientes dos seus direitos mas também dos seus deveres. Façamos intervir as famílias, sejamos todos nós parceiros de políticas de esperança a bem de fazer renascer os valores do respeito mútuo, da exigência recíproca, das regras, da disciplina e da verdade. Demonstremos ao País inteiro que Mirandela quer continuar a ser uma cidade jardim, colorida e não uma cidade escura, de silêncio e de pesar como a comunicação social nos quer pintar.

Muito obrigada.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados Municipais, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Municípes aqui presentes, jovens aqui presentes. Bom-dia a todos, bem-vindos.

A minha primeira palavra vai para a juventude aqui presente. Vai na linha que este seja o primeiro dia da vossa participação cívica. E queria-vos deixar duas ou três referências.

Uma delas, eu evocava aqui as palavras do Presidente John Kennedy, que disse qualquer coisa como isto: “Não espereis o que o Estado faz por vós mas pensai o que podeis fazer pelo Estado ou pelo Governo”. Isto é uma mensagem e uma palavra de proactividade.

Esta participação cívica de participar na coisa pública é para vós jovens a idade – toda a idade é idade – de começar esta participação cívica.

Por outro lado, no seio das vossas famílias com certeza ouvistes várias vezes dizer que este sistema é mau, que a democracia é má e todo um cinzentismo em torno da democracia. Também aqui socorria-me das palavras do Primeiro-Ministro inglês Winston Churchill que dizia: “Bom, a democracia não é um bom sistema mas é o melhor daqueles conhecidos até hoje”. É nestas duas balizas que eu vos deixo e vos deixo o repto de participardes sempre com a coluna vertical, bem erguidos, cabeça bem erguida e participar na coisa pública que também é vossa.

Deixava-vos por último a noção de democracia: “é o governo do povo, pelo povo e para o povo”. Se calhar é muito para um minuto ou dois minutos mas espero que possais, depois de sair daqui, falar sobre estes temas que eu vos deixo.

A razão pela qual eu vinha aqui hoje, é para fazer uma saudação.

Entre as duas assembleias houve um facto político a nível nacional de grande relevância que foi a eleição do novo Presidente do PSD. Daí a minha saudação ao PSD pela eleição do novo Presidente, o Dr. Pedro Passos Coelho.

E queria deixar dois votos: um primeiro voto, que a eleição do novo líder do PSD contribua para melhorar a qualidade do debate político em Portugal, centrando-se fundamentalmente na discussão das ideias e propostas para o país. E é com agrado e até com aplauso que damos conta de que esta linha parece estar a ser seguida no caso das Finanças Públicas.

É um aplauso grande que aqui deixamos para a conferência de imprensa que foi possível fazer em conjunto pelo líder do PSD e pelo Primeiro-ministro, nesta altura de grande dificuldade para o país.

É importante que outros temas, que são transversais à sociedade e que duram para além de uma legislatura, não sejam arma de arremesso político. Falo da educação, falo da justiça e falo da economia. Os outros sim, vamos guerrear sobre eles. Mas os temas que são transversais, é importante que de uma vez por todas os partidos que são alternativa no governo se entendam e se entendam para o bem de todos e se entendam para o bem dos jovens que aqui estão presentes.

Também um outro voto: que o líder agora eleito olhe de outra maneira para Trás-os-Montes. E é com agrado também que a este líder do PSD sempre ouvimos dizer que estava do lado da A4, enquanto que à ex-líder do PSD nunca conseguimos ouvir tal porque ela em Lisboa não precisa de atravessar o Marão.

Finalmente uma saudação ao PSD.

Presidente da Assembleia Municipal:

Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Luís Sousa, só uma breve explicação. Claro que os assuntos e o seu significado e o seu conteúdo algumas vezes empurra-nos a todos no sentido de manifestarmos a nossa solidariedade e a nossa adesão com palmas.

De resto, Sr^{as}. Deputadas e Srs. Deputados, ocorre-me agora dizer-lhes o seguinte: que uma grande escritora portuguesa, um talento, um génio, como pessoas avalizadas têm caracterizado, que se chama Agustina Bessa Luís, dizia com frequência que aos artistas e aos poetas só há uma maneira de agradecer que é com "palmas".

Julgo que não é o caso presente. De qualquer maneira, julgo que a tolerância da Mesa recebeu bem o apoio das crianças. Mas não é regra nas assembleias este tipo de manifestação.

A palavra para o Sr. Deputado Luís Sousa.

Deputado Municipal Luís Sousa (Independente eleito pelo CDS/PP):

Muito bom-dia a todos e a todas.

Eu gostaria também de deixar uma saudação especial a este público distinto que acompanha os trabalhos da Assembleia nesta sessão e de lhes dizer que eu estou duplamente satisfeito pela presença destes jovens na nossa Assembleia. Estou satisfeito enquanto membro desta Assembleia e considero que este tipo de iniciativas de proximidade de educação são fundamentais para a qualidade do funcionamento desta Assembleia e, como disse, duplamente porque também sou Professor de Ciência Política e nós constantemente falamos de deficit democrático, da falta de qualidade da democracia, da necessidade de haver uma maior participação das camadas mais jovens da democracia e temos aqui o exemplo pleno dessa participação.

A razão que me leva a esta intervenção antes da ordem do dia é para vos dar a conhecer (infelizmente para aqueles que não puderam estar presentes por várias razões) a actividade que o grupo do CDS/PP organizou no passado dia 24 neste Auditório. Uma actividade que visava tratar um assunto que abalou a nossa comunidade e que já foi aqui objecto de intervenção por parte da Sr.^a Deputada Eduarda.

Como membros desta Assembleia, não podíamos permanecer indiferentes a esse problema. E sabendo que a Assembleia infelizmente não tem a possibilidade de aprofundar determinadas matérias no seu actual formato, nós optámos por esta actividade extra-parlamentar sobre uma temática que obviamente é de interesse para a nossa comunidade.

O título da dita sessão era "**A Prevenção e Optimização da Convivência na Escola, Uma Nova Estratégia Comunitária**" e contou com a participação de várias autoridades regionais e nacionais e também com a perspectiva de alguns peritos nesta matéria. Infelizmente há sempre um problema com que nos debatemos que é o da "Interioridade".

O problema da interioridade é também um entrave muito grande para a organização deste tipo de eventos em Mirandela. Eu não quero maçar-vos com as inúmeras dificuldades que tivemos em conseguir peritos que se deslocassem a Mirandela para este evento. Num sábado não é fácil. Eu estou no meio académico e até tenho alguma facilidade em contactar estas pessoas. O próprio Instituto onde eu exerço funções actualmente tem um Observatório das Escolas e foi com enorme dificuldade que conseguimos a participação de dois peritos: uma professora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa que se doutorou precisamente nestas matérias e tem uma tese de doutoramento escrita que aborda a questão do bullying e da convivência nas escolas e a professora Ana Tomás de Almeida que dirige o Departamento de Ciências de Educação da Criança da Universidade do Minho e que também tem obras publicadas neste domínio.

Houve outras entidades e peritos que tentámos atrair para este evento e que infelizmente não puderam vir por motivos profissionais (já tinham outros compromissos assumidos) mas muitos deles pela distância de Mirandela do centro de Portugal que infelizmente é a capital e o resto é província. E digo-vos isto com alguma tristeza porque um dos contactos que tivemos foi precisamente duma pessoa que foi aqui mencionada, não vou referir o nome (uma das quatro pessoas que aqui mencionou) e que é um perito na matéria. Portanto, concordo plenamente nos quatro nomes que enumerou mas a resposta foi que Mirandela estava demasiado longe.

De qualquer das maneiras, eu fiquei muito satisfeito com a presença do público. Tivemos cerca de 100/120 pessoas. O debate arrastou-se até às sete horas com alguma amabilidade do Sr. Presidente da Assembleia Municipal que fez o encerramento e conseguiu ficar até essa hora.

Eu gostaria de vos deixar uma breve síntese dos trabalhos, o que foi referido nas várias intervenções e também ficou prometido nessa sessão que o grupo iria elaborar uma proposta de recomendação neste domínio e que iria submetê-la à apreciação dos outros grupos da Assembleia Municipal e que se houvesse o acordo na aprovação dessa recomendação à Assembleia da República, assim o fariamos e enviariamos em nome de todos.

Então passarei muito brevemente a fazer a síntese dos trabalhos.

Foi aqui mencionado que é fundamental para prevenir a violência nas escolas e para otimizar a convivência nas escolas a existência de uma política de educação municipal. O nosso sistema de educação tem vindo a evoluir no sentido de uma maior exigência no cumprimento de objectivos e, portanto, sujeito a regras e processos de avaliação e de uma maior participação e responsabilidade local no seu desempenho.

Nos últimos anos tem havido um alargamento e aprofundamento das competências do poder local em matéria de educação, alargamento esse que nem sempre tem sido acompanhado por um correspondente aumento de verbas para fazer face às necessidades.

As autarquias estão cada vez mais responsáveis pela qualidade do ensino no seu concelho e isto significa, obviamente, que os executivos devem definir uma política de educação em parceria com os vários intervenientes na comunidade educativa.

Em segundo lugar, as autarquias também devem estar munidas de um plano de riscos para o sector. A verdade é que isto são eventos traumáticos, muitas das vezes inesperados, mas os Municípios por essa razão não podem ser apanhados de surpresa e devem estar munidos de um plano de risco no âmbito da carta educativa e esse plano de risco deve passar também por uma estratégia de comunicação, como foi aqui referido, para evitar hipersensibilizações da opinião pública, para evitar o assalto da comunicação social às crianças que estiveram envolvidas neste trágico

evento e evitar também eventuais convulsões, salvaguardando o bom nome das instituições, distinguindo a reputação da escola e de quem exerce poderes de chefia nessa instituição.

Em terceiro lugar, a questão do recrutamento do pessoal também foi aqui referido, sobretudo pessoal auxiliar, que obviamente deve ser muito exigente. As câmaras municipais têm vindo a assumir cada vez mais um papel importante no recrutamento do pessoal auxiliar e docentes dos Agrupamentos Escolares do 1.º e 2.º Ciclo e não podemos continuar a repetir o mesmo tipo de recrutamento que tinha sido praticado no passado. Isso aconteceu porque infelizmente no passado o mercado de trabalho que tínhamos era um mercado pouco qualificado. Hoje em dia não é o caso. Nós temos muitos jovens qualificados em Ciências de Educação que estão no desemprego e, portanto, é fundamental que nessa política de recrutamento se olhe com especial atenção para a qualidade dos auxiliares e também avaliar o que é preciso em termos de balanço entre pessoal na acção educativa e mediadores, como foi aqui referido, ou até animadores.

Em quarto lugar, é importante apostar na formação contínua que também foi aqui referido pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal na sua intervenção durante esse Seminário e na formação não apenas dos docentes mas sobretudo dos encarregados de educação e dos auxiliares no que concerne a métodos e práticas de convivência nas escolas.

É necessário também melhorar os sistemas de reporte de ocorrências, protegendo e acompanhando os queixosos e actuando com celeridade, descrição e articulação institucional em relação às denúncias efectuadas e depois também houve uma série de recomendações e sugestões ao nível do legislador.

É fundamental que o legislador pondere instrumentos que possam responsabilizar os encarregados de educação e importante também que o Governo inclua a questão da violência e convivência nas escolas nos currículos e programas de actividades de natureza cívica. Foi dito aqui pelos vários peritos que não existe uma estratégia nacional ou uma campanha nacional de consciencialização para esta questão.

E, por último, também a questão de haver uma política de tolerância zero face à violência e discriminação de qualquer tipo - sexo, raça, religião, aptidão física, mental, etc. De um modo sintético estas são as conclusões do seminário do passado 24 de Abril.

Tive pena de facto que poucos membros desta assembleia tenham estado presentes mas compreendo porque muitos teriam outros compromissos familiares e profissionais e não é fácil mobilizar as pessoas num sábado à tarde.

Aproveito a oportunidade para distribuir pelos líderes dos grupos a dita proposta de recomendação a enviar à Assembleia da República. Encarem isto como um documento em aberto sintam-se à vontade para a alterar, recomendarem, adicionarem possíveis propostas, medidas que considerem interessantes e úteis.

Gostaríamos que no final desta assembleia esse documento fosse então submetido a votação.

Muito obrigado pela vossa atenção.

Deputado Municipal Fernando Pilão (CDU):

Eu também vou entregar uma moção e vou chamar a atenção para alguns aspectos relativamente à vida da autarquia. De qualquer modo vou fazer antes uma declaração que passo a ler:

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Exm.º Sr. Presidente da Câmara, Exm.ºs Membros da Assembleia Municipal, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

O 25 de Abril foi há 36 anos e para muitos de nós é um marco decisivo, um virar de página da nossa vida colectiva! Foi o maior acontecimento da nossa história no século XX!

Estes são os dias em que se comemora, sobretudo, a Liberdade!

Ou melhor: os dias em que as celebrações de Abril são mais amplas e mais intensas, pois na verdade Abril é todos os dias lembrado e silenciosamente festejado por milhares de portugueses que não o esquecem, que dele fazem ponto de orientação da sua cidadania, que com aplicação maior ou menor lutam pela defesa e aprofundamento da herança que Abril nos deixou.

Por esta altura muitas escolas são visitadas por mulheres e homens que por Abril lutaram, ou mais simplesmente, que o testemunharam e que no contacto que estabelecem com os alunos lhes contam o que eles não sabem, explicam o que porventura os intriga, despertam-nos para a importância do património que receberam e de que na maior parte dos casos nem sequer se dão conta.

Deparam então com impressionantes doses de ignorância que os alarmam: apercebem-se de que uma enorme parte dos alunos que contactam não faz ideia do País de pesadelo e crime em que os portugueses viveram durante quase meio século, de quanto custou pôr fim a esse período sinistro, do elevado preço pago por gerações que sofreram e morreram.

É sabido, mas muito esquecido, que a mais eficaz forma de censura não é a que apenas suprime bruta as informações importantes mas sim a que substitui o vazio que essa supressão motivaria por materiais informativos capazes de assassinar a lucidez.

Dessa estratégia que conduz ao esquecimento ou ignorância de Abril, do que Abril foi, do que continua a ser e da sua permanente necessidade. Esse tem sido o objectivo central da ideologia dominante.

Não é apenas o silêncio acerca de Abril e das portas por ele abertas, como disse o poeta, mas também através dos poderosos meios de comunicação ao serviço deste poder com a intoxicação diária injectada pelo vírus do individualismo que desmobiliza o civismo, da banalidade das guerras de rapina imperialista que liquida a clarividência, da *propaganda político-económica do neoliberalismo* que destrói a liberdade e a dignidade dos povos, pela sanha voraz e insaciável do capital, que não tem família nem pátria.

Vivemos e participamos de uma revolução de Projecto e Liberdade, ainda hoje uma referência de inovação, democracia e progresso.

A comemoração desta data é um acto da maior importância e prestígio para Mirandela e o seu Poder Local Democrático mas não se pretendam reduzir as comemorações de Abril a meros rituais institucionais com discursos de retórica mais ou menos inflamados e quantas vezes carregados de hipocrisia, escondidos entre quatro paredes.

É que, goste-se ou não, **o 25 de Abril foi fruto do sonho e da utopia, foi feito pelo povo e para o povo, que não esquece os seus: Os capitães de Abril!**

Comemorar Abril é a assunção de um compromisso público com a democracia, bem como a reafirmação da fidelidade aos valores universais da libertação do Homem.

Comemorar a Revolução dos Cravos no actual quadro político reveste-se de acrescida importância, quando se assiste à liquidação de importantes conquistas sociais e económicas, à acentuação das desigualdades, ao aumento do domínio económico e político do grande capital nacional e internacional e até a tentativa mais ou menos encapotadas de cercear liberdades fundamentais.

O 25 de Abril não tem nada a ver com a casta de políticos instalados que vai pululando por aí, prometendo hoje o que negam amanhã. Nem com este Portugal de caridadezinha que lentamente se vem instalando.

Minhas Senhoras e meus Senhores!

O 25 de Abril é do povo trabalhador seja ele operário, intelectual, agricultor, técnico de contas, médico, alfaiate, carpinteiro, jardineiro, varredor, engenheiro ou arquitecto. É de todos aqueles que têm de ganhar o pão com o suor do seu rosto!

Voltamos novamente ouvir falar da revisão constitucional! As revisões cozinhadas em suites mais ou menos cor-de-de-rosa foram sempre o mesmo: **os grandes senhores a recuperarem privilégios e a construírem ou reconstruírem impérios e os trabalhadores e o povo a perderem regalias e direitos; o desemprego a atingir números nunca antes vistos, empresas deslocalizadas e ou falidas e empresários cada vez mais ricos; fuga ao fisco e à Segurança Social; e vergonha maior deste país, dois milhões de pobres, um quinto da população Portuguesa!...**

Ninguém é livre com fome, sem emprego ou com trabalho precário.

Como também o não é quando a escola, mãe da formação a par com a família, não propicia os instrumentos facilitadores do espírito crítico e criativo, indispensáveis à formação humanista e à vivência democrática.

Democratizar e desenvolver são dois objectivos de Abril, interligados entre si, não poderão existir separadamente. Sem desenvolvimento harmonioso e sustentado não haverá democracia e esta não existirá cabalmente enquanto o Estado não tratar de igual modo todos os seus cidadãos.

Enquanto cada cidadão inserido no espaço em que vive, não tiver a mesma igualdade de oportunidades que o cidadão inserido noutra qualquer espaço do todo nacional, não haverá democracia.

Quando os dados oficiais nos dizem que o desemprego no distrito de Bragança é dos mais altos do País. Repare-se que só entre Fevereiro de 2009 e 2010, o desemprego registado cresceu 15,3% no distrito (+ 910 desempregados), 1 em cada 20 habitantes está desempregado.

O mesmo se pode dizer relativamente ao Rendimento Social de Inserção. Entre Janeiro de 2009 e 2010, o número de beneficiários do RSI no distrito aumentou cerca de 41% (+ 638 beneficiários), ou seja, 2 novos beneficiários por dia, num ano. Em Janeiro de 2010, existiam no distrito 2.198 beneficiários do RSI.

Quando se encerram serviços públicos fundamentais às necessidades mais elementares das populações, ou encerram dezenas e centenas de escolas, está a assumir-se que o mundo rural é para morrer.

Também de novo com o estafado argumento do défice, o Governo quer impor aos trabalhadores e às populações mais sacrifícios, em contraste com a manutenção dos privilégios daqueles que foram afinal os principais causadores da crise: os grandes grupos económicos financeiros, particularmente a banca.

Mais uma vez o Governo quer transformar os trabalhadores da Administração Pública em autêntico bode expiatório para os problemas do País.

Minhas Senhoras e meus Senhores!

Comemoramos Abril no ano em que se comemora também o Centenário da República, Revolução burguesa mas que foi, sem dúvida, precursora do 25 de Abril.

Só o povo, tal como em 25 de Abril de 1974 conseguirá inverter esta política de desinvestimento e desertificação do Nordeste Transmontano. **E goste-se ou não, é sempre na rua que o povo luta, festeja e sonha! Porque é sempre o lugar que lhe resta.**

Que viva Abril!...

Relativamente ao que disse a Professora Eduarda, ela deve ter informações mais privilegiadas do que eu porque ela parte de pressupostos que na minha opinião ainda não estão devidamente apurados, quando diz que no caso concreto havia bullying e que foi um acto de desespero. Tanto quanto sei ainda não está nada apurado e eventualmente nunca se poderá apurar.

Este caso é como em qualquer outro. Pode não haver responsáveis. As coisas passam-se e não se conseguem apurar responsáveis.

Portanto, não podemos sequer culpar ninguém e arranjar responsáveis à força porque tem que ser alguém. A vida é assim e, por vezes, é assim que as coisas funcionam.

Relativamente à responsabilidade criminal, nada está apurado. Relativamente à responsabilidade disciplinar, embora o Sr. Presidente da Câmara já tivesse falado nos jornais numa pena disciplinar relativamente a algumas pessoas, também quanto se conhece ainda nem sequer há processo disciplinar e as pessoas só podem ser condenadas depois de serem ouvidas e enviada nota de culpa.

Depois também, se for honesto intelectualmente (eu acho que é), não pode vir aqui dizer que a Câmara não tem nada a ver com isto e agora já estou a falar em termos de responsabilidade política, porque a Câmara, como se sabe,

tem a responsabilidade do pessoal não docente e está-lhe atribuída a competência no sentido da manutenção e da reparação das escolas.

Tanto quanto sabemos não tem havido investimento nas escolas, os equipamentos deterioraram-se e as redes de alimentação dos espaços degradam-se por não haver dinheiro. O pessoal não pode só fazer vigilância e tem também que atender o telefone, de ir ao correio e fazer outro tipo de serviços porque cada vez mais há a política de reduzir ao pessoal na Administração Pública e depois acontecem estas coisas. As pessoas não podem estar em todo o lado ao mesmo tempo.

Depois, acho que as pessoas também não devem confundir o mediatismo das questões porque os julgamentos não se fazem nos jornais e a comunicação social aproveita estas situações porque lhe interessa. Mas temos que distinguir, ou seja, penso que há aqui uma questão de não precipitação no sentido do julgamento dos factos. Pelos vistos há versões para todos os gostos e também não podia deixar de dizer aqui que se havia degradação em termos de instalações mas também era preciso saber se o Conselho Executivo da Escola chamou a atenção disso à Câmara Municipal. É justo que se diga se houve alguma diligência no sentido da reparação e relativamente ao pessoal não docente.

Passando a outra intervenção que foi feita aqui pelo Deputado Baltazar. Se tivesse ouvido hoje as sondagens se calhar já não vinha aqui a correr como veio, porque não são grande coisa para o PS e são favoráveis ao PSD.

Isto só para dizer que se congratulou com o bloco central quanto à economia, quanto à justiça e quanto à política, que nestes campos se podiam entender. Realmente não sei o que é que sobra sendo estes campos os mais importantes. Não sei onde se vão guerrear, talvez no futebol...

Relativamente à questão concreta de algumas coisas que eu tinha aqui apontadas:

Quanto a uma publicação que "salvo o erro" foi retirada da agenda, se pudesse informar quantos poços e noras foram registadas ao abrigo da actividade que foi aqui mencionada.

No Cachão, o abrigo na passagem para o autocarro não tem qualquer ponto de luz, além de outras zonas que precisam de melhoria de pontos de luz.

Na rua Campo da Bola a rua não tem qualquer pressão.

A estação do metro no Cachão precisa de obras urgentes devido à sua degradação.

No talude de cimento junto à sede do Sport Clube, acho que era necessário colocar ali qualquer protecção, porque qualquer dia pode acontecer ali um acidente, alguém cair para o rio.

Presidente da Assembleia Municipal:

Sr. Deputado, peço desculpa por interromper mas chamo a atenção para o seu tempo.

Deputado Municipal Fernando Pilão (CDU):

Depois, a casa em ruínas junto à zona de S. Miguel, no Chafariz. Relativamente a uma pergunta, quando abre a Linha do Tua? E em que situação está o Parque Desportivo e quando começam as obras?

Deputado Municipal Miguel Ângelo (PS):

Obrigado Sr. Presidente. É para um ponto de ordem, apenas.

De facto há um Regimento que tem que ser aperfeiçoado mas era bom que nos atendêssemos e fôssemos objectivos. Este ponto da Ordem do Dia não é nunca utilizado para questões de pormenor, ainda que muito importantes. Há uma ocasião em que isso pode ser feito e pedia à Mesa que usasse este espaço com alguma parcimónia e alguma regra porque senão vamos eternizar-nos aqui em pequenas questões. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Ó Sr. Deputado Miguel Ângelo, V. Ex.ª nem imagina como ficamos satisfeitos com essa recomendação e com esse pedido. Tem sido a nossa luta. A Mesa procura fazer respeitar o Regimento. Está repetidamente a solicitar a melhor atenção e compreensão aos Srs. Deputados mas bem vê que aqui não pode haver imperativos e os Srs. Deputados também têm o dever de saber utilizar o Regimento.

Nós temos, com a cortesia devida e com a educação que nestes momentos exige, chamado a atenção para o tempo utilizado. De resto, a Mesa neste período da Ordem do Dia teve a preocupação de alertar esta Assembleia dizendo: temos 60 minutos no primeiro tempo e sabem muito bem que os segundos 60 minutos têm de ser votados pela Assembleia e eu até disse que cada deputado tinha seis minutos.

Quero alertá-los, e alertar o Sr. Deputado em particular, que depois das inscrições houve já mais dois pedidos de inscrição. Temos todos que fazer um esforço mas congratulamo-nos e eu fico particularmente feliz pela sua recomendação. Tem a palavra a Sr.ª Deputada Rita Messias.

Deputada Municipal Rita Messias (PS):

Exm.º Senhor Presidente da Assembleia Municipal, respectiva Mesa, Sr.ª s e Srs. Deputados Municipais, Sr. Presidente da Câmara, Sr.ª s Vereadoras, Srs. Vereadores, Sr.ª s e Srs. Muncipes, muito bom dia a todos.

O grupo parlamentar do PS da Assembleia Municipal de Mirandela, vem apresentar um voto de pesar em homenagem ao Leandro e queremos também manifestar publicamente a nossa solidariedade para com a esta família.

Propomos nesta Assembleia, em sua memória, um minuto de silêncio. já cumprido, e que este voto de pesar seja comunicado à família com as condolências dos membros da Assembleia Municipal de Mirandela.

O trágico acidente ocorrido, que provocou a morte do Leandro, suscitou acesos debates e reflexões e o tema da violência na escola esteve na ordem do dia, sendo que não se trata propriamente de um assunto novo, pois por várias vezes foi retratado com casos, quer contra alunos, quer contra professores. Mas, a existência de Violência, não se restringe apenas à escola mas a toda a sociedade em geral. As notícias que nos chegam de vários quadrantes não são animadoras e dizem-nos que as coisas não estão bem como estão.

A 12 B
y

Queremos aproveitar este momento de grande preocupação para todos e lançar aqui, nesta Assembleia, um conjunto de reflexões sobre o papel da educação e a sua importância na melhoria da sociedade e da qualidade de vida dos cidadãos.

Comungo com muitas ideias das que já aqui foram levantadas, mas queria fazer aqui uma abordagem, mais de natureza sociológica.

Acreditamos que a prevenção é a melhor forma de evitar situações de violência. E como pode ser conseguida?

Pode ser conseguida gerando sentimentos de pertença, identidade, confiança, respeito, responsabilidade e preocupação com o bem comum.

Como podem ser conseguidos estes sentimentos através da Educação?

A educação é um processo de socialização, e agora mais do que nunca, temos que pensar a educação num sentido amplo, de cariz humanista e emancipatório, acima de tudo de respeito pelos direitos humanos, com uma forte cidadania democrática, que muito ajudaria na compreensão do ser humano como ser social.

Parafrazeando Paulo Freire, grande pedagogo contemporâneo, dizia no seu livro sobre Educação e política, publicado em 2000. "Esta vem sendo uma preocupação que me tem tomado todo sempre - a de me entregar a uma prática educativa e a uma reflexão pedagógica fundadas ambas no sonho por um mundo menos malvado, menos feio, menos autoritário, mais democrático e mais humano" (2000:30).

Assistimos hoje a uma revolução tecnológica que tem conduzido a profundas e aceleradas transformações da sociedade, sem paralelo na história da humanidade. Este desenvolvimento tecnológico provoca uma permanente evolução da Ciência e da Indústria, que conduzem ao progresso, mas também aumentam a competitividade da economia. E esta competitividade à escala mundial, imprime uma elevada pressão sobre os cidadãos, as empresas e a sociedade em geral, aumentando a complexidade e os riscos generalizados.

Os processos de globalização arrastam consigo a mobilidade das populações, provocando também alterações demográficas e o aparecimento de comunidades diversificadas, acentuando as hostilidades e as diferenças que podem conduzir a tensões sociais, baseadas na cultura, etnia, género, religião, rendimentos e também de opções sexuais.

Nunca como agora, tantas responsabilidades recaíram sobre as sociedades e os indivíduos, exigindo mais do que nunca, uma maior preparação das pessoas, principalmente ao nível da formação de base e de cidadania, com uma forte componente cultural e ética para que possam actuar de forma responsável e consciente.

Deparamo-nos, no entanto, com algum desfazamento entre a situação educacional e as exigências do mundo actual. Nunca como hoje a educação foi tão necessário e importante, pois permite criar pontes entre uma sociedade mais complexa e competitiva, cheia de incertezas e mudanças rápidas, mas que ao mesmo tempo também deverá ser mais humana, mais democrática, mais solidária e mais justa. É por isso importante uma maior consciência cívica dos cidadãos, dos seus direitos, deveres, da necessidade de cooperação, tolerância e solidariedade, para uma participação democrática livre e consciente com preocupações com o bem comum.

É por isso fundamental educar para os direitos humanos, para o desenvolvimento sustentável e para a paz.

Só uma educação de cariz humanista e democrática, poderá reverter o cenário do "cão que lambe as lágrimas da Mulher" ilustrado na história metafórica do livro de José Saramago "Ensaio sobre a Cegueira" em que retrata uma realidade moderna desumanizada, evidenciando a crise de valores e denunciando a perversão das relações humanas de uma sociedade consumista, que dita modelos de comportamentos sociais, deixando para segundo plano os direitos humanos e o respeito ao próximo. Esta obra faz uma intensa crítica aos valores da sociedade actual, que nos leva a reflectir sobre a moral, a compaixão, os costumes, a ética, os preconceitos e o bem comum, e que nos transmite a seguinte mensagem "se podes olhar, vê. Se podes ver, repara".

Esta é também uma preocupação da UNESCO, que em 1996, no relatório, coordenado por Jacques Delors designado "Educação, um tesouro a descobrir" dá primazia ao sentido da vida e ao aprender a ser, aprender a viver juntos, em consonância com o aprender a conhecer e aprender a fazer.

A educação para a cidadania democrática e direitos humanos, tem vindo a ser reconhecida, no espaço europeu, de forma crescente desde 2000, com preocupações ao nível do exercício de uma cidadania activa e de aprofundamento da democracia, com respeito pela diversidade, prevenindo a discriminação, a exclusão, o racismo, a xenofobia e promovendo valores fundamentais como a ética, a tolerância, a solidariedade e o respeito pelos direitos humanos.

A educação assume, assim, uma missão fundamental para uma cidadania democrática, construindo os alicerces para o desenvolvimento qualitativo da sociedade, sendo que as escolas e os professores funcionam como os seus pilares.

Mais do que nunca as escolas, os professores e toda a comunidade educativa merecem a maior atenção e respeito pela sua actividade, pois têm um papel fundamental na construção dos quadros de referência das pessoas para fazerem uma ancoragem estável no mundo social.

A cidadania aprende-se com o exemplo e com as experiências vivenciadas, envolvendo e colocando as pessoas a participar.

Diz o ditado: "diz-me e esquecerei, ensina-me e lembrar-me-ei, envolve-me e aprenderei."

A criação de espaços de participação dos alunos, com sugestões, respeitando as opiniões de cada um, apostar em trabalhos de grupo em actividades transversais, envolvendo todos os professores, pois a cidadania não deve ser só da responsabilidade do professor desta disciplina, mas sim de todos, pois todos devem estimular atitudes de cidadania, seja de educação escolar, seja de educação tecnológica.

Também toda a comunidade, com responsabilidades na educação, deverá criar as condições para que, as escolas e os professores se desenvolvam, tendo estes, permanente acesso a uma constante preparação e actualização das suas competências sob o ponto de vista pessoal, social, ético e profissional, bem como partilha de boas práticas.

As **Autarquias**, têm um papel cada vez mais relevante na educação, o que deverá ser encarado como uma vantagem, pois permite-lhes ter maior capacidade de intervenção a nível local e, com a sua acção, deverão contribuir para a melhoria das condições educativas. As despesas com a educação são o melhor investimento para a melhoria da sociedade, desde que pautadas por critérios de exigência, rigor e qualidade.

A 13
B

Apesar de ser na escola, onde os meninos passam grande parte do seu tempo, nem só à escola cabe a função de educar. Paulo Freire refere-se às "Cidades Educativas", também estas educadoras, pois funcionam como processos educativos através das suas diversas actividades, da sua história e da sua cultura. A importância da colaboração da escola com a sociedade civil, é fundamental principalmente no sentido de despertar a apetência para o bem comum, desenvolver um sentido de pertença e de identidade, num clima aberto, com liberdade de expressão e participação responsável.

Dou os parabéns a quem teve a iniciativa de trazer cá hoje os jovens

Assim, todos nós temos responsabilidades em criar condições para que as pessoas aprenderem a arriscar, a agir e a pensar, baseadas em valores.

Aprender é um direito e um dever, pois todo o ser humano foi "programado para aprender".

Cabe-nos a todos a responsabilidade de tornar o homem BOM.

Todos temos o dever de "ser os agentes da mudança que queremos ver no mundo".

Muito obrigada.

Deputado Municipal Vasco Aníbal Saldanha (PSD):

Bom-dia a todos. Exm.º Sr. Presidente da Assembleia e Senhores Secretários, Exm.º Senhor Presidente da Câmara, Exm.ª s Senhoras e Senhores Vereadores, Exm.ª Senhoras e Senhores deputados, Senhoras e Senhores

Penso que todos temos consciência da grave situação económico em que se encontra o país. Já percebemos há muito tempo que o governo se enganou relativamente ao deficit colocando actualmente o país numa situação extremamente grave face à dívida externa. Diz o governo através do Sr. Ministro das Finanças que não é tempo para querelas inúteis. Temo-lo dito há muito tempo, pena é que o governo só agora desperte para os problemas nacionais. A verdade é que ele não tem sabido governar e nunca deu ouvidos à oposição nomeadamente ao PSD. Por isso mesmo a dívida pública é negativa comparand0-a à da Grécia quando esta entrou em crise.

O governo não consegue dar ao País um bom futuro. Não tenhamos dúvidas os tempos irão agravar-se e criar ainda mais instabilidade social. Só em 2009 encerraram cerca de 48.000 empresas e este ano já encerraram cerca de 18.000 micro empresas e mesmo assim pretende investir na megalomania do TGV enquanto a nossa linha do Tua é posta em causa. Será isto governar bem um país?

O governo arrastou Portugal para a crise insustentável em que nos encontramos. Por isso mesmo a justiça social não existe e a crise internacional não pode ser a única culpada.

A desigualdade entre as pessoas está a acentuar-se cada vez mais.

Quantos de nós no dia-a-dia a temos criticado por sentir no bolso as dificuldades de quem quer ter uma melhor qualidade de vida e não a consegue ter. Também o Sr. Presidente da República num passado recente e agora no 25 de Abril último, nas diversas mensagens que tem feito, tem repudiado essas desigualdades que são responsáveis por agravar cada vez mais o fosso entre ricos e pobres e desta forma acentuando a grande diferença dos salários praticados em Portugal.

Todos nós gostamos de ser recompensados pelo salário justo conforme as nossas responsabilidades mas quando se trata de exageros, é faltar ao respeito ao ser humano e aqui não se trata de saber se somos de esquerda ou de direita.

Este governo tem dito ao longo da sua governação que tem desenvolvido uma política social justa, isso não é verdade. Os salários escandalosos atribuídos a afilhados, filhos e sobrinhos da família PS, têm sido uma das causas que tem contribuído para a injustiça social. A juntar aos casos falados de corrupção, não temos dúvidas que este governo está pelas horas de amargura e desorientado relativamente ao rumo a dar ao país.

Sabemos que o mundo Global está a viver uma crise política, económica, social e cultural minando a coesão social nas sociedades modernas. Há hoje no mundo, indivíduos que sozinhos têm mais riqueza que muitos estados, ainda que em parte possam contribuir para a criação de emprego, mesmo assim, não justifica essa tão grande diferença.

Esses indivíduos auferem anualmente um montante de remunerações que daria para construir dezenas de hospitais, escolas, creches e combater a fome em países necessitados nomeadamente em África mas infelizmente no nosso país também existe muita gente nas mesmas condições.

O porquê destes dispares? Será que estas pessoas são deuses para atingir patamares tão elevados? A ganância de uns ultrapassa o senso comum contribuindo decididamente para desequilibrar e afundar o país.

A nossa região é das mais deprimidas da Europa senão a mais deprimida. E que faz o governo para mudar a situação? Nada, porque continuam a prevalecer as políticas de desenvolvimento dos grandes centros em desfavor do interior.

O encerramento de serviços de que fomos alvos no nosso concelho é bem prova disso. Estamos no centro da nossa região mas a nossa voz não é ouvida, somos muito poucos para exigir pois nem sequer chegamos a 30 mil habitantes e mesmo assim parece que lutamos uns contra os outros de forma a fazer prevalecer a nossa quintinha que não nos leva a lado nenhum.

As nossas tomadas de posição sobre o ponto de vista que cada um defende não são ouvidas sequer pela população que nos elegeu, a nossa mensagem não lhes chega, a comunicação social tem aqui um papel fundamental na sua divulgação, sob pena de que qualquer dia nem os discursos serão ouvidos por nós nem teremos população para os ouvir.

Os empregos são necessários para criar melhor qualidade de vida e justiça social nomeadamente com o aumento das reformas baixas aos idosos cortando nas grandes reformas, os centros de dia e lares são também necessários. As nossas populações trabalharam muito ao longo dos anos e precisam que o governo e o estado no seu todo façam a devida justiça social, mas, só com combate às desigualdades se pode construir um futuro melhor para a nossa região e concelho. A Câmara luta por fazer ouvir a nossa voz, mas ela tem que ter da nossa parte solidariedade relativamente às nossas exigências Temos que ser mais incisivos nas nossas tomadas de posição no combate às

políticas deste governo, de forma a dignificar esta terra de que fazemos parte onde a vida é difícil e onde temos a obrigação de lutar e ser solidários com as nossas populações.

Por último queria dar os parabéns ao grupo do CDS e à Assembleia Municipal relativamente à organização e optimização da convivência na escola. Penso que é um assunto importante, este e outros, devem ser discutidos no nosso concelho porque nós precisamos deles.

Aos jovens que aqui estiveram presentes, desejo que venham mais vezes porque o futuro depende deles, para bem do nosso concelho.

Obrigado.

Deputado Municipal Jorge Pereira (PS):

Sr. Presidente da Assembleia Municipal e demais membros da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores e Exm.ª Assembleia.

Sem querer ser muito exaustivo, apenas breves considerações. Registrar o facto de o Sr. Presidente da Câmara persistir em não responder às questões que por mim lhe foram colocadas sobre diversos temas. Entretanto, com temas sobre Frechas tenta condicionar-me em torno do assunto que por completo desconheço.

Sobre o tema do cheque não recebido dizer-lhe algo muito simples. Sr. Presidente, se a Junta de Freguesia de Frechas não tem optado em aceitar os recebimentos em cheques pré-datados, tal como as restantes freguesias que integraram o programa Portas da Terras da Quente, provavelmente em vez dos cerca de 1.400 Euros desse cheque não teria recebido qualquer participação desse programa. Foi o que aconteceu nas demais freguesias que o integraram.

E já agora Sr. Presidente da Câmara. Bem pior estarão as Freguesias que emitem cheques sem cobertura sem que tal circunstância mereça tanta preocupação da sua parte.

Contudo, uma vez que falamos em programas e candidaturas, devo dizer que parte do projecto da candidatura ao programa da modernização administrativa foi iniciativa do Município, nomeadamente a prevista ligação em rede.

Talvez o Sr. Presidente possa esclarecer qual o valor em causa, bem como qual a finalidade do equipamento sem qualquer utilidade depositado nas freguesias que participaram nessa candidatura.

Lembrar-lhe também que deve verificar as actas das reuniões desta Assembleia e encontrará nas minhas intervenções referências às prestações do Município nos diversos eventos realizados em Frechas. Talvez não nos moldes em que o Sr. Presidente pretenderia. Enfim, cada qual exprime-se à sua maneira. Agora que eu referi, referi.

Quanto ao resultado das eleições. Olhe Sr. Presidente, a estratégia utilizada foi semelhante à utilizada em todo o concelho. Por isso, seria estranho que ali produzisse resultados diferentes.

Além disso, para que não possa continuar a desvirtuar esta discussão, recordo-lhe, pois parece que se esqueceu ou finge esquecer, que eu tão pouco fui candidato à Junta de Freguesia. Fui candidato a esta Assembleia e como podemos verificar aqui estou, não por inerência, mas por eleição directa.

As eleições ocorreram há mais de meio ano. Ganhou quem o povo entendeu. Por isso, também para que não pare no ar a ideia de que aqui estou para dirimir questões pessoais sempre lhe direi que me movem exclusivamente razões de cidadania e não qualquer apego ao poder que não seja o de servir a República.

Deputado Municipal Adérito Pires (PS):

Sr. Presidente, que acaba agora de chegar, Sr. Secretário, Sr. Presidente da Câmara, Sr.ª Vereadora e Srs. Vereadores, comunicação social, meus caros e minhas caras colegas da Assembleia Municipal.

Assinalou-se no passado Domingo, como já aqui foi registado, mais um aniversário do 25 de Abril.

Foi de resto comemorado por esse país fora com algum simbolismo com certeza mas também com entusiasmo e sobretudo com aquela ideia da conquista da devolução do poder aos seus verdadeiros proprietários expresso nos sufrágios periódicos, nas eleições que vão acontecendo para todos os órgãos de decisão política e através dos diversos instrumentos de participação que é dado aos cidadãos para intervirem na vida cívica e política.

Também o Partido Socialista de Mirandela, como de resto vai sendo habitual todos os anos e constitui já uma tradição, organizou um jantar convívio onde estiveram todos os militantes ou parte dos militantes e abertos quem com eles quisesse associar-se.

Geralmente, aqui desta Assembleia, na reunião que se segue ao 25 de Abril é habitual ouvirem-se lamentações de esta Assembleia nada ter feito para assinalar esta data.

Pois bem, Sr. Presidente, dirijo-me a si não para criticar mas para propor, isto sem embargo das iniciativas que eventualmente a Câmara venha a tomar, se eventualmente entender tomar, lançava-lhe aqui o repto para que haja uma sessão extraordinária em que pudesse assinalar esse momento marcante da nossa história. E julgo que bem se justificaria tal iniciativa aqui nesta Assembleia porque o poder local que é uma das conquistas do 25 de Abril possibilitando que oposição e poder se confrontem livremente e manifestem livremente as suas opiniões.

Mas também porque é inegável que, não obstante as promessas e as expectativas que dão às populações e dirigentes políticos, mas também sobretudo por causa das reivindicações que foram oferecidas e da possibilidade de reivindicar, com esta vitória de Abril, também é inegável que os nossos dirigentes políticos se preocupam hoje mais com a resolução dos problemas dos cidadãos, não obstante muitas vezes as visões de catástrofe que são apresentadas e também não obstante algum abrandamento da economia, que de resto é comum à escala mundial, é inegável que hoje se vive melhor, é inegável que hoje há melhor qualidade de vida. É inegável que hoje culturalmente se é mais rico, numa palavra, avançou-se e essa é também uma conquista do 25 de Abril.

De resto, para quem assim não pensa, basta bem fazer a comparação entre aquilo que Portugal era há 36 anos e aquilo que se vivia também nalgum dos países onde hoje vivem em ditadura, ainda com algum disfarce de eleições e verificar-se-á o avanço que aconteceu em Portugal e como nesses países de ditadura o avanço não foi assim tão grande e se calhar nalgumas circunstâncias até regrediram.

Fica-lhe, por isso, Sr. Presidente esse repto para que não esqueça nos próximos aniversários a comemoração com uma Assembleia Extraordinária em que cada um dos partidos possa ter uma intervenção e será também uma forma de assinalar e de comemorar essa vitória da democracia, bem sabemos ainda da jovem democracia e talvez por isso incompleta. Eu digo incompleta porque falta erguer ainda um dos pilares do poder de matriz constitucional, aclamado com grande entusiasmo pelos partidos políticos que compunham a assembleia constituinte, mas que ao longo destes últimos 36 anos tem encontrado alguns obstáculos na sua concretização. Refiro-me naturalmente à regionalização.

Eu estou seguro e tenho a convicção de que este mandato legislativo que há bem pouco tempo começou vai ser o mandato da regionalização. O legislador, penso eu, creio que estará disponível em remover os obstáculos que ao longo destes últimos anos têm sido criados à institucionalização das regiões. Ou porque o poder central não queira abdicar de algumas competências que são por natureza das regiões ou porque o poder local, ou algum poder local, queira também albergar em si algumas competências supramunicipais, a verdade é que a regionalização não foi até ao momento, como nós esperávamos, institucionalizado.

Mas creio que neste mandato vão ser removidos estes obstáculos ou pelo menos se não houver condições políticas para que ela avance no seu todo, pelo menos que se comece por algum lado.

Recordo-me que na década de 80 dizia um líder carismático do PSD e julgo que não estou a ofender, embora não seja um feliz exemplo para o PSD, mas dizia Alberto João Jardim que a regionalização se justificava do seu ponto de vista e ela teria todo o sentido no Algarve e em Trás-os-Montes.

Mas também temos que começar a questionar-nos que região nós queremos, qual a amplitude da nossa região. E neste particular julgo que pelas características geomorfológicas que nos distinguem daquilo que é o considerado Norte Atlântico ou que alguns assim consideram mas também por outro lado por um sentimento social de integração que se sente naquilo que é a designada região de Trás-os-Montes e Alto Douro, leva-nos no caminho de que não possamos abdicar da nossa região, da região de Trás-os-Montes e Alto Douro.

De resto, Sr. Presidente da Assembleia, recentemente eleito Presidente da Assembleia Intermunicipal de Trás-os-Montes, julgo que é essa a designação, que aproveito também para saudar por essa eleição, estará em condições de poder fazer escola neste caminho. Julgo que é aí também o fórum apropriado para começar a galvanizar esta ideia e a percorrer esta ideia da região de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Também Sr. Presidente da Câmara, agora com funções de Presidente da Comissão Política Distrital do seu partido e que aproveito também para saudar, não pela circunstância de ter sido eleito, porque essa é uma questão que diz respeito aos filiados do PSD do Distrito, mas pela circunstância de ter sido eleito um Mirandense. Estará em condições de poder convencer os seus companheiros do bom fundamento da regionalização até porque bem sabemos que aquando do último referendo e que culminou com um rotundo não à regionalização, bem sabemos qual foi o partido que esteve contra a regionalização e nestas circunstâncias julgo que o Sr. Presidente da Câmara nessas novas funções estará em condições de dar um passo para convencer a região desse caminho, para também o PSD possa definitivamente entrar na rota da regionalização.

Efectivamente nós não podemos abdicar dessa ideia da regionalização, da ideia da criação da região de Trás-os-Montes e Alto Douro, mas também por esta centralidade que é típica de Mirandela, por esta equidistância em relação ao resto da região e que naturalmente uma região composta pelo Distrito de Vila Real e pelo Distrito de Bragança e também pelos Municípios limítrofes dos Distritos da Guarda e de Viseu, naturalmente aqueles que manifestarem esse sentimento, será por aí efectivamente o caminho.

Mas também uma palavra final, Sr. Presidente, se me permite, com generosidade, dizer-lhe que também a comunicação social deve ter um papel importante, auscultando as pessoas, ouvindo os partidos, em torno daquilo que são as suas diversas sensibilidades, levando às populações as nossas preocupações e lançava-lhe até este repto, para que doravante as reuniões das Assembleias Municipais isto na sequência daquilo que foi dito aqui pelo Deputado Aníbal Saldanha, que elas fossem transmitidas em directo e na íntegra, porque com esta plataforma de comunicação, naturalmente que ficaríamos todos mais enriquecidos, ganharia a democracia e sobretudo ganharia mais força esta ideia de regionalização e esta ideia de Mirandela como capital da futura Junta Regional.

Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado também Sr. Deputado Adérito Pires. A Mesa regista naturalmente as palavras e congratula-se com as suas sugestões e é óbvio que não as aceitaremos como um repto nem como um desafio porque não estamos aqui em campos de batalha. As nossas guerras são de palavras, de ideias e de conceitos. Aceitamos como uma sugestão mas também é justo reconhecer que temos dado valor e temos comemorado todas as datas importantes, incluindo o 25 de Abril. Estamos abertos a ideias de realização de iniciativas ou de congressos e temos pensado em realizar um grande congresso sobre as Assembleias Municipais aqui na nossa terra. Naturalmente que nós levaremos isso adiante.

A Mesa não é o epicentro destas questões mas é um ponto de confluência ou de convergência de ideias dos partidos e naturalmente que nós teremos muito gosto em fazer isso.

Como temos também muito gosto em ter sido anunciado anteriormente que o Presidente da Assembleia, um autarca de Mirandela, é o Presidente da Comissão Intermunicipal que irá realizar a sua primeira assembleia no próximo dia 17. Estou a avisá-los informalmente porque é essa data que me foi sugerida pelos grupos de trabalho e que também estamos a preparar o regimento para isso.

Tem a palavra o Deputado Rui Magalhães.

Deputado Municipal Rui Magalhães:

Se me permitem, falarei daqui, já dei os bons dias a todos, cumprimento novamente o Presidente da Câmara, Vereadores, Membros da Mesa, Deputados Municipais, Público e Comunicação Social.

O tema que me traz hoje aqui tem a ver com um assunto que tem sido recorrente nas intervenções de alguns deputados municipais.

Eu não estive na anterior sessão da Assembleia Municipal mas sei que esse tema foi aí debatido e com certeza que sê-lo-á durante o presente ano.

Queria dizer que, grosso modo, concordo e apoiarei todas as iniciativas do Município de Mirandela para que seja dada a devida importância ao Centenário da Implantação da República.

É de facto verdade que houve a intervenção de vários Mirandelenses nesse processo, sendo justo destacar José António de Morais Sarmento, António Eduardo de Oliveira Faria e João Maria Sarmento Pimentel, cujas biografias podem consultar no portal do Município de Mirandela.

Em relação a Augusto Manuel Alves da Veiga, aqui referido na sessão anterior pelo deputado Jorge Pereira não é muito crível que tenha nascido em Mirandela, ao contrário do que ele afirmou e ao contrário de informação que consta em alguns portais da Internet.

Também é sinal de inquietude e de inteligência pesquisar aquilo que lemos ou ouvimos, ou seja, procurar ir sempre mais além. E foi o que eu fiz, tendo resultado das várias pesquisas bibliográficas que efectuei pelo menos a dúvida relativa à sua naturalidade. É verdade que existe informação contraditória e dados que apontam como tendo nascido ora em Mirandela ora em Izeda.

Nessa minha constante postura de inquietude, contactei a Junta de Freguesia de Izeda e pessoalmente a sua presidente, Rosa Galhardo Pires. Esta asseverou que Alves da Veiga tinha nascido em Izeda e enviou-me uma obra editada por aquela autarquia, que aqui mostro, sobre Alves da Veiga. Da sua leitura ficamos a saber que ele nasceu em Izeda, que a Junta de Freguesia de Izeda atribuiu o seu nome a um jardim da vila e que aí colocou um busto. O livro, da autoria de Raul Morais, contém inclusivamente uma foto da casa onde terá nascido Alves da Veiga.

Segundo consta num Boletim da CM de Bragança, a inauguração do Jardim Dr. Alves da Veiga, deu-se a 8 de Abril de 2006. Aí se refere que Alves da Veiga nasceu de facto em Izeda em 1849 e que faleceu em 1924. Político e estadista, foi Chefe Civil da Revolta do Porto a 31 de Janeiro de 1891, tendo-se insurgido contra a Monarquia. O descerramento do busto, da autoria do Escultor Laureano Ribatua, foi feito pelo Presidente da Câmara Municipal e pela bisneta do homenageado, Helena Alves da Veiga de Oliveira. A cerimónia contou com a presença do Governador Civil, do Presidente da CM de Bragança, do Presidente da Associação Cívica e Cultural 31 de Janeiro, das Instituições da vila de Izeda e de dezenas de Izedenses. Dificilmente se entenderia um engano por parte de tanta gente com responsabilidades públicas.

A leitura do primeiro parágrafo do livro de Raul Morais parece dissipar qualquer dúvida, ao rezar assim:

«Augusto Manuel Alves da Veiga nasceu em Izeda, a 28 de Setembro de 1849, numa casa sita na hoje Rua de Santa Eulália, no Bairro da Veiga, sendo aí baptizado em 1 de Dezembro do referido ano. Foram seus padrinhos o reverendo Manuel António da Silva e sua irmã Isabel da Silva, de Caldelhe, e testemunhas António Valverde e José Manuel Rodrigues, de Izeda.»

Portanto, exige-se alguma cautela em nome da verdade ou da certeza histórica e até para não criar um conflito institucional com a Freguesia de Izeda. Ainda bem, neste caso e direi se calhar feliz ou infelizmente que o Município de Mirandela se esqueceu do dia 31 de Janeiro para homenagear Alves da Veiga. Quando digo infelizmente, estou-me a referir ao facto de que se calhar todos nós teríamos gostado que Alves da Veiga tivesse nascido em Mirandela. Não parece que foi o caso. Caso contrário, poderia estar a cometer um lapso imperdoável atentatório da verdade histórica como muitos estarão a cometer.

Aconselho também vivamente a leitura do livro de Manuel Cardoso intitulado «Um Tiro na Bruma» onde são relatados factos ocorridos em Fevereiro de 1919 em Mirandela relativos à resistência republicana contra os monárquicos comandados por Paiva Couceiro. Foram valentes os Mirandelenses dessa época e tudo fizeram para conter os impetus dos monárquicos, merecendo a nossa estima e a nossa homenagem pública.

Muito obrigado.

Deputada Municipal Odete Ferreira (PS):

Exm.º Presidente da Assembleia Municipal, Membros da Mesa, Vereadores, Deputados, Público, Comunicação Social e como já não estão presentes as crianças, que eu desconhecia que estivessem, de qualquer maneira há um elemento do agrupamento que poderá ser portador desse meu voto de congratulação em relação à sua presença.

Também dizer que não tinha qualquer intenção de intervir porque à semelhança de outros grupos de deputados também preparámos as reuniões de Assembleia e, portanto, tínhamos perfeitamente decidido, tal como aconteceu, que a Dr.ª Rita Messias, ilustre colega de bancada, interviesse no assunto que inicialmente ocupou todas as nossas mentes.

Claro que já verificaram que me estou a referir ao caso "Leandro"

De qualquer maneira, depois de ter ouvido intervenções anteriores, esta minha intervenção tornou-se mesmo um imperativo. Não podia ficar calada mas também não quero de maneira nenhuma repetir qualquer ideia ou qualquer argumento que tenha já sido produzido.

É precisamente de olhos nos olhos e percorrendo este auditório e peço desculpa de não me voltar, porque senão perco-me um pouco. Não gosto muito de preparar com cuidado por escrito, gosto mais de improvisar.

Assim sendo, eu diria que casa onde não há pão, todos ralham e ninguém tem razão. Isto para dizer que é muito precoce, é até abusivo lançar, estigmatizar mesmo culpados até porque ainda há inquéritos que estão a ser produzidos.

Depois, não podia deixar de dar a minha opinião, tendo em conta a minha experiência que já é longa, de 36 anos de professora, mas sobretudo de formadora de jovens pessoas (prefiro dizer assim), aliada a exercício de cargos que vieram por acréscimo e nunca pensados antes. Tal aconteceu a nível de gestão, a nível de direcção, quer de uma escola quer da residência, e não podia deixar de lado a riquíssima experiência como professora tutora e elemento da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, embora não esteja a falar nessa qualidade.

Eu diria, portanto, que, e até aludindo ao recente evento promovido pelo grupo parlamentar do CDS/PP, não pude estar presente porque havia um compromisso a que não podia faltar.

O que é que eu quero dizer que talvez seja de novo. Para mim é inerente que é preciso pensar as coisas globalmente, antes e não depois. É preciso pensar nas jovens pessoas, mas sobretudo a partir delas.

E eu pergunto? Será que as ouvimos o suficiente? Será que nos empenhamos todos nós, os parceiros intervenientes no território, e neste caso educativo, o suficiente. Eu direi que provavelmente não, provavelmente grassa a indiferença e eu tenho que chamar aqui à colação todo o texto produzido pela Rita Messias que realmente é extremamente elucidativo dessa necessidade humanista e sabemos que tentando conciliar com a enorme competitividade que hoje sabemos que existe, até se costuma dizer "It's the economy stupid", isto é, tudo se passa muito à volta da economia.

E eu diria ainda mais: nós não nos empenhamos o suficiente, grassa a indiferença, porque educar cansa e esgota pais, professores, parceiros e todo aquele que se interessa pelas pessoas que são o futuro, - neste caso - do nosso país, porque nós vamos querer continuar a ser país.

Açabei de ouvir uma intervenção do Rui Magalhães que precisamente falava de "valorosos Mirandelenses", da elite intelectual. É preciso ouvi-la. É intelectual no sentido lato da palavra. Por isso, acho que a palavra-chave no meio disto tudo é a palavra "cuidar" e cuidar dá muito trabalho.

É preciso uma aldeia para educar uma criança. Portanto, como vêem, culpados seremos todos nós.

Não pretendia, mas consultei os meus colegas de bancada e eles entenderam que seria pertinente eu ler aqui um poema que na altura dos acontecimentos eu fiz. Vou tentar manter a racionalidade porque a emoção também tem o seu tempo, não é bem o luto, de luto acho que estamos todos, mas a emoção já está um bocadinho mais aquietada.

Então eu vou lê-lo, com a aprovação dos colegas de bancada.

Tem apenas o título de "TU"

Tu, menino visível
Indiferente entre muitos,
Marcado a meus olhos num dia inesquecível.
Interrogo-me constantemente,
Por entre pensamentos,
Cortados por momentos.

Poderia ter sido diferente?
Passaste despercebido numa multidão adolescente
Não tiveste tempo de gritar presente?
Como foi possível não haver um olhar
Que pudesse fintar
O teu trágico destino.

Neste espaço educacional
Caminhamos desencontrados
Parecemos apertados,
Em espaços indiferenciados
Sentimo-nos culpados, dessa indiferença relacional
Não podia acontecer

O Leandro de olhos lavados
Deveria permanecer
Ninguém percebeu
O teu silencioso sofrer
Ninguém reparou que as palavras sussurradas
Teriam de ser escutadas.

O choro colectivo não poderá ser em vão
Dentro de cada coração
No gesto de cada mão
O indiferente terá de ser vencido.

Muito obrigada pela atenção.

Deputado Municipal Jorge Pereira (PS):

Efectivamente, eu associava a figura Alves da Veiga a Izeda e sabia dessas situações da Junta de Freguesia e do jardim Alves da Veiga.

Contudo, toda a comunicação social nas comemorações do 31 de Janeiro do corrente ano, nomeadamente aquele estudioso da cidade do Porto, o Dr. Germano Silva, que era um dos intervenientes em directo na TSF, referia a naturalidade de Alves da Veiga de Mirandela.

Entretanto, pesquisando na Internet, a página da Câmara Municipal de Mirandela referia como sendo natural de Mirandela. Falei também com alguém em Mirandela que me referiu essa situação. Uma coisa é certa, Alves da Veiga terá grandes ligações a Mirandela. A minha sugestão era que fosse corrigida esta questão.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado pelo esclarecimento. Sr. Presidente, quer usar da palavra?

Presidente da Câmara Municipal:

Bom-dia a todos.

Saúdo todos os presentes, membros da Assembleia, público e comunicação social. Já não saúdo as crianças porque não tiveram paciência para nos ouvir até ao fim. Recomendo que na próxima vez comecemos pelo 3.º ciclo ou pelo 2.º ciclo. Acho que vão ter mais tempo para estar aqui também nessa situação de esclarecimento e de cidadania.

Mas eu queria dizer apenas que nunca me aconteceu em nenhuma Assembleia Municipal, que eu me lembre, nestes 14 anos de mandato de ter de intervir e responder no período de Antes da Ordem do Dia ter que falar.

Queria dizer de uma forma agradável que depois de tão douradas e ponderadas intervenções feitas aqui hoje eu não tenho rigorosamente nada a acrescentar. Fico à espera das perguntas para o 1.º ponto da ordem de trabalhos.

4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

4.1- APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO

Presidente da Assembleia Municipal:

Passamos ao Período da Ordem do Dia. Pediu a palavra o Sr. Deputado Fernando Pilão.

Deputado Municipal Fernando Pilão (CDU):

É só para me congratular com o Executivo porque na verdade esta informação está cada vez mais completa. Chamámos várias vezes a atenção de que deveria assim e na verdade está bastante completa.

Tenho uma dúvida relativamente ao Estatuto da Oposição. Refere-se aqui que há um relatório que é executado e pelos vistos até foi publicado em Diário da República em 22 de Março de 2010 e que diz que foi enviado aos titulares do direito de oposição a fim de sobre eles se pronunciarem. Queria saber se este relatório foi enviado ou não e a quem.

Também solicito que a letra seja um bocadinho maior.

Secretário da Assembleia Municipal Humberto Cordeiro:

Estão registadas as intervenções do Sr. Deputado Luís Sousa, eu próprio, Sr. Deputado Faustino Cunha e o Professor Dinis.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

Sr. Presidente, no que respeita à informação do Sr. Presidente do Executivo, relativamente à análise financeira da situação do Município, queria chamar à atenção (como sinal de alerta e de reflexão) para o total de despesa que já ascende a 13 milhões de euros, isto é, despesa paga 4.393.000,00 euros e compromettimentos não pagos 8.561.000,00.

É apenas um alerta para a necessidade de haver alguma contenção para que as contas não fiquem desequilibradas. Muito obrigado Sr. Presidente.

Presidente da Câmara Municipal:

Só queria esclarecer o que disse o Deputado Fernando Pilão para lhe dizer que a letra pequena é já um vício que vem da Agenda...nunca mais se corrige este vício... É uma letra pequena que é para obrigar as pessoas a ler. Têm que ler com mais atenção, senão lêem isto atravessado...

Agora, falando a sério, isso é simples de alterar no computador. No próximo número vêm mais páginas.

Para lhe dizer também que foi enviada por e-mail ou por carta registada para cada responsável dos partidos políticos, conforme diz o estatuto. Se não recebeu a CDU, eu pedia que visse lá que é para vermos o que se passa em termos de envio da correspondência.

Deputado Municipal Luís Sousa (Independente eleito pelo CDS/PP):

Relativamente a este ponto, de facto o que está aqui dito na Informação do senhor Presidente é: este relatório foi enviado aos titulares do direito de oposição a fim de que sobre ele se pronunciem. E isso não foi feito. Nós várias vezes trouxemos esta questão aqui da obrigatoriedade da elaboração do relatório e que ele fosse enviado aos grupos e que ele fosse discutido previamente e que depois houvesse uma deliberação nesta Assembleia e isso não ocorreu.

Eu queria deixar essa nota. Agora já está publicado em Diário da República II Série, mas este deveria ter sido o procedimento. Não quero que levem isto para uma questão formal, de cumprimento da lei, isto é uma questão de boas práticas de funcionamento da nossa Assembleia. Não podemos estar a vender uma coisa aos estudantes que aqui estiveram da parte da manhã e depois praticar outra.

Na próxima vez que este Relatório tiver que ser elaborado, por favor cuidem de enviá-lo atempadamente aos grupos para que se pronunciem e depois seja discutido nesta Assembleia e deliberado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Essa de facto tem sido a nossa preocupação. A Mesa regista essa ideia.

Secretário da Assembleia Municipal Rui Magalhães:

Em relação a essa questão, de facto o que aí está é o que consta efectivamente da lei. A lei diz que se deve enviar para que os partidos se pronunciem mas não diz que se deve esperar pela resposta ou pela pronúncia para se publicar o relatório. Eles podem pronunciar-se de várias formas, numa reunião da Câmara ou numa reunião da Assembleia Municipal, é esse o sentido, mas não há qualquer problema se for enviado previamente.

Queria dizer o seguinte:

Convido as pessoas a consultarem o Diário da República e encontrarem outro município português que tenha publicado este relatório de observância do estatuto do direito de oposição. Sei que há municípios que o fazem mas não o publicam na 2.ª Série do Diário da República, como o exige a lei. Nesse aspecto acho que vale mais tarde do que nunca mas vai ser a partir de agora a prática do Município de Mirandela e neste caso do seu Presidente da Câmara.

Deputado Municipal Luís Sousa (Independente eleito pelo CDS/PP):

Essa prática é uma boa prática e de facto tem razão porque praticamente nenhum município o elabora. São poucos aqueles que o deliberam e menos os que o publicam em Diário da República 2.ª Série, portanto é uma boa prática. O que não foi uma boa prática foi eu ter conhecimento desse relatório só através de leitura do Diário da República. Aliás, convenhamos, o relatório está muito fraquinho e eu não me revejo nele nem o meu grupo se revê nele mas também não vou levantar aqui onda relativamente a isso. Parte do serviço está a ser bem feito, a publicação em Diário da República é uma boa prática, agora falta o resto. Falta enviá-lo para que as pessoas se pronunciem e isso não foi feito.

Presidente da Assembleia Municipal:

Ficam registadas todas estas recomendações e ideias. O caminho é para a frente, é para melhorar com a ajuda de todos, naturalmente que nós saberemos tratar disso no período de intervalo entre as Assembleias. Passemos então ao Ponto 4.2.

PONTO 4.2 – PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2009 - CMM

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 12 de Abril de 2010 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com 4 votos a favor dos membros do PSD e 3 votos contra, sendo 2 dos membros do PS e 1 do membro do CDS/PP:

- 1 – Aprovar os documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2009 da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 2 do art.º 64 da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro;
- 2 – Submeter esta deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos do indicado preceito e ainda alínea a) do n.º 6 do art.º 64, alínea c) do n.º 2 do art.º 53 e n.º 2 do art.º 49, todos da mencionada Lei.”

Deputado Municipal Rui Sá (PSD):

Senhor Presidente, Srs. Secretários, Senhor Presidente da Câmara e senhores Vereadores, Senhoras e senhores Deputados Municipais, Senhoras Professoras, Comunicação Social, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Em primeiro, gostaria de dar os parabéns ao Executivo desta Câmara Municipal pela forma clara, sucinta e de uma leitura bastante fácil como foi apresentado o Relatório e Conta de Gerência da Câmara Municipal de Mirandela, relativo ao ano de 2009.

Este documento, se bem nos lembramos, reflecte bem as cinco linhas mestras das Grandes Opções do Plano do ano 2009:

- Sustentável
- Inovadora
- Solidária
- Criativa
- Cooperante.

A sustentabilidade da previsão de despesas e receitas correntes e de capital, plasmada nas Grandes Opções do Plano de 2009, expressa-se na significativa taxa de execução que este documento de Prestação de Contas evidencia, apesar dos constrangimentos resultantes de uma conjuntura económica muito desfavorável e de opções políticas do poder central reconhecidamente condicionadoras da capacidade financeira dos municípios.

Em 2009, foram concretizadas obras e desenvolvidas actividades que permitiram a prossecução de objectivos e das linhas orientadoras do plano plurianual de investimentos, nomeadamente no que se refere à consolidação do reforço que vinha a ser feito no investimento em infra-estruturas de serviços de abastecimento público de água e de saneamento (incluindo a construção de ETAR'S mais amigas do ambiente), bem como no melhoramento das estradas e caminhos municipais e recuperação das igrejas e capelas, tendo em vista a elevação da qualidade de vida, preservação ambiental e conservação do património.

Nota que a intervenção equilibrada nos vários objectivos, em conformidade com a planificação realizada na elaboração das Grandes Opções do Plano, proporcionou avanços significativos em vários domínios, como por exemplo:

- Preservação e aproveitamento das potencialidades dos recursos endógenos
- Promoção e valorização do rico e diverso património cultural
- Incremento da qualidade de educação, nos vários níveis de ensino
- Dinamização do desporto e do lazer
- Melhorias dos serviços de abastecimento público de água e de saneamento básico;
- Defesa do equilíbrio ambiental
- Reforço da atractividade do território concelhio
- Incentivo e apoio ao empreendedorismo e à dinamização do tecido empresarial
- Modernização das vias de comunicação

- Valorização da inovação tecnológica e da sociedade do conhecimento e da informação
- Apoio à actividade e a projectos das várias instituições concelhias.

O avanço de projectos de desenvolvimento local e a concretização de actividades e iniciativas de reconhecido impacto regional e nacional, que deram visibilidade ao Concelho, consolidaram a sua imagem positiva e reforçaram a sua atractividade.

De acordo com o Executivo liderado pelo Sr. Dr. José Silvano, o Município de Mirandela continua a valorizar as potencialidades naturais e culturais do território concelhio na promoção de actividades e produtos regionais como o Azeite, a Alheira, o Morango e o Vinho (prova disso é a feira este fim-de-semana em S. Pedro Velho) que são ainda fonte de subsistência de muitos Mirandelenses.

A revitalização da economia tradicional e o incremento de projectos alicerçados na inovação tecnológica e na sociedade da informação e do conhecimento fazem jus à apologia do binómio tradição/modernidade e que constituem dois vectores estruturantes do processo de desenvolvimento do Concelho.

Precisamente porque o desenvolvimento não se cinge ao crescimento económico, é importante notar o esforço que está a ser encetado em dimensões como a educação, a cultura, o desporto e o lazer. No pressuposto de que a prática desportiva e o lazer são também pilares alicerçantes de uma sociedade de valores e concorrem para o bem-estar de cada um, a prioridade concedida à formação dos mais jovens, neste sector e o investimento na melhoria das instalações desportivas (polidesportivos) voltaram a constituir algumas das vertentes da intervenção do Executivo Municipal nesta área.

Importa ainda relevar o apoio aos projectos que dão primazia à competição desportiva, como o Jet Ski, o Ténis de Mesa, o Xadrez e o apoio dado aos nossos alunos que se têm classificado em lugares pioneiros em olimpíadas de Matemática, Física e Química onde têm participado e que levam o nome de Mirandela a várias regiões do país e ao exterior.

Quando se fala em apostar na elevação da capacidade endógena e da atractividade, pretende-se significar um impulso para a requalificação renovadora dos alicerces da economia local, porém, tal não implica apenas investir em infra-estruturas e equipamentos públicos mas também ajudar a criar condições para a promoção de um empreendedorismo inovador e proporcionar a emergência de novos postos de trabalho e da produção de mais e melhor riqueza.

A preocupação com o bem-estar das pessoas tem sempre primazia e é indissociável de projectos que contemplem sectores como a rede viária, o abastecimento público de água e o saneamento básico.

É imperioso facilitar a circulação de pessoas e bens e abrir a oportunidade à instalação de famílias e empresas que aqui encontram todas as condições de florescimento.

Também não pode merecer grande dúvida a constatação de que um território socialmente coeso e capaz de oferecer a todos serviços de qualidade, em áreas como a saúde, a protecção civil, o desporto e o lazer reúnem melhores condições para prosperar e ver reforçada a sua atractividade.

A vida quotidiana das pessoas e o ambiente conheceram novos saltos qualitativos com os avanços em matéria de investimento em infra-estruturas de ampliação e consolidação da rede de abastecimento público de água e de saneamento básico às freguesias e ao concelho, ao mesmo tempo que prosseguiu o desenvolvimento de iniciativas no âmbito da educação ambiental e da sensibilização dos munícipes e das empresas para a necessidade de desenvolverem procedimentos e atitudes salvaguardando o equilíbrio natural.

Também os projectos em carteira abrem boas perspectivas no sentido da colocação do Concelho numa posição privilegiada em matéria de aproveitamento das suas potencialidades.

Apesar da tendência para o encerramento de equipamentos e serviços de saúde, em Mirandela têm sido dados importantes passos no sentido do reforço e melhoria dos cuidados de saúde prestados às populações, patentes nas instalações do centro de saúde de Golfeiras e na construção do Hospital Terra Quente bem como abertura de novas clínicas.

Aqui chegados interessa dizer que Mirandela está agora em condições de abraçar projectos doutra envergadura que já não será só o Saneamento Básico, a Água, o Arruamento, o Muro, a estrada e etc.

Concluo afirmando que **“Mirandela continuará na primeira linha do desenvolvimento”**.

Os meus cumprimentos a todos.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

Sr. Presidente, vou tentar abstrair-me e vou referir-me apenas à apresentação do Relatório em geral. Vou abstrair-me, como dizia, do jeito ou da forma como está escrito, que me parece num estilo um pouco barroco. Vou referir-me apenas aos factos e tentar cingir-me aos números.

Assim, é referida a qualidade de vida no concelho de Mirandela e é referido que é directamente proporcional ao grau de satisfação dos seus habitantes e eu pergunto? Isto é um conceito abstracto e subjectivo ou pode ser medido e comparado estatisticamente? Lembro-me que a Lei até fala no índice de desenvolvimento social. Procurei elementos sobre a síntese e não há ao nível das Nuts 4 e há apenas ao nível das Nuts 3 e é aí temos que trabalhar efectivamente.

Diz a certa altura que apresentámos candidaturas aos vários quadros comunitários nas mais diversas áreas e a um valor que ascende a 35 milhões de Euros. Muito bem, congratulo-me, foram apresentadas candidaturas para projectos valorizados em 35 milhões de Euros, mas eu gostaria de perguntar. Qual a percentagem de aprovação? Com que valor global?

Passando à frente. A certa altura são citadas várias obras de construção como a nova Esquadra da PSP, o Hospital da Terra Quente, a Clínica de Hemodiálise, o Museu da Oliveira, a Ecoteca e o novo Centro Escolar.

Eu não conheço nenhuma cidade que não tenha uma Esquadra da PSP e a Esquadra da PSP é uma iniciativa do Governo.

H21
J

O Hospital da Terra Quente é igual a tantos outros que estão a construir em todas as cidades e a Câmara tem apenas uma posição de 10%. Não tem aí um grande poder uma vez que até para decidir seja o que for no seu estatuto pede-se um poder de 50%.

Quanto à Clínica de Hemodiálise, ela é totalmente privada.

Em relação ao novo Centro Escolar, também não quero tecer comentários sobre se é muito grande ou se é muito pequeno. Parece que as novas ideias nessa área recomendam até que sejam mais pequenos mas não quero pronunciar-me sobre isso.

Quanto a um outro ponto, devo afirmar que mais importante que os números e as taxas são os projectos, as realizações, a satisfação das populações, etc, etc.

O exercício económico de 2009 ficou marcado por projectos e acções que marcarão para sempre a história do concelho de Mirandela.

Um outro ponto que merece reflexão é no apoio às escolas na área de nutricionismo no sentido de promover junto dos alunos a prática de uma alimentação saudável. Eu gostaria de perguntar: com ou sem fruta?

Um outro ponto a merecer a minha atenção e a atenção do grupo do CDS/PP, tem a ver com o turismo e o Posto de Turismo porque de facto 2.986 pessoas em todo um ano a pedir informações não é nada de espectacular. Mas há-de haver outra forma de medir o turismo. Eu sugeria, por exemplo, recorrer ao apoio das Universidades, à estatística ou à realização de inquéritos à hotelaria para saber do número de camas utilizadas ou o número de camionetas de transporte que visitam a cidade. Eu gostava de ter dados que pudessem mostrar que de facto o ponto de vista turístico está a caminhar de uma forma positiva.

Aparece mais à frente que a Câmara prescindiu de 5% que lhe competem na comparticipação variável da taxa do IRS. É verdade, tem sido muito propagado. Em 2009 fez essa precisão, rescindiu, mas em 2010 estão-se a receber verbas do IRS. Será que não foi comunicado até 31 de Dezembro de 2009 como a lei impõe? Será que para este ano vai acontecer a mesma coisa? Eu não estou a dizer se sou a favor ou contra a rescisão do IRS. Eu estou apenas a dizer que foi dito aqui que se prescindiu e este ano temos receitas.

Num outro ponto fala-se nas várias empresas comparticipadas. Sr. Presidente, deixe-me que lhe faça uma pergunta. Há alguma documentação ainda por distribuir? É que eu não vi nos Relatórios de Contas das empresas comparticipadas.

Presidente da Assembleia Municipal:

Mas qual era a pergunta objectiva Sr. Deputado?

Deputado Municipal Faustino Cunha CDS/PP:

É essa. É que segundo a Lei nº 02/2007, que regula tudo isto, no art.º 47 diz que as contas dos Municípios e das Associações de Municípios que detenham participações de capital de entidades no sector empresarial local são remetidas ao órgão deliberativo para apreciação, juntamente com o certificado legal das contas e o parecer sobre as contas apresentados pelo revisor oficial de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas. Depois no art.º 48 diz que deve ser nomeado pela Assembleia um auditor externo que terá várias funções. Se houver dúvidas, cedo a lei aos juristas para que a possam interpretar.

A verdade é que eu estava à espera de ver as contas das empresas do sector local comparticipadas e não as vejo. Em relação àquilo que foi apresentado, o grupo parlamentar do CDS/PP reitera a declaração de voto da Sr.ª Vereadora Graça Calejo na reunião do Executivo.

Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

A seu tempo falaremos do voto quando for a altura própria. No que respeita ao pedido de documentação, a Mesa já informou mas aguardemos que durante o percurso do debate possa haver alguma informação acrescida sobre essa matéria.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Sr. Presidente, Srs. Deputados da Assembleia Municipal, Srs. Presidentes da Junta, Minhas Senhoras e Meus Senhores. Antes de iniciar a minha intervenção, eu só tinha aqui uma pergunta para fazer ao Sr. Presidente Rui Sá. De que concelho estava a falar?

Passada esta pequena questão, porque de facto, pareceu-me estar a falar de um concelho imaginário.

Presidente da Assembleia Municipal:

Como figura de retórica a Mesa aceita porque como sabe não é regimental. Faça o favor de continuar.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PSD):

Para iniciar este ponto da Ordem de Trabalhos que tem a ver com a Prestação de Contas do Executivo, que é disso que se trata, nós viemos aqui para avaliar como foi gerido e o que foi conseguido do orçamento que nos foi proposto dia 22 de Dezembro de 2008.

Eu fui buscar à acta n.º 07, de 2008, qual a posição que o Partido Socialista, através de mim próprio tinha tomado sobre o orçamento. E já agora eu leio o que está escrito nessa acta. Eu ocupei 90% do tempo do meu discurso sobre os GOP'S e sobre o orçamento e disse isto:

"Sobre o orçamento propriamente dito, é o orçamento a que estamos habituados e não lhe vou dedicar muito tempo, porque é aquilo que eu costumo dizer, é o orçamento dos 16 mais 25. 16 vão-se executar porque são previsíveis, mas os 25 tenho algumas dúvidas. Portanto, e em conclusão, eu diria se este é o orçamento do Presidente da Câmara e da actual vereação, eu acho que ninguém acredita nisto. Ninguém acredita porque a prática que me ficou

demonstrada anteriormente não vai nesse sentido. Se as GOP'S e o orçamento são do potencial candidato ou do candidato, também aqui não é local próprio. Por uma e outra razão, obviamente votamos contra."

Esta foi a nossa posição em 2008 sobre o orçamento que nos foi apresentado.

E o que é que o Executivo da Câmara nos apresenta hoje como relatório do que foi executado? Justamente *ipsis verbis* aquilo que nós dissemos nesta altura, ou seja, desta proposta de 16 mais 25, que depois transformaram em 28 por força do empréstimo que contraíram, nós tínhamos um orçamento rectificativo de 17 milhões de despesas correntes ou receitas correntes / despesas correntes e 29 milhões de despesas de capital, leia-se "investimento".

O que é que foi realizado? Justamente aquilo que nós prevíamos: 14 milhões de receitas correntes, 9,5 milhões de receitas de capital, ou seja, o programa ambicioso dos 25 milhões de despesas de capital, leia-se investimento, leia-se projectos, veio por aí abaixo aos trambolhões para 9,5 milhões.

Esta é a realidade dos números e não há volta a dar-lhe e lembro mais uma vez que estamos aqui nesta Assembleia para aprovar as contas, ou seja, para nos ser dado conta da execução do orçamento. Realidade dos números, nua e crua, propõe-se o Executivo fazer uma gestão durante 2009 de 17 milhões de receitas de despesas correntes, 29 milhões de receitas de despesas de capital e executa 14 / 9,5. Isto dá uma taxa de execução de cerca de 50%, sendo que só consegue este número porque nas receitas de despesas correntes, na gestão corrente, digamos assim, consegue-se sessenta e tal, creio eu, e trinta e tal na de capital, o que revela a incapacidade total de colher receitas de capital.

E também nos dizem em termos de contas que aumentaram o passivo em 4,5 milhões, ou seja, temos aqui uma execução de 50% e ainda por cima a Câmara fica mais endividada em 4,5 milhões de Euros, sendo que já atingiu o limite de endividamento.

Se analisarmos cada uma delas, o que é que nós verificamos? Verificamos que o espectável e o adivinhável dava a capacidade deste Executivo, que é a seguinte: mesmo na gestão corrente só as transferências correntes da DGAL é que são aquelas que estavam previstas. Todas as outras ficaram abaixo daquilo que estava previsto.

Portanto, não foi só na área do investimento que foi um falhanço total, como na área das receitas correntes também já que as únicas que conseguiram atingir foram aquelas que são burocráticas, digamos assim, que decorrem das transferências da Direcção Geral das Autarquias Locais.

Há aqui também um ponto que eu gostaria de sublinhar.

O Sr. Presidente da Câmara enche a boca com a redução dos 5% mas a verdade é que há aqui um pequeno dado, não vale pelo montante, vale pela tendência, pela redução do IRS dos 5%. É que nos impostos directos cai 20% e nos impostos indirectos cai 80%.

Isto é uma pequena mensagem a dizer que a actividade económica está em decréscimo. Pode-nos vir dizer que é da crise e certamente será essa a resposta. A crise tem as costas muito largas, mas como eu demonstrarei a seguir, não tem tanto a ver com a crise mas tem a ver com as más políticas seguidas durante estes 14 anos.

A política seguida e o paradigma de desenvolvimento assentou claramente naquilo que eu posso caracterizar como no subsídio-dependência, na cumplicidade partidária ou se quiserem até num certo corporativismo autárquico, ou seja, no predomínio de uma vontade de criar postos de trabalho em torno da autarquia, controlados pela autarquia. Todas as verbas vão e foram durante todo este tempo para aí e eu atrevia-me quase a colocar aqui uma questão.

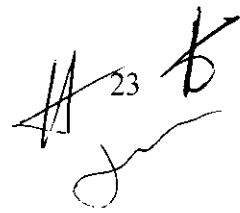
Se a regra que agora está mais ou menos assente, da função pública, por cada dois que saem só entra um, vier por cada 3 (eu queria ser mais benévolo até para o Sr. Presidente da Câmara) que saem só entra um. Se isso acontecer também nas Autarquias Locais, já pensaram qual é o futuro de Mirandela? O que é que pode vir a acontecer para nós todos, para os nossos filhos? Porquê? Porque se investiu naquilo que eu chamo postos de trabalho falsos. São falsos porque a criação destes postos de trabalho não tem actividade económica subjacente e, por isso, eu dizia há pouco ao Presidente Rui Sá de que concelho estava a falar, porque a dada altura falou numa questão que a mim me fere, a que eu sou muito sensível, apoio ao desenvolvimento económico do concelho, apoio ao investimento. Eu desafiava-o a que me dissesse uma única verba para o desenvolvimento económico e para o investimento do concelho. Estou a falar em investimento económico e desenvolvimento com criação de mais valia. Não, a feira da alheira e tudo isso, eu não considero por aí, não considero que esse seja o paradigma de desenvolvimento de Mirandela passe por aí, porque das duas uma. Ou nós caminhamos na fileira do conhecimento que nos leva à criação de valor acrescentado ou estamos falidos. Eu devo dizer-lhe, e agora peço desculpa por fazer aqui (mas acho que é importante) estes parênteses, por exemplo, que me interrogo, com tantas políticas em torno do azeite e 75% ou 80% do azeite sai deste concelho a granel. Agora digam-me se esta política é correcta... investiu-se na feira de azeite, na rota do azeite e não sei quê, eu desafio a provarem-me, considerando o garrafão de 5 litros granel, e é granel, não é valor acrescentado, isto seria de outro âmbito a falarmos disto que a contrariar este meu convencimento, de que 80% sai a granel.

Não é esse o paradigma de desenvolvimento que Mirandela necessitaria, quando nós temos e é verdade, ganhámos concursos mais ou menos sem fazermos nada por isso, até com alguma surpresa, concursos do melhor azeite do mundo, mas depois em termos de valor acrescentado, se quiser, de sermos capazes de vender isso quase como que um "medicamento", não o conseguimos fazer, e esse é o nosso caminho. Diga-me onde está um euro acrescentado para isto.

Dai que os postos de trabalho que foram criados são falsos. Desafio-os a pensar o que acontecerá a Mirandela se uma regra de 3 / 1 acontecer e o que aconteceria se se tivesse investido numa fileira do conhecimento, numa fileira do valor acrescentado.

Há anos atrás falou-se e trabalhou-se na possibilidade do pólo tecnológico. Eu sei que o Governo mudou, a legislação não ajudou, mas se esse era o nosso alvo e se esse era o nosso caminho, devia-se ter posto ali algum dinheiro para isso. Devia-se ter posto algum dinheiro que levasse a esta questão do valor acrescentado e então criar-se-iam postos de trabalho reais. Postos de trabalho que resistiriam a qualquer tipo de crise.

Para terminar, queria deixar uma pergunta ao Sr. Presidente da Câmara. Face à envolvente que hoje se vive, em que pé estão e o que vai fazer das parcerias publico privadas? Obviamente que depois do que disse, não é o nosso paradigma do desenvolvimento, não fizeram bom trabalho e isso resulta dos números, o Partido Socialista votará contra.



Secretário da Assembleia Municipal Humberto Cordeiro (PSD):

Sr. Presidente e Sr. Secretário, Sr. Presidente da Câmara e Srs. Vereadores, Caros Colegas, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Antes de começar a minha intervenção, queria perguntar ao Sr. Eng.º Baltazar se por acaso as críticas que acabou de fazer se foram à Câmara Municipal ou se foram à política deste governo, porque a mim parece-me que tudo quanto aqui disse se deve à inteira responsabilidade da política que este governo tem implementado no nosso país e, por isso, parece-me bastante desadequada a intervenção que ele fez relativamente a esta questão.

Vou começar então com a minha intervenção.

Numa altura em se fala tanto de crise: é a crise económica, é a crise social, é a crise da justiça é a crise de valores, é a crise da política, etc, etc, o que é verdade efectivamente.

O documento que vamos discutir oferece-nos uma boa oportunidade de reflexão face ao bom trabalho que tem vindo a ser realizado pelo executivo nestes últimos anos.

Pese embora o facto de ter havido forte contenção nos fluxos de negócio das empresas, a CMM, com uma política de desagravamento fiscal às empresas e às famílias, através da redução dos impostos indirectos, como o IMI e o IMT e ter abdicado dos 5% do valor do IRS a favor dos cidadãos, Mirandela conseguiu um feito notável em que globalmente nestes últimos anos têm vindo, e de uma forma sustentada, aumentando a sua taxa de execução, situando-se actualmente próximo dos 52%. De receitas e disto poucos municípios se podem orgulhar. Se vocês analisarem o Relatório e Contas de outras Câmaras do nosso país não encontram com facilidade taxa de execução de receitas na ordem dos 52%.

As críticas da oposição, em muitos casos contraditórias, não fazem grande sentido. A discussão circunscreve-se sempre aos mesmos factores: empolamento dos planos e orçamentos, baixas taxas de execução, etc, etc. É sempre a mesma coisa. Nós já estamos fartos de lhes explicar e de responder com os mesmos argumentos porque não há milagres e não há mezinhas. As mesmas perguntas têm sempre as mesmas respostas. Eu nem vou repetir aquilo que já fiz aqui ano após ano. Não vale a pena mais uma vez escarpelizar essas questões porque repetidamente vamos nós ter que responder da mesma maneira.

O que é verdadeiramente importante referir, e deixar aqui bem expresso, tem a ver com três ou quatro aspectos que considero de significativa importância. Primeiro, é saber se os objectivos programáticos foram atingidos. Segundo, é analisar os resultados. Em terceiro lugar, é saber se as competências dos pelouros atribuídas aos Vereadores e ao Presidente foram bem conduzidos e finalmente a eficácia e eficiência das suas tarefas. Parece-me que isto é que são os quatro factores mais importantes a analisar para podermos efectivamente ter uma opinião concreta daquilo que se passa na nossa região.

E quanto aos objectivos, como podem verificar, nos documentos que vos foram entregues para fazerem a análise, estes foram largamente cumpridos. A panóplia de realizações e actividades desenvolvidas e implementadas estão bem à vista de toda a gente.

Quanto aos resultados, caros colegas: façam o favor de fazer uma introspecção e analisem aquilo que Mirandela era há meia dúzia de anos atrás e o que é efectivamente agora. Não é possível comparar estes dois momentos sem ter bem presente o enorme salto quantitativo e qualitativo em que o nosso concelho se transformou. A cidade, a vila e as aldeias do concelho não têm qualquer semelhança com o que se passava há anos atrás. As infra-estruturas e os equipamentos que foram construídos assumem, hoje, uma importância tal que em toda a região não é fácil encontrar um concelho com a qualidade de vida que aqui vivemos. Por isso, ao nível dos resultados podemos afirmar e confirmar que são visíveis e reconhecidos. A nossa cidade, Mirandela, aos fins-de-semana, e sobretudo ao domingos, transforma-se num verdadeiro local de culto tal é o volume de gente que se acumula cá. Eu diria mesmo que Mirandela tem 100 dias por ano de autênticas romarias. Isto é o resultado de uma boa gestão autárquica e de uma política local correcta. Se quiserem fazer uma experiência, num domingo qualquer, dêem uma volta, pelas cidades principais do nosso distrito ou da nossa provincia e vocês vão encontrar que efectivamente Mirandela está cheia de gente e as outras cidades aqui à volta como Chaves, Vila Real ou Bragança não têm gente e praticamente não se vê gente nas ruas. Mirandela está cheinha de gente. Vejam os cafés nessas alturas que estão cheios, os restaurantes estão cheios, nós queremos almoçar ou jantar, não encontramos um lugar... é verdade Srs. Deputados, isso é importante que se diga. Vejam com os vossos próprios olhos, isto são resultados e são resultados de boa gestão.

Quanto às competências, quero aplaudir o trabalho também notável que o Presidente e respectivos Vereadores, em regime de permanência, e os funcionários da CMM têm apresentado, pelo enorme esforço dispendido, pela sua competência técnica e pela capacidade de trabalho demonstrada. O enorme volume de trabalho e de responsabilidades atribuídos a cada um dos membros do executivo é de tal modo exigente que há muitos meses, e quiçá anos, que não sabem o que é um fim-de-semana em família. Isto ninguém tenha dúvidas que é verdade. Estão sistematicamente a ter que percorrer as aldeias, Domingo após Domingo e Sábado após Sábado. Isto ninguém pode escamotear. Ninguém pode desmentir porque é efectivamente verdade. Basta ver o volume de convites que V. Ex^{as}. recebem todas as semanas na vossa caixa de correio para atestar essa realidade.

Quanto à eficácia e eficiência, queria dizer que quem consegue em tempo de profunda crise económica financeira um volume de receitas assim, abdicando de 5% do valor do IRS a favor das famílias do concelho, só pode ter realizado um trabalho, só possível de atingir se estiver subjacente elevada eficácia e eficiência, sobretudo dos recursos humanos e materiais.

A título meramente informativo, quero também aqui recordar a todos os deputados que se fixem bem nas páginas 73 a 76 deste relatório que têm a ver com as transferências correntes e as transferências de capital. Nestas páginas estão reflectidos os valores efectivamente pagos em transferências correntes e de capital na rubrica das despesas. Podem verificar que o valor transferido para as Juntas de Freguesia, associações de carácter social, recreativo, desportivo, religioso e outras, ascende a mais de 3.000.000 de euros, ou seja, cerca de 600.000 contos na moeda antiga. Isto é muito dinheiro, meus amigos e se não for a Câmara a apoiar estas instituições nós não tínhamos a qualidade de vida que temos neste momento.

24
J

Sabem, por exemplo, que só em transportes escolares a Câmara gasta cerca de 2.000.000 de euros? É preciso pensar nesses números para se ver como se gasta o dinheiro. Analisem bem as páginas e vão encontrar algumas das razões pelas quais as câmaras deste país gastam uma fatia importante dos seus recursos. Não é só a nossa Câmara que faz esse tipo de política mas todas as Câmaras do país, principalmente as do interior. É este o *modus operandi* de quase todas elas porque tem que ser assim mesmo.

Isto são só transferências correntes e de capital. Delas não fazem parte as despesas feitas tuteladas pela Câmara mas apenas as despesas de transferências directas para as Juntas de Freguesias e para as Associações, etc.

Em relação ao nível das estratégias, queria também acrescentar o seguinte:

Não obstante as habituais análises de comparação de despesas correntes/ despesas de capital, aquilo que verificamos é que a Câmara implementou uma estratégia de aproveitamento dos fundos comunitários atempadamente.

Estivesse o QREN, o PRODER, o ON2 a funcionar de forma consistente, competente e eficiente, veríamos nesta execução uma elevada realização se as verbas dos fundos comunitários, dos projectos aprovados tivessem sido recebidas. Este é um problema muito grave que as nossas autarquias atravessam nesta altura. O governo não cumpre com as suas obrigações. Por exemplo:

O Polis 21 para as cidades, distribuída por ON" e POVTV, a Câmara tem aprovados, repito aprovadas, uma parceria para a regeneração urbana no valor de 10.000.000 de euros;

TUA Mirandela tem uma candidatura REDE CIDADES, com 6 cidades da região, no valor de 15 milhões de euros para distribuir por todas;

A REDE ECO CÍTRAS, ainda 3 acções inovadoras, para o desenvolvimento urbano, no valor de 4 milhões de euros.

Se neste eixo falamos de mais de 16 milhões de euros para Mirandela (se tiverem dúvidas consultem os respectivos sites e lá encontrarão estes valores que vos apresentei). Mas não se fechou a estratégia. O centro escolar, a habitação social, a requalificação do auditório e outras tantas candidaturas, (estamos a falar em termos de candidaturas que o governo aprovou e não está a cumprir) a que se somam projectos no âmbito da CIME com mais 6.000.000 de euros, também já aprovados.

No PRODER, foi feita uma candidatura para caminhos rurais e de regadios, em programas de cooperação internacional, e em programas de âmbito nacional;

No PIT (Programa Integrado de Turismo) pela primeira vez, é financiada duma forma simbólica o campeonato de Jet Sky da Europa, no valor de 30.000 Euros.

É esta estratégia e o crescimento sustentado que referi ao nível da execução orçamental, dão-nos toda a confiança, para cada vez mais, vemos Mirandela, como líder no contexto regional. Face a tudo isto o PSD obviamente só pode votar a favor.

Deputado Municipal António Figueiredo (PSD):

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Exm.º Sr. Presidente da Câmara Municipal e restantes Membros do Executivo, Exm.º s Srs. Deputados Municipais, Minhas Senhoras e Meus Senhores / Comunicação Social.

Bom-dia a todos.

A minha intervenção é uma intervenção focalizada e incisiva sobre um determinado aspecto que vou aqui tentar expor mas para isso tenho que passar para 2005, em relação a uma intervenção que eu fiz aqui e que tem a ver com uma situação muito importante e eu acho que futuramente vai ser a vida das cidades. Na minha área profissional não tenho alguma dúvida de que é a política de salvaguarda, em termos de reabilitação.

Eu disse no ano de 2005 que a política de salvaguarda para a reabilitação dos antigos centros históricos «isso está na acta de 2005, para quem quiser ir ver» tanto na nossa Cidade como na Vila de Torre D. Chama e aldeias foi uma das grandes preocupações que eu aqui focalizei em termos de Assembleia Municipal.

E pedi à Câmara, vim aqui falar, para que conseguisse orientar estratégia, os caminhos, mecanismos apropriados, para que se reabilite o nosso espaço, o nosso "património histórico" para que haja uma melhor qualidade de vida das pessoas e das nossas das nossas gentes nos concelhos, penso que é o que todos os Srs. Deputados Municipais querem – não é retórica, é vir para aqui e dizer algumas coisas que a médio e longo prazo o Executivo possa vir a realizar.

Os nossos centros históricos, eu disse ao Sr. Presidente "que felizmente ainda é hoje o mesmo e que continuará a ser" e disse também ao Sr. Vice-Presidente que num futuro próximo deviam ser reabilitados tendo em conta a sustentabilidade no aproveitamento do território.

Transformar os Centros Históricos num espaço de "novas" oportunidades para que sejam o suporte de novas actividades e prestação de serviços, estimulando a inovação e a competitividade, bem como o fluxo de pessoas.

Deverá a Câmara Municipal reabilitar e não deixar destruir esse património. Não deverá adular as construções e criar construções insólitas ou de desrespeito à paisagem humanizada.

A recuperação do património constitui muitas vezes uma solução mais económica e cultural, evitando ainda o valor especulativo e a dispersão em matéria de povoamento. (estou a citar uma intervenção que eu fiz nesta tribuna no ano de 2005). Eu estou a falar há cinco anos atrás, foi quando fiz esta intervenção.

E disse terminando esta intervenção:

Em resumo, Sr. Presidente, Sr. Vice – Presidente e restante Executivo, hoje já estão criadas condições, (naquela altura) para a criação das chamadas sociedades de reabilitação urbana ou outras que funcionam como instrumento empresarial por via do qual se promoverão, mediante decisão dos municípios, a recuperação dos centros históricos e urbanos.

E hoje, no ano de 2010, temos a decorrer programas como um programa de acção de regeneração urbana. É um facto e uma realidade. Não é uma utopia ou um sonho qualquer. Ele que corresponde a uma parceria de Regeneração Urbana do Centro Histórico, integrado no Âmbito da Política das Cidades Polis XXI.

Esta candidatura foi formalizada de acordo com os termos e para os efeitos previstos no "aviso de abertura de concurso (se quiserem podem verificar isso) para apresentação de candidaturas de programas de acção – PRU/2/2008 – Grandes Centros", o qual contempla operações nos domínios da "Promoção de operações integradas de valorização económica para a excelência urbana" e "promoção de operações integradas em zonas prioritárias de regeneração urbana", e para a "promoção de operações para excelência urbana de redes de competitividade e inovação", a "promoção de operações integradas em zonas prioritárias, no sistema Prioritário IV e do Programa Operacional do Norte 2007-2013. Isto não é inventado por mim, não é retórica...então foi inventado pelo PS...esta retórica é do PS, é vossa, não é minha.

Este programa de acção correspondente a uma candidatura e enquadra-se numa "promoção de operações integradas à valorização económica para a excelência urbana que é o projecto "TuaMirandela". Quem não o conhece pede à Câmara que lho faculte e que o leia (disso não tenho culpa).

O Projecto "TuaMirandela" é uma Parceria de Regeneração Urbana e é tendo em conta essa dimensão de essência absolutamente fundamental para o percurso de renovação e recuperação do Centro Histórico de Mirandela.

Eu posso dizer, que de 2005 para cá, esse sonho que eu tinha tornou-se uma realidade. Vão dizer que é muito pouco... mas é alguma coisa, já se fez alguma coisa.

O meu colega de partido que me antecedeu, disse que esse valor era um valor dum investimento global de candidatura aproximadamente aos 10 milhões de Euros e é uma pura realidade, são 10 milhões de Euros que a Câmara conseguiu e aqui deve-se enaltecer a qualidade dessa candidatura porque foi a primeira candidatura a nível nacional "estou a dizer a nível nacional", a primeira a ser qualificada. Câmaras de Lisboa, Porto, Aveiro, Coimbra, etc, etc. ficaram atrás da Câmara de Mirandela.

Há um bom procedimento técnico e uma boa coordenação técnica e aqui reconheço a grande dinâmica que teve este Executivo e a maior dinâmica ainda do Sr. Vice-Presidente, o Eng.º Almor Branco.

Realço ainda o facto de este plano de acção poder vir a aproveitar as oportunidades geradas pelo regime jurídico que saiu há relativamente pouco tempo, - se calhar também não conhecem o regime jurídico que saiu há pouco tempo - o Decreto – Lei nº 307/2009 de 23 de Outubro. É importante ler esses dados e é importante trazê-los aqui se queremos o melhor para o concelho e eu pertença a esse torrão natal. Eu quero o melhor para o meu concelho e para a minha terra. Eu vim para aqui, trabalho aqui e dou tudo por Mirandela. Não há ninguém que faça "das tripas coração", como eu, para ajudar os Mirandelenses. E é isso que eu pretendo e é isso que eu quero fazer até como uma referência que eu tenho do meu passado. Não uma referência política, mas como homem como ele era e isso é importante para mim. Eu estou a dizer isto com toda a dignidade e honestidade possível. Não é vir para aqui e dizer que está tudo mal feito...acho que não devemos ser assim.

Conforme já foi aqui mencionado pelo meu colega, que agora as coisas truncaram-se e no âmbito dessas mesmas estratégias em relação a garantir o financiamento de três acções Inovadoras para o desenvolvimento Urbano, mais 4 000.000,00 € em termos de Parceria de Cidades, mais no ECOCITRAS no valor de 15.000.000,00 €. Isto não é uma estratégia? Isto não tem nada a ver com investimento? Não percebo o que vocês me querem dizer com isso.

O Sr. membro da Assembleia do CDS/PP, Dr. Cunha. Eu fiz aqui um valor e o total do valor, sabe qual é o investimento da Câmara, em termos de reabilitação? Por acaso não sabe, com estes programas. Sabe qual é o valor? 29 milhões de euros.

Eu estou aqui a falar do Plano Plurianual de Investimentos, no código 2.5, classificação funcional serviços Culturais, Recreativos e Religiosos. Sabem quanto é que a Câmara gastou? Sabem? Eu pergunto aqui a alguém se sabem quanto é que a Câmara gastou?

Eu só vou mencionar aqui algumas para não ser enfadonho. Vou só falar nos seguintes:

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO MIGUEL	5.000,00€
COMISSÃO DA FABRICA DA IGREJA PAROQUIAL Nº SRª ASSUNÇÃO DE MASCARENHAS	15.000,00€
COMISSÃO FABRIQUEIRA DE SANTO ILDEFONSO – CEDÃES	38.500,00€
Etc., etc. e isto perfaz 452.000,00 €	

E ainda a Igreja que vai ser inaugurada no dia 02 de Maio. Convido todos os Deputados Municipais, com autorização do Sr. Presidente da Junta de Alvites, para irem dia 02 de Maio a Alvites para a inauguração da igreja que foi um investimento de mais de 120 mil euros. E isto foi feito por mim em 2005. Eu aflorei aqui isso e disse ao Executivo diversas vezes para recuperar o nosso património. Foi uma medida, foi uma atitude, foi uma estratégia e foi conseguida. Eu acho que está a ser conseguida. Não são os 100% que eu queria mas está a ser conseguida.

Penso que todos os membros desta assembleia devem estar realmente felizes na execução destas difíceis tarefas que eu digo aqui. Creio que todos estamos de acordo e neste quadro tão restritivo em que vivemos, de grande aperto financeiro, a Câmara Municipal vai cada vez mais aproximando os cidadãos, indo ao encontro dos seus anseios, desejos e ambições.

Deixo aqui também a qualquer agente económico ou político ou empresarial (seja ele qual for) uma mensagem séria para a discussão de ideias e de estratégias políticas, económicas, culturais e sociais para Mirandela porque eu só penso em Mirandela. É isso que me move.

Por isso Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara Municipal e restantes membros do Executivo, Srs. Deputados Municipais, grupo parlamentar do PSD: nós temos o direito de acreditar que este mandato será ainda mais sustentável, como disse o meu colega atrás, porque eu estive a ver no anuário financeiro a execução fiscal das Câmaras e a maior parte delas a nível nacional não passa dos 46, 47, 48 e nós temos uma ligeira diferença que estamos quase nos 52.

Foi um mandato de apoio à 3.ª idade e à infância mas também uma aposta no desenvolvimento económico do nosso concelho com a participação das colectividades (o que é importante), das associações em geral e das pessoas que possam promover o nosso concelho, a nossa região e o país.

Eu em 2005 terminei e disse isto e torno a dizer isto:

"Por Mirandela somos todos nós e todos por Mirandela construiremos o futuro da nossa terra."

26

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Presidentes da Junta. O Deputado Municipal Arquitecto Figueiredo, que acabou de me anteceder, fez algumas afirmações, acusando-me de não ter feito o trabalho de casa. Eu gosto muito de fazer o trabalho de casa. Estamos aqui a discutir as questões do concelho de Mirandela. Não estamos aqui a discutir as questões dos outros concelhos. Importa-me a minha casa. Há muito quem governe a casa dos outros mas eu gosto de governar a minha casa e queria-lhe só dizer que a páginas 165.313 sobre o passivo, diz-se assim:

“Como se pode verificar pela tabela acima apresentada o passivo teve um acréscimo de 4.373.615,66€, relativamente a 2008”. Está aqui escrito.

Deputado Municipal António Figueiredo (PS):

Ó Sr. Deputado Municipal, eu não me referi a isso. Eu referi-me simplesmente ao anuário financeiro das autarquias em termos de endividamento da Câmara Municipal. Não referi mais nada. Eu não ofendi a sua honra.

Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):

Antes de começar a minha intervenção eu queria referir aqui brevemente alguns pontos.

Na outra legislatura tínhamos o Dr. Maximino que só vinha aqui às Assembleias Municipais e vivia em Lisboa. Agora temos o Dr. Cunha que já vive ali em Vale de Gouvinhas mas já há muitos anos com certeza que não vem a Mirandela. Comparar Mirandela com o que era há 15 anos talvez tivesse outra ideia do que é que Mirandela cresceu.

Mirandela não é aquela Mirandela que nós conhecíamos no tempo da nossa juventude. Quem andou por aqui, vive aqui é que sabe o que Mirandela cresceu.

Em segundo lugar, dizer-lhe que realmente há uma medida de grau que traduz o grau de satisfação dos Municípios. Olhe, foi aplicada em Outubro e eles disseram de quem gostavam.

Depois referiu-se ao Hospital Terra Quente e à Clínica de Hemodiálise e isso é interessante. À medida que estas obras crescem, são directamente proporcionais à vossa desilusão. Vocês queriam era que não crescessem mas elas crescem.

Quanto à alimentação com fruta, talvez desconheça uma coisa. Sabe quanto é que o Ministério dá à Câmara Municipal? 70 cêntimos por criança. Isso não dava para uma maçã podre e devia fazer-se reparo ao governo socialista. A Câmara ainda põe do seu para dar de comer às crianças, para sua informação.

Quanto ao Eng.º Baltazar, quero-lhe dizer o seguinte: o nosso Deputado Sr. Presidente da Junta Rui é de Vale de Gouvinhas, nascido e criado, viveu sempre aqui, mas realmente ele tem um defeito, sabe porquê? Ele anda a ler muito os discursos do Primeiro-Ministro e como ele lê muito os discursos do Sócrates e do Primeiro-ministro, também fica confuso. Ele será que está a falar do meu país ou que está a falar doutro país qualquer? Temos que o proibir de ler esses discursos.

Quanto à análise que fez aqui da autarquia, eu no principio estava confuso porque até pensei que estivesse a fazer uma análise da actividade do governo. É que eles prometem, prometem, prometem, e nada.

Outra coisa que referiu foi a crise. Será que a crise só serve para justificar o governo? Ai o governo não faz! É a crise. Ai o governo não consegue! É a crise. E será que a crise não estará instalada também nas autarquias? Eu acho que sim, no meu entender.

Quanto aos postos de trabalho, realmente a autarquia tem criado alguns e deve-os continuar a criar porque o governo não o faz. Por acaso sabia que os candidatos às Câmaras do PS que foram derrotados foram todos colocados em bons lugares. Afinal ainda há muito lugar para preencher. Se quiser exemplos e nomes, eu dou-lhos.

Por acaso tem conhecimento que agora vem para o hospital de Mirandela o candidato derrotado à Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros? Não sabia? Ó Sr. Deputado! Eu sei isso. Portanto, aviso-os: nas próximas sejam candidatos nem que sejam derrotados. Lugarzinho certo, não há problemas nenhuns.

Sabe porque é que o governo diz que na função pública agora é três por um? São espertos e inteligentes! É que saem três e só entra um. Assim ficam dois para os militantes do partido do governo para depois eles nomearem para lá. É para isso que eles fizeram isso.

Depois destes apartes, vou-me então realmente cingir ao tema que aqui está na mesa.

Prestação de contas de relatório de gestão de 2009

O Relatório de Actividades e Contas de Gerência de 2009 da Câmara Municipal é como de costume apresentado a esta Assembleia Municipal dando cumprimento ao art.º 64 da Lei 169/99 de 18 de Setembro.

Como nos anos anteriores, entendo que as “Contas” são da competência do Tribunal de Contas pois tecnicamente elas estarão correctas e serão eles que irão ou não validar esses resultados.

Relativamente ao Relatório de Actividades é que devemos fazer uma análise política da actividade desenvolvida durante este ano.

Estes documentos são geralmente interpretados de maneiras diferentes quer pela oposição quer pelo grupo parlamentar do P.S.D. que apoia o executivo em permanência.

Este ano, e muito bem o executivo em permanência, fez uma introdução na acta, explicando o que fez uma introdução na acta, explicando o que fez, como o fez e quais os objectivos a atingir com a feitura dessas obras. Esta metodologia complica as intenções da oposição, porque fica sem argumentos para criticar e também complica o grupo que apoia, pois não vamos repetir aquilo que já foi dito, isto no caso da oposição não ter lido a “introdução” elaborada pelos senhores membros do executivo em permanência do P.S.D.

Para nós P.S.D. Essa introdução não nos trouxe grandes novidades porque acompanhamos e discutimos com frequência os assuntos relacionados com a vida autárquica, vamos analisando os trabalhos efectuados e a efectuar e se os objectivos a que nos propusemos estão ou não a serem atingidos.

Mas para aqueles que por qual quer motivo não leram o Relatório de Actividades vou transcrever uma súmula que está muito bem feita e traduz de uma forma muito simples e compreensível do trabalho desenvolvido durante 2009 pelo executivo P.S.D

Passo a citar:

Do trabalho realizado no Município, sublinhamos de forma positiva, os seguintes aspectos:

- 1- A materialização de candidaturas aos vários quadros comunitários;
- 2- Definição de objectivos globais concretos, que visam promover o desenvolvimento económico do concelho;
- 3- Orientar a acção da autarquia na promoção do bem-estar social;
- 4- Reforçar o apoio às associações culturais e desportivas e intensificar o apoio às associações juvenis;
- 5- Adoptar medidas preventivas de degradação ambiental, criando equidade intra e inter - gerações, de forma a assegurar a melhoria da qualidade de vida da população;
- 6- Privilegiar a preocupação na integridade ecológica, pela protecção da biodiversidade e manutenção dos principais processos ecológicos.

Fim da citação.

Quem fez esta súmula foi a senhora vereadora Júlia Rodrigues do P.S e que o grupo parlamentar do P.S.D. subscreve inteiramente, pois ela traduz de uma maneira simples e objectiva o relatório de actividades.

Foi isto que o eleitorado constatou e por isso nos deram a maioria nas eleições autárquicas de Outubro. Para o eleitorado os Relatórios de Actividades de 2006 a 2009 foram aprovados com uma grande maioria.

Eu compreendo perfeitamente que qualquer Oposição feche os olhos à realidade e vote contra estes documentos. Têm que fazer pela vidinha e ir mantendo a chama do seu eleitorado e como tal lança mão de números e percentagens, comparando as contas a votar com as contas do ano anterior, que por norma também votaram contra, mas que agora dão jeito para suportar o vosso raciocínio.

A matemática é uma ciência exacta mas também é uma ciência que permite jogar e baralhar aquilo que nos interessa, (Nisto é especialista o actual governo).

Ao grupo parlamentar do P.S.D compete de mostrar e desmontar esses números com que as oposições tanto gostam de jogar e baralhar.

Analisemos os números, mas numa perspectiva real e não demagógica:

Em 2009 houve uma execução de receita de 51,82% e de despesa de 51,38%. **É uma boa execução, pois toda a execução que vai além de 45% é um bom trabalho durante esse ano.** Eu até esperava que a oposição criticasse este valor de execução com o facto do ano 2009 ter sido o ano de eleições autárquicas, mas não, caem sempre no mesmo argumento ou seja no empolamento do orçamento. Continuam a não perceber o que é que um plano de actividades e o orçamento que o suporta. Isto significa que não estão minimamente preparados para dirigir uma autarquia. Orçamento de uma autarquia não é o mesmo que o orçamento de uma empresa.

Um plano de actividades e orçamento é um conjunto de intenções que se podem ou não realizar e que dependem de vários factores que são externos à autarquia e que o executivo não tem meios de prever. Investimentos privados que se podem ou não concretizar e que produzem ou não receitas para o município, aprovações de fundos comunitários que podem ou não decorrer durante o ano e que a autarquia tem que estar preparada e atenta, protocolos que podem ou não serem assinados com o governo para a construção de determinadas obras ou infra estruturas.

Uma coisa é certa se uma determinada obra não está em plano e como tal orçamentada não se pode realizar. Ao estar em plano a autarquia pode candidatar-se a esses fundos e até aproveita outros fundos que outras Câmaras não puderam aproveitar, porque pensam como os senhores vereadores da oposição, não colocam em plano e orçamento para o não terem empolado e assim apresentarem grandes taxas de execução. Nós agradecemos e muitas vezes aproveitamo-nos da ingenuidade desses autarcas.

Referem que houve um decréscimo nos impostos directos de 25,82% e nos indirectos 68,42.

Toda a gente sabe a crise económica em que o país esta mergulhado (não é o P.S.D. que esteve e está no governo) a juntar a uma das mais graves crises financeiras mundiais de sempre, que teve como consequência a falta de confiança de investidores e consumidores, e que se traduz numa recessão da economia, com as necessárias consequências aos mais diversos níveis, logo se não há investimento nem consumo é lógico que os impostos baixem.

Por outro lado, a autarquia atenta a estes factos tentou minorar as dificuldades dos seus municípes. Optou pelas taxas mínimas no IMI e prescindiu dos 5% que lhe competem na participação da taxa de IRS (ao contrario do que o governo tem feito). Tudo isto contribuiu para que os impostos directos ou indirectos diminuíssem significativamente.

Taxas e multas diminuíram 26,19%

28 #
j

É uma diminuição normal, pois se o privado investe menos, logo há menos obras privadas logo as taxas têm que diminuir. Por outro lado o cidadão hoje está mais sensibilizado para contribuir com as suas obrigações pois as multas são pesadas.

Despesa com pessoal cresce em cerca de 24,45%

Não é preciso ir para as novas oportunidades, para saber que a despesa com pessoal ia aumentar:

- 1- O governo teve a brilhante ideia de se livrar de alguns funcionários do Ministério da Educação e então despachou para as câmaras o pessoal não docente que estavam colocados nos vários estabelecimentos de ensino;
- 2- O Instituto de Emprego tenta colocar nos vários organismos, licenciados a fazer estágios que apesar de serem remunerados em parte pelo Instituto de Emprego, trazem também despesas para quem os aceita na ordem dos 30% a 40%.

Não me quero alongar mais, na minha intervenção mas não posso deixar de referir que todo este trabalho não se deve só ao executivo P.S.D, pois para o resultado final deste trabalho temos que ter em consideração o empenhamento dos funcionários da câmara Municipal, o bom trabalho dos senhores Presidentes de Junta e do apoio que o executivo sempre teve no seu grupo parlamentar do PSD.

Este Relatório de Gestão, bem como os anteriores, foram aprovados por uma grande maioria de eleitores nas últimas eleições autárquicas de Outubro. Nesse dia disseram claramente que queriam a dirigir os destinos desta autarquia.

Estou convencido que o voto da oposição foi um voto político-partidário e mais me convenço disso, quando vejo um voto totalmente ao contrário relativamente ao Relatório e Conta de Gerência dos S.M. de Águas.

O que preocupa neste momento o grupo parlamentar do P.S.D é a execução que iremos ter em 2010. Porque se continuarmos com estas políticas de desinvestimento no interior e norte do país em benefício de obras megalómanas que só beneficiam os grandes grupos económicos e a região de Lisboa (é aí que há os lugares para os boys e girls), com os aumentos de impostos camuflados, com esta corrupção do qual vamos conhecendo as pontas e de outras que ainda estão escondidas, a destruição da classe media e o enriquecimento de alguns, não prevejo grande futuro para o país e isso naturalmente irá reflectir-se nas autarquias.

Para terminar, o grupo parlamentar do PSD, vai votar favoravelmente o relatório e conta de gerência de 2009 e espera que o executivo continue a trabalhar para o desenvolvimento e progresso do nosso concelho.

Muito obrigado pela vossa atenção

Deputado Municipal Luís Sousa (Independente eleito pelo CDS/PP):

Um momento breve até porque o nosso grupo neste ponto de vista não abusou do seu tempo.

Queria aqui deixar uma citação recente do actual Presidente do Partido Social Democrata, que diz o seguinte:

"Não podemos estar sempre a olhar para aqueles que pagam impostos e esperar que sejam eles a pagar a factura do desperdício público e essa é a pedra de toque daqui para a frente. É preciso reduzir as despesas correntes."

Só muito brevemente para dizer o seguinte e esta é a posição do nosso grupo.

Os tempos que correm são difíceis para qualquer governo, seja ele PS ou PSD e o PSD não faria melhor. São difíceis para qualquer governo porque há dificuldades estruturais que ultrapassam a qualidade das lideranças.

São difíceis para qualquer autarquia, são difíceis para as empresas, para as famílias e eu assisti aqui a um deplorável espectáculo de desperdício de competências. Temos aqui várias pessoas válidas nos seus vários sectores. Façam intervenções válidas nesta Assembleia. Não é esperar que as crianças saiam e depois entrarmos aqui num debate que não leva a nada e que não interessa a ninguém.

Relativamente à posição do nosso grupo, não vamos entrar em números nem em detalhes, que gostaríamos de deixar aqui sublinhado – e o Sr. Presidente está no poder há muitos anos e sabe das dificuldades.

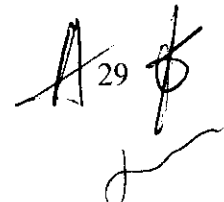
Este é o período para criar alguma folga financeira para precaver o futuro. O futuro que se avizinha não é melhor e, portanto, tem que haver aqui uma prioridade rigorosa em investimentos públicos facilitadores de investimento privado e geradores de riqueza e de postos de trabalho privados. É esta a nossa posição.

Deputado Municipal Adérito Pires (PS):

Senhor Presidente, muito rapidamente, apenas duas linhas e desde logo para me congratular por esta tomada de posição do PSD em relação ao grupo parlamentar do PS em que se nota aqui alguma inquietação e algum nervosismo. Isto é um novo sinal dos tempos e uma nova preocupação do PSD que nós aplaudimos.

Depois para dizer, Sr. Presidente, que é curioso que nesta Assembleia se diz uma coisa e simultaneamente o contrário. É que fala-se de Mirandela como o melhor dos mundos, como oásis não do Nordeste mas porventura como oásis de Portugal onde a qualidade de vida, o desenvolvimento económico e a justiça social são abundantes e depois há uma outra questão. É que quando se fala dos sinais, esses sinais vêm sempre da Câmara, nunca vêm do Governo.

Mas parece que neste particular temos dois partidos, dois PSD's: temos o PSD da Câmara Municipal e temos o PSD da Assembleia Municipal. É que eu já por várias vezes ouvi o Sr. Presidente da Câmara elogiar a acção deste governo no que concerne a Mirandela e os sinais aí estão. Fala-se de serviços, pois bem, enumero apenas três que este governo quis que ficassem em Mirandela: PSP e sabemos que o PSD, em cidades como Mirandela, há muito

A 29 

tempo que afastou as esquadras da PSP. Em Mirandela ela cá vai ficar e com uma nova esquadra, obra do PSD, não é obra do governo PS. Direcção Regional de Agricultura e Trás-os-Montes, com sede em Mirandela, que não se confina aos distritos de Bragança nem de Vila Real apenas mas a todo o Norte e que foi obra deste governo, que por sinal é do Partido Socialista. A ASAE, também com sede em Mirandela, deste governo.

É só para lhe dizer Srs. Deputados que às vezes temos que ser mais justos na apreciação dos comentários que fazemos. Bem sabemos que se o PSD tivesse ganho as eleições a auto-estrada A4 e o IP2 não avançariam. Aliás, quero lembrar-lhe o que aconteceu aquando da vinda da Dr.ª Manuela Ferreira Leite a Bragança. Essa questão foi suscitada pelo então candidato do PSD Telmo (julgo que é assim que se chama) em que pôs a questão clara à então líder do PSD. Perguntou-lhe se ela ganhasse as eleições, se essas obras avançariam. Sabe qual foi a resposta? Um rotundo não.

Presidente da Assembleia Municipal:

Ó Sr. Deputado, peço desculpa em interromper mas vamos objectivamente ao assunto. Estamos a tergiversar sem necessidade nenhuma.

Deputado Municipal Adérito Pires (PS):

Sr. Presidente, só para finalizar, com toda a lealdade e com toda a amizade. Naturalmente que estas questões não fui eu que as suscitei. Foi alguém que as suscitou e nem sequer foi o grupo parlamentar do PS. Isto é apenas uma reacção para lembrar que não podemos dizer uma coisa e o contrário e para lembrar que afinal de contas também o grau de satisfação deste governo foi avaliado ainda no próximo dia 27 de Setembro.

Presidente da Câmara Municipal:

Fico contente Sr. Presidente que esta Assembleia tivesse tido dois Períodos de Antes da Ordem do Dia, se calhar por causa da vinda das crianças.

No primeiro, discutiram-se algumas questões relacionadas com a escola e com a educação e nesta segunda parte da prestação de contas discutiu-se o resto dos assuntos que se costumam discutir antes da ordem do dia.

As respostas estão todas dadas. Felizmente as três bancadas responderam umas às outras. Eu só queria deixar aqui uma preocupação e um desejo. É que depois de ouvir as bancadas e os intervenientes, e em específico o Eng.º Baltazar, julgo que deveria ser apresentada uma moção ao Governo no sentido de o nomear como Ministro da Economia e das Finanças deste governo para endireitar as finanças do país. Era a única coisa que eu queria deixar.

Presidente da Assembleia Municipal:

Então vamos votar este ponto, para irmos almoçar.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal Humberto Cordeiro:

O resultado da votação foi o seguinte:

Votos contra ... 12

Abstenções 1

A Favor..... 39

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 52 membros dos 75 que a compõem, deliberou por maioria, com 39 votos a favor, 1 abstenção e 12 votos contra, aprovar os documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2009 da Câmara Municipal.

Presidente da Assembleia Municipal:

Srs. Deputados, às quinze horas estamos aqui depois de almoçar.

PONTO 4.3 – RELATÓRIO E CONTA DE GERÊNCIA DE 2009 - SMA

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 12 de Abril de 2010 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção da Senhora Vereadora do CDS/PP, Dr.ª Graça Calejo:

1 – Aprovar o Relatório e Conta de Gerência dos SMA relativo ao ano de 2009;

2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”

Presidente da Assembleia Municipal:

Srs. Deputados, o Sr. Deputado José Cunha tinha anunciado à Mesa que queria fazer uma Declaração de Voto sobre o Ponto 4.2. É escrita ou oral?

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

É oral.

Presidente da Assembleia Municipal:

Faça favor.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

Queria dizer que o grupo do CDS/PP votou contra por protesto e pelo facto de não terem sido presentes as contas das empresas locais participadas pela Câmara Municipal de Mirandela, não tendo sido respeitado com isso a Lei das Finanças Locais no seu artigo 47º. Gostava que isso ficasse a constar na acta.

Vou pedir entretanto ao Sr. Presidente o favor (porque houve aqui muitas intervenções que falaram de números e da situação do concelho de Mirandela) de nos ser distribuída cópia dos indicadores da Administração Local do Município referida a 2007, uma vez que 2008 ainda não está publicado, onde se podem ver e comparar os Municípios referidos à NUT 3 a que o concelho de Mirandela pertence.

Presidente da Assembleia Municipal:

Relatório e Conta de Gerência dos SMA. Faz favor Srs. Deputados que se inscrevem para o efeito?

A Mesa não está a registar nenhuma inscrição. A Mesa chama mais uma vez a atenção para o Ponto 4.3, pede a inscrição dos Srs. Deputados. Não há nenhuma inscrição.

Então passamos à votação.

Toda a gente ouviu, temos quórum. Não há inscrições, passamos à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Aprovado por maioria

Secretário da Assembleia Municipal Humberto Cordeiro:

O resultado da votação foi o seguinte:

Votos contra...1

Abstenções...5

A favor.....35

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 41 membros dos 75 que a compõem, deliberou por maioria, com 35 votos a favor, 5 abstenções e 1 voto contra, aprovar o Relatório e Conta de Gerência dos SMA relativo ao ano de 2009.

PONTO 4.4 – INVENTÁRIO DE BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS DA AUTARQUIA - 2009

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 12 de Abril de 2010 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Aprovar o Inventário da Autarquia de 2009, de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação nos termos da alínea e) do n.º 2 do art.º 64 da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro;
- 2 – Submeter o referido documento à apreciação e respectiva avaliação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 6 do art.º 64º, alínea c) do n.º 2 do art. 53º e n.º 2 do art. 49º, todos da mencionada Lei.

Presidente da Assembleia Municipal:

Srs. Deputados, alguém se quer inscrever para falar? A Mesa não regista inscrições.

Deputado Municipal Fernando Pilão (CDU):

O assunto é apresentado à Assembleia para apreciar e parece-me que é isso que deve ser.

Presidente da Assembleia Municipal:

A Mesa regista que não houve nenhum comentário de apreço sobre a matéria.

PONTO 4.5 – 1.ª REVISÃO ORÇAMENTAL - SMA

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 15 de Março de 2010 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Aprovar a 1.ª Revisão Orçamental dos Serviços Municipalizados de Água, para o ano de 2010;
- 2 – Submeter o referido documento à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

Presidente da Assembleia Municipal:

1.ª Revisão dos SMA. Nenhum grupo que intervir? Parece que não. Então vamos passar à votação.

Quem vota contra?

A 31 #
J

Quem se abstém? 1 Abstenção do Deputado Fernando Pilão.
O resultado é óbvio, com uma única abstenção do Sr. Deputado Fernando Pilão.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 41 membros, dos 75 que a compõem, deliberou por maioria, com 40 votos a favor e 1 abstenção, aprovar a 1.ª Revisão Orçamental dos Serviços Municipalizados de Água para o ano de 2010.

PONTO 4.6 – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - COMPOSIÇÃO

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 15 de Março de 2010 que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Aprovar a composição do Conselho Municipal de Educação acima referenciado, a fim dos mesmos serem nomeados nos termos propostos;
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”

Presidente da Assembleia Municipal:

Tanto quanto a Mesa tem conhecimento tem que se fazer uma chamada para posse. Então vamos colocar a lista, a Mesa faz a chamada e as pessoas assinam para tomar posse.

Srs. Deputados, então vamos efectuar a chamada, as pessoas tomarão posse para o Conselho Municipal de Educação.

Secretário da Assembleia Municipal Rui Magalhães:

Vamos então dar posse aos membros que vão compor o Conselho Municipal de Educação. Está assim terminado o acto de posse.

Deputado Municipal Fernando Pilão (CDU):

Sr. Presidente, eu não ouvi a justificação nem entendo porque é que as pessoas tomam posse antes da Assembleia Municipal deliberar porque estes nomes naturalmente indicados, e conforme foi deliberado, tinham que ser submetidos a deliberação e aprovação da Assembleia Municipal. Não sei porque é que tomaram posse antes da votação.

Se já dão o facto como consumado, acho muito grave porque a democracia não é assim que se exerce. Deviam primeiro pôr à votação os nomes porque eu posso levantar aqui alguma questão relativamente aos nomes que estão aqui indicados, independentemente da competência que têm, até porque eu não conheço grande parte dos nomes mas posso naturalmente pôr alguns em questão e a pessoa que foi indicada, após a tomada de posse dizer que já não quer pertencer ao Conselho Municipal de Educação e levantamos aqui uma questão que pode ser grave em termos de funcionamento desta Assembleia.

Presidente da Assembleia Municipal:

Ó Sr. Deputado Fernando Pilão, deve-se ter apercebido, admito eu, da nossa reticência e de algumas dúvidas que tínhamos em relação a este procedimento. Se eventualmente isso aconteceu, V. Ex.ª podia ter feito a intervenção que fez agora antes para o bom procedimento e o bom percurso desta Assembleia.

De qualquer modo, a Mesa recebe isso com a maior das urbanidades porque tivemos dúvidas de facto, mesmo estando aqui pessoas mais experientes e com mais conhecimentos.

De qualquer forma, quando aqui está escrito Conselho Municipal de Educação é nomeado por deliberação da Assembleia Municipal, é o Conselho, já nos chega esta informação.

De facto, nos documentos que nos são enviados são muito explícitos dizendo para a Câmara Municipal aprovar a composição do Conselho Municipal de Educação.

Há coisas que evidentemente são pacíficas de entendimento mas nós aceitamos isso porque é nossa missão de estar aqui para discutirmos e aprovarmos.

Se eventualmente o Sr. Deputado põe reservas, o que é legítimo e compreensível, pelo menos da minha parte assim é, estamos aqui para as resolver a tempos e horas.

Não há mais nenhuma questão sobre esta matéria? Vamos então votar este acto de posse deste Conselho Municipal de Educação, sendo certo que dentro de uma votação a expressão ficará legitimada.

Quem é que vota contra?

Quem se abstém?

Está então agora legitimado e aprovado por unanimidade.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, deliberou por unanimidade, aprovar a composição do Conselho Municipal de Educação.

PONTO 4.7 – - ADESÃO À QUALIFICA – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS E DE PRODUTORES PARA A VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS PRODUTOS TRADICIONAIS PORTUGUESES.

A 32 B
J

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 15 de Março de 2010 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Aprovar a adesão da Câmara Municipal de Mirandela à QUALIFICA – Associação Nacional de Municípios e de Produtores para a Valorização e Qualificação dos Produtos Tradicionais Portugueses;
- 2 – Dar poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal ou ao seu substituto legal para a outorga do respectivo contrato de adesão.
- 3 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”

Presidente da Assembleia Municipal:

Peço desculpa, antes de dar a palavra ao Sr. Deputado que se queira inscrever, em meu nome pessoal, da Mesa e da Assembleia, agradecer aos empossados o terem-se deslocado aqui para o acto de tomar posse do Conselho Municipal de Educação.

Fica então a Mesa à espera de inscrições para este ponto da QUALIFICA.

Deputado Municipal Miguel Ângelo (PS)

Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais. O assunto que aqui é trazido para apreciação pela Assembleia Municipal é dos tais que parece ser de óbvio apoio. Quem estará contra a divulgação e promoção dos produtos certificados?

Quem poderá estar contra o levantamento e eventual classificação de outros produtos, para além daqueles que já beneficiaram desse atributo?

Quem poderá estar contra a criação de mecanismos de certificação que permitam a protecção desses outros produtos?

A resposta surge natural e imediata: ninguém! Eu não estou certamente. Apoiaria sem reбуço cada uma destas linhas de acção, tal qual, como questão de princípio básico.

Contudo, Sr. Presidente, o assunto merece ponderação séria por todos os membros desta Assembleia, permitindo-me insistir: não vejo qualquer impedimento, que me leve, a mim, ou ao Grupo Municipal do PS, de claramente se identificar com os objectivos que a “Associação Nacional de Municípios e de Produtores para a Valorização e Qualificação dos Produtos Tradicionais Portugueses -QUALIFICA”, propõe.

Permita-me Sr. Presidente uma nota prévia.

As instituições da União Europeia decidiram, há mais de 3 décadas, criar um regime legal de protecção de produtos alimentares com características próprias, fundadas nas mais profundas raízes da gastronomia da boa e velha Europa.

Não se tratou, Sr. Presidente, de criar qualquer mecanismo de protecção comercial aos “produtos com história” mas antes de regulamentar a protecção de produtos cuja receita, mecanismos tradicionais de produção, tipicidade, ligação a uma região e à história dessa região, parecia importante no quadro da identidade da gastronomia europeia e da própria Europa.

Não posso deixar de aqui referir três dos produtos bem conhecidos na Terra Quente Transmontana que, cumprindo os regulamentos comunitários em causa, justamente beneficiaram desse reconhecimento: a alheira de Mirandela, o azeite de Trás-os-Montes e o queijo Terrincho.

É também importante compreender que os produtos podem ter diferentes classificações em função do caderno de encargos que esteve na sua origem e em função da especificidade do próprio produto.

Podem tratar-se de Denominações de Origem Protegida, as conhecidas DOP, numa escala muito sumária de classificação dos produtos, talvez a classificação mais nobre” (passo o termo).

Podem tratar-se de Indicações Geográficas Protegidas, ou IG/IGP, quando associadas em particular à produção numa determinada Região.

Podem tratar-se ainda de Especialidades Tradicionais Garantidas, as ETG, a classificação mais elementar, no quadro de classificação destes produtos, se assim se pode dizer. Beneficia aliás, desta classificação, a boa e bem conhecida “alheira de Mirandela”.

Dito isto, Sr. Presidente, a ponderação que aqui trago resulta das múltiplas dúvidas de que se revestem os fins da associação QUALIFICA.

A QUALIFICA propõe-se apoiar os agrupamentos de produtores, sem que seja expresso como se materializa esse apoio.

Alguém no seu perfeito juízo ou que não seja por forte condicionalismo de natureza emocional ou de obrigação legal adere a uma associação por ter recebido um ofício em que nada de material se garante, nem sequer quais os indicadores de sucesso dessa associação?

Promete-se apoio na divulgação e promoção dos produtos sem se referir uma linha, uma única palavra, de como esse apoio será concretizado e sem se referir um único indicador de avaliação do apoio prometido.

Promete-se o apoio técnico no levantamento e classificação de outros produtos, sem que uma letra seja proferida quanto aos produtos cujo levantamento ou classificação está por fazer em Mirandela.

Promete-se o apoio na criação de mecanismos de certificação e protecção de outros produtos, sem que um sinal, mesmo vago, seja proferido sobre que produtos, nem como tal processo vai decorrer ou mesmo qual o calendário previsto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, como prometer sem nada de concreto garantir é fácil, propõe-se a QUALIFICA desenvolver acções de formação, consultoria e apoio técnico.

A questão que se coloca entretanto é esta: quanto custam essas acções para além daquilo que a QUALIFICA vai cobrar em jóia e quota ao município de Mirandela?

Os recursos em causa podem muito bem ser contratados num quadro de livre concorrência que afinal se pretende aniquilar pela adesão a uma única entidade.

Quem sabe se mesmo assim não estaríamos a obter vantagem para os produtores de Mirandela?

Mas se assim é onde está a informação sobre os preços que a QUALIFICA vai praticar pelas acções de formação prometidas?

Quanto vão custar as acções de consultoria que a QUALIFICA se presta garantir?

Ou, qual o montante da factura em apoio técnico e que apoio técnico é esse?

A QUALIFICA pretende altruisticamente fazer a promoção de um conceito. Conceito aliás que decorre de disposições estritamente legais, quando do que afinal carecemos é de efectiva promoção dos produtos e não do conceito que lhes está subjacente. Para tanto o que faz falta não são as promessas vagas da QUALIFICA, mas de uma operação de *marketing* estruturada, profundamente enraizada no querer dos produtores, criando economias de escala, dimensão e garantias de escoamento.

Conheço bem a capacidade de persuasão da Secretária-Geral da QUALIFICA e compreendo, por isso, que, com muita facilidade, tenha já conseguido convencer uma boa dúzia de Municípios a embarcarem nesta aventura.

Mesmo que outras razões não existissem, sobram as de dever moral de querer ver esclarecidas as questões colocadas.

Parece que no Ministério da Agricultura a promoção destes produtos, que gosto de referir por "produtos com história", só correu bem enquanto a actual secretária-geral da QUALIFICA era funcionária desse Ministério e tinha a seu cargo tal trabalho.

Depois disso, parece que nada mais de positivo se fez e como tal surge agora a mesma pessoa a substituir-se ao Ministério, para engodo de muitos, que espero sinceramente não seja o caso de Mirandela.

É que se é esse o caso, se a QUALIFICA pretende apenas fazer frente ao Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, então lá se vai todo o altruísmo da acção desta associação à custa dos incautos Municípios que a ela aderirem.

Querem aderir mesmo assim? Muito bem. Que mal virá ao mundo se estas questões forem esclarecidas no entretanto e a decisão diferida para uma próxima Assembleia?

Falta fazer a análise séria e profunda do que pretende a QUALIFICA com Mirandela. Já aqui o disse noutra ocasião, os assuntos de Mirandela interessam em primeiro lugar aos Mirandelenses e é a eles que cabe pensar pela sua cabeça.

Que critério justifica que os valores da jóia de inscrição e quota anual venham a ser estabelecidos em função do número de habitantes do respectivo concelho? Quer isso dizer que pagando dois Municípios a mesma quota e a mesma jóia, aquele em que se produz 1 produto estará claramente a suportar custos daquele outro em que se produzem 10 produtos diferentes.

Ainda assim quem explicou os critérios subjacentes ao pagamento de uma jóia de 5.130 euros e de uma quota anual de 1.649 euros? E que benefícios directos resultam do pagamento de tais valores.

Alguém acredita que a quota anual de 1.649 euros se venha a traduzir num apoio sério para os produtos certificados do concelho? E ainda que assim fosse, em que se traduziria tal apoio?

Existem, Sr. Presidente, razões mais que fundamentadas, que aqui coloco exclusivamente por razões de dever moral, para que uma decisão sobre este assunto seja diferida para melhor oportunidade e até que a Assembleia possa esclarecer em detalhe o alcance desta iniciativa de adesão.

Tal avaliação deverá coligir as razões de desistência do ou dos Municípios que tendo aderido, eventualmente desistiram, ponderaram ou ainda ponderam desistir dessa adesão.

A não ser assim, estarei muito atento aos futuros desenvolvimentos a que tal adesão possa conduzir. Estarei muito atento à especial responsabilidade de muitos dos membros desta Assembleia, independentemente da cor política do grupo que integram, quando afinal os resultados da adesão à QUALIFICA, se revelarem mais objecto do egocentrismo existente naquela associação, do que em resultados concretos para os produtores do município.

Este é um assunto que não conhece cor política. Não há alheiras do PS, azeite do PPD/PSD, queijo Terrincho do CDS-PP ou qualquer deles do PCP, por isso urge não aprovar tal adesão, pelo menos sem esclarecer as questões que aqui coloquei.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Presidente da Assembleia Municipal:

Obrigado também Sr. Deputado. Sr. Deputado José Cunha, por favor.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

Sr. Presidente, a minha intervenção vem muito na sequência e no jeito daquilo que o Dr. Miguel Ângelo acabou de apresentar. Consultado o site, só se viam duas câmaras, a de Vinhais e a de Portalegre, que é onde é a sede.

Por outro lado, penso que a própria Associação Nacional de Municípios vai ter uma palavra a dar na medida em que de qualquer forma também comungo que a Câmara deverá apoiar os produtores locais. Há muitos produtos derivados da azeitona, por exemplo, agora está em lançamento por alguém muito querido em Vale de Gouvinhas como o patê de azeitona e que também não sei se já está certificado ou não. Todos estes produtores querem apoio na certificação e a Câmara poderá e deverá apoiar isso.

Não sei se a melhor forma de o fazer é estar enquistada a uma única empresa. Se isto for votado eu gostaria que fosse exigido quais as responsabilidades e quais os compromissos a assumir, isto é, a adesão da Câmara Municipal de Mirandela pressupõe o quê em contrapartida à jóia e às quotas.

Deputado Municipal Rui Sá (PSD):

Boa tarde a todos. Eu vou tentar esclarecer o pouco que sei relativamente a esta questão da QUALIFICA.

A QUALIFICA é uma associação recentemente criada por uma pessoa que está à frente deste projecto, que o Sr. Deputado bem conhece, a Eng.ª Ana Soeiro, que foi durante muitos anos funcionária do Ministério da Agricultura e que agora se reformou e criou esta associação para trazer para as terras o seu Know how que tem dado aos produtos regionais e para que estes possam ser mais facilmente qualificados e certificados junto do mercado nacional e dos mercados internacionais.

Esta adesão reveste-se de todo o interesse para o município porque o município tem produtos regionais que necessitam de ser certificados, como o caso do patê de Vale de Gouvinhas e outros patês de outros lados quaisquer, com qualidade suficiente mas que precisam de ser certificados e esta é a associação certa para o fazer.

Era só isto que eu queria dizer.

Deputado Municipal Fernando Pilão (CDU):

Eu acho que relativamente a esta proposta a nossa inclinação é no sentido positivo relativamente ao ponto que está aqui em discussão que não se pode medir só por questões económicas de quanto é que a Câmara vai pagar - embora isso seja importante - de jóia e de participação anual.

Tanto quanto sei é uma associação recente. Portanto, não pode ter muitos sócios mas parece-me tudo o que seja valorizar os nossos produtos transmontanos e que todos conhecemos, inclusive o patê de Vale de Gouvinhas que eu nem sabia que existia. Para valorizar os nossos produtos todo o dinheiro é pouco desde que seja aplicado com seriedade e que a Câmara venha aqui em futuras assembleias municipais, se para isso for instada, a que preste aqui a devida informação e actividade, relativamente a esta associação.

Secretário da Assembleia Municipal Rui Magalhães:

Só em jeito de alguma brincadeira, dizer que o Eng.º Baltazar da parte da manhã referiu-se ao Deputado Municipal Rui Sá de que provavelmente ele não estaria a referir-se ao concelho de Mirandela e eu utilizo também essa imagem para dizer que provavelmente os Deputados Municipais do PS não se estariam a referir a uma deliberação da Câmara Municipal de Mirandela porque na deliberação diz: "A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a adesão da Câmara Municipal de Mirandela à QUALIFICA". Tanto quanto eu sei, nesta reunião do Executivo, os dois vereadores do PS que estiveram presentes votaram a favor da adesão. Embora não tenha a certeza, penso que a Dr.ª Graça não esteve presente nessa reunião e, portanto, esta ideia não se aplicará à Dr.ª Graça.

Vale isto para dizer que parece que também não há uma concertação de posições entre os vereadores do PS e os Deputados Municipais do PS, o que se calhar é bom, provavelmente, não sei.

Deputado Municipal Luís Sousa (Independente eleito pelo CDS/PP):

Ouviu-se aqui dizer que esta pessoa e louvo a iniciativa de empreendedorismo que teve, que está habilitada e que é a pessoa mais habilitada para a certificação destes produtos. Isso não responde, com todo o devido respeito, à formação da pessoa, às suas qualificações, etc., o porquê do monopólio.

Em segundo lugar, há aqui uma questão que eu gostaria de deixar, em seguimento duma intervenção que tive de manhã, que é áreas prioritárias em que de facto o investimento público gera iniciativa privada. Também foi aqui referida a questão da comercialização do azeite num seminário que tivemos neste mesmo Auditório.

Um funcionário do MAP referiu precisamente as percentagens que o Eng.º Baltazar mencionou hoje de manhã relativamente à comercialização deste "ouro precioso". A grande fatia era vendida por atacado a privados, os bem-aventurados que têm contactos cá e que podem beneficiar dessas redes informais e depois uma segunda grande fatia é vendida engarrafada. Portanto, quase nada chegava ao mercado Gourmet, o mercado mais selectivo, engarrafado com rótulos de qualidade e com uma estratégia de marketing de qualidade.

Eu tenho pena que isso aconteça porque de facto há uma qualidade de bem-aventurados que vão consumindo o azeite que está subvalorizado no mercado.

Eu tive uma iniciativa que ainda está a decorrer, não tive a oportunidade de me reunir privadamente com essas partes interessadas através do ICEP do Centro de Negócios de Londres, para preparar uma mostra de azeite em Londres.

Já agora, também lanço aqui a iniciativa porque certamente sei que haverá produtores interessados nessa possibilidade de apresentação dos produtos a um mercado muito específico Gourmet, restauração para o mercado londrino e podemos fazer isso em concertação com o ICEP - Centro de Negócios de Londres. Eles têm pacotes de lançamento de produtos deste tipo já preparados. Já o fizeram para outras regiões, nomeadamente para o Alentejo, e portanto, terei todo o prazer de falar com as partes interessadas nesta iniciativa.

Se há uma área de facto que merece algum investimento público e até uma intervenção muito mais pró activa da Câmara, porque estamos a falar numa região onde as Câmaras por força da sua dimensão de volume de negócios que têm criam uma dinâmica centripeta de desenvolvimento, e, portanto, é normal que elas sejam facilitadoras do investimento privado. Esta é uma área de excelência de investimento público, há exemplos de cooperativas de serviços que estão a ser criadas em parceria com as Câmaras Municipais para a divulgação de produtos, certificação, gestão de encomendas e internacionalização.

A questão que se coloca aqui (não tenho uma posição particular relativamente à QUALIFICA, também a informação é pouca e a que está no site também não é elucidativa) é saber o seguinte: esta adesão é em resposta a uma solicitação de associações de produtores ou estamos numa lógica top-down?

A Câmara decide e depois o pessoal vai de arrastão. Nós já vimos tantas vezes isso falhar, o Sr. Presidente deve estar conhecedor de reuniões que já deve ter tido que a intenção é muita, mas o pessoal não aparece. Fala-se de criar oportunidades e às vezes as iniciativas fazem-se e as pessoas não aparecem.

Portanto eu continuo a dizer, adesão sim, mas é preciso saber se há uma resposta de baixo para cima, por parte dos produtores e não apenas uma iniciativa de topo.

Deputado Municipal Miguel Ângelo (PS):

São três ou quatro apontamentos sobre o que eu aqui gerei.

Em primeiro lugar, ao Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela Rui Magalhães. Eu fiquei muito frustrado com o que você disse porque não entendeu o que eu disse ou então eu expliquei muito mal. Até procurei trazer as coisas escritas de casa para não me baralhar.

Comecei por dizer que este era dos tais assuntos em que toda a gente está de acordo. Não tenho nada contra os princípios que norteiam a QUALIFICA, de promoção dos produtos, de valorização dos produtos certificados, de encontrar novas certificações, etc.

Portanto, a minha proposta não era sequer de votar contra mas de diferir esta questão para uma outra oportunidade para que pudéssemos ter mais elementos sobre o que é que está por detrás disso e podermos decidir com mais consciência.

A segunda questão é a seguinte: não me venha com a história da questão política dos vereadores terem votado sim, porque o que eu aqui invoquei não foram questões de natureza política, eu deixei bem claro que falava por uma questão de dever moral.

Não me sentia enquanto técnico que trabalhou com estas situações e que trabalhou durante muitos anos com pessoas que estão agora envolvidas na QUALIFICA. Eu não me sentia bem se moralmente não levantasse estas dúvidas na Assembleia.

Para mim é sobre o ponto de vista pessoal e político irrelevante que se aprove ou não aprove a adesão à QUALIFICA, mas não podia deixar sobre o ponto de vista moral e ético de chamar a atenção que é necessária mais informação. Estamos a tomar uma decisão precipitada.

Isto em relação ao que o Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela disse.

Em relação às intervenções que aqui houve também sobre isso, elas só confirmaram o que eu disse.

O Presidente da Junta de Vale de Gouvinhas, hoje insiste em chamar-lhe deputado e você não se sentiu tão ofendido quando da outra vez lhe chamei membro da quarta fila, portanto, atenção que o meu querido amigo Rui Sá, (eu não tenho nenhum Vaz no meu subconsciente a incomodar-me) é digníssimo Presidente da Junta, não é deputado, mas nem por isso respeito menos a sua opinião.

E por respeitar a opinião que ele aqui manifestou é que eu sublinho as primeiras coisas que ele disse "apesar de não saber muito bem como esta situação da QUALIFICA funciona, devo dizer". Portanto, o que ele trouxe são os elementos que conhece mas afirmou que sabia muito pouco sobre o assunto. Realmente há aqui falta de informação, ele confirmou aquilo que eu disse.

O Fernando Pilão também, em termos de princípios estamos perfeitamente de acordo. Também acho que sim. O dinheiro que se gasta em promoção dos nossos produtos será sempre pouco. Mas atenção, porque nós podemos gastar metade do dinheiro e fazer muito mais do que pura e simplesmente esbanjar dinheiro.

Eu não posso ver o investimento que faço apenas pelo valor do cifrão em que eu estou a apostar mas pelos resultados práticos que esse investimento vai ter. De alguma forma, também o Fernando Pilão confirmou o que aqui disse.

Ou seja, Sr. Presidente, as pessoas que se pronunciaram sobre este aspecto, confirmaram que se sabe muito pouco. Eu penso que um voto contra não tem o sentido de votar contra a ideia, nem sequer contra a adesão, tem o sentido de diferir esta decisão para uma oportunidade mais adequada.

Muito obrigado

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado também Sr. Deputado.

O Presidente da Mesa regista a sua elegância em atribuir patamares à consciência e fico feliz com isso. Mas não tenha dúvida nenhuma em conhecer o meu amigo de Vale de Gouvinhas.

Presidente da Câmara Municipal:

Só uma breve explicação. Aqui falou-se no Luis Vaz. Se calhar o Presidente da Junta de Vale de Gouvinhas enganou-se e às tantas devia querer dizer o novo Rui Vaz que foi para o Hospital.

Queria dizer em primeiro lugar uma coisa. Cada um tem a sua opinião e são todas válidas. O que aqui foi dito tem tudo razão de ser mas eu quero explicar porque é que isto vem aqui e porque é que a Câmara quer isto aprovado e quem quiser votar a favor, vota a favor, quem quiser votar contra, vota contra.

Deixamo-nos das guerras Direcção Regional da Agricultura e do que possa vir a fazer ou não vir a fazer. Deixemo-nos dos incómodos de quem trabalhou com quem ou é conhecido com quem e vamos ao que interessa que é assim:

Primeiro um esclarecimento:

Associação Nacional de Municípios - não é nada abusivo, por uma questão simples. A Associação Nacional de Municípios Portugueses tem aquele símbolo "ANMP" que representa os municípios que aderirem a esta iniciativa. Têm todo o direito, se aderirem, de se chamarem Associação Nacional de Municípios porque são do país. E é isto que diz, Produtores.

Segundo, dizer a esta Assembleia que queremos estar no início independentemente dos riscos.

Precisamos disto para qualificar determinados produtos no nosso concelho. A Câmara e a Assembleia têm apenas de decidir adesão, embora as pessoas tenham o direito de efectuar as avaliações que bem entenderem.

Significa que quem estiver de acordo com este risco vota a favor e quem estiver contra vota contra.

Deputado Municipal Luís Sousa (Independente eleito pelo CDS/PP):

H 36
[Handwritten signature]

Acrescentando só ao que o Sr. Presidente disse, compreendo perfeitamente, mas acho que de qualquer das maneiras é bom estar no início deste tipo de associações mas é bom também ter objectivos claros daquilo que se pretende dessas associações.

Estou em crer que o Sr. Presidente terá os seus objectivos bastante claros mas talvez não nos tenham sido comunicados da melhor maneira. E um segundo ponto que também é preciso fazer e isto é válido para esta associação como para tantas outras participações da Câmara em associações. É que tem que haver um reporte a esta Assembleia das actividades e das representações que temos e daqui a um ano ou dois, até quatro, enfim, quantos queiram, fazer uma avaliação.

Eu nunca vi aqui ninguém que viesse fazer o reporte da nossa associação aos museus do Douro ou museu daquilo ou daqueloutro, das mil e uma associações que já aprovamos por aqui. Há aqui uma pequena falha que tem que ser corrigida. Deve ser instituído um sistema de reporte e avaliar se os objectivos delineados foram atingidos e se vale a pena continuar ou não.

Presidente da Assembleia Municipal:

Passamos então à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal Humberto Cordeiro:

O resultado é o seguinte:

Votos contra.....0

Abstenções.....15

Votos a favor...45

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 60 membros dos 75 que a compõem deliberou por maioria, com 45 votos a favor e 15 abstenções:
1 - Aprovar a adesão da Câmara Municipal de Mirandela à QUALIFICA – Associação Nacional de Municípios e de Produtores para a Valorização e Qualificação dos Produtos Tradicionais Portugueses;
2 - Dar poderes ao Sr. Presidente da Câmara Municipal ou ao seu substituto legal para a outorga do respectivo contrato de adesão.

PONTO 4.8 – - REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS E LICENÇAS.

Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 29 de Março de 2010 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Aprovar o Regulamento, Tabela de Taxas e Licenças, que se dão por reproduzidos;**
- 2 – Submeter à discussão pública os referidos documentos;**
- 3 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal de Mirandela.”**

Presidente da Assembleia Municipal

Registamos três inscrições: Deputado Rui Magalhães, Deputado Fernando Pilão e o Deputado José Cunha.

Secretário da Assembleia Municipal Rui Magalhães:

Em relação ao Regulamento de Taxas e Licenças, permitam-me dizer o seguinte:

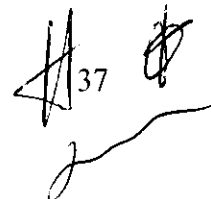
As taxas têm um peso relativo importante no conjunto dos tributos próprios da administração local e embora não representem a sua principal receita tributária, nunca são uma receita dispensável. Pode dizer-se com algum grau de segurança que elas representam em média cerca de 15/20% das receitas tributárias dos municípios portugueses. Elas não deixam de ter importância na angariação de receitas e constituem instrumentos de poder na prossecução das políticas e dos projectos locais.

As autarquias possuem um enorme poder de conformação das taxas, muito maior do que aquele que possuem na conformação dos impostos, sujeitos à reserva da lei parlamentar.

O Novo Regime das Taxas Locais (Lei nº 53-E/2006, de 29 de Dezembro) teve como escopo essencial eliminar as deficiências reconhecidas pela jurisprudência e pela doutrina ao antigo regime, nomeadamente a monocultura do património, a multiplicação e incoerência das taxas, a arbitrariedade, a técnica legislativa deficiente e a falta de fundamentação económico-financeira.

O Novo Regime esclarece que «as taxas das autarquias locais são tributos que assentam na prestação concreta de um serviço público local, na utilização privada de bens do domínio público e privado das autarquias locais ou na remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares, quando tal seja atribuição das autarquias locais, nos termos da lei».

A fixação do princípio da equivalência jurídica e da justa repartição dos encargos públicos constitui a matéria mais inovadora e reformadora do diploma. Além do respeito pelos princípios da igualdade e da proporcionalidade, são introduzidos critérios de incentivo e de desincentivo à prática de certos actos ou operações, até para a prossecução de objectivos de ordem social, económica, urbanística, ambiental ou cultural. A variedade de opções em obediência à realidade e às especificidades locais é enorme.



Está agora perfeitamente delimitada a incidência objectiva e subjectiva das taxas e o conteúdo a que deverão obedecer, sob pena de nulidade, os regulamentos. E aqui assume particular importância técnica e política a fundamentação económico-financeira relativa aos valores das taxas, designadamente os custos directos e indirectos, os encargos financeiros, amortizações e futuros investimentos realizados ou a realizar pela autarquia local.

Pretende-se, dessa forma, evitar que os contribuintes suportem taxas locais com valores alheios ao seu real custo ou ao valor das prestações públicas que lhe são devidas. A quantificação das taxas não poder ser realizada a olho, por aproximação ou por cópia ou comparação com tributos de outros municípios como acontecia até agora.

Não há que esconder que o processo não foi fácil de implementar nos municípios portugueses dada a pesada carga técnica subjacente à elaboração do Regulamento, da Tabela e da Fundamentação, o que obrigou a alterações sucessivas do seu prazo-limite. Há também que reconhecer a importância do apoio de entidades associativas dos municípios e de empresas especializadas que deram um contributo fundamental.

O processo do Município de Mirandela enquadrou-se num processo mais global desenvolvido numa perspectiva intermunicipal mas é adequado e justo reconhecer o esforço e a dedicação da componente política e técnica do Município de Mirandela, que trabalharam sempre em parceria e comunhão de esforços, nomeadamente do Eng. António Branco, do Dr. José Maçaira, do Eng. Luís Pereira, das funcionárias Margarida Barreira e Teresa Teixeira, entre tantos outros, grupo a que também pertenci em determinada fase. Sei que foi um trabalho extenuante e exigente mas também gratificante e motivador, porque daí resultaram taxas mais justas, mais proporcionais, mais adequadas e minimamente consensuais.

Em relação ao valor das taxas apurado em cada município, eles variam muito de acordo com os objectivos e as estratégias de cada um deles e ao que pretendem incentivar e desincentivar. É patente a dificuldade em efectuar análises comparativas de taxas na área do urbanismo porque a diferença de variáveis e nomenclaturas é gritante e não sei se a esse nível a lei atingirá os objectivos de coerência, uniformização e redução quantitativa de taxas noutros municípios.

Eu efectuei essa análise comparativa, contemplando dez municípios, incluindo Mirandela, em relação a treze tipos diferentes de taxas que poderei partilhar com todos, caso tal se venha a justificar adiante. Por agora, fico-me por aqui. Obrigado.

Deputado Municipal Fernando Pilão (CDU):

Eu só pretendia saber se relativamente a este Regulamento houve aumento ou não de receitas e qual é a percentagem de aumento nas receitas relativamente ao Regulamento anterior. Após isso iremos tomar a nossa decisão. De qualquer modo, não há dúvida que é um documento que exige sempre trabalho e também tem que se reconhecer o mérito a quem fez o Regulamento, que tem sempre complexidades técnicas grandes e é sempre de saudar esse tipo de trabalho. Se me poderem dizer qual é o aumento percentual, agradeça.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

Sr. Presidente, tenho dois níveis de questões a levantar.

Um ao nível do ponto de vista formal, na medida em que consultados aqui os municípios próximos, há uns que publicaram o regulamento de taxas no Diário da República, o que não aconteceu em Mirandela, na medida em que disse apenas e depois por causa da consulta pública. Ao nível das datas, os 30 dias contam-se a partir da data da publicação no Diário da República ou a partir da data da aprovação pela Câmara.

A minha preocupação não é no sentido de o Regulamento não ser aplicado mas no sentido de ele poder ser efectivamente aplicado na medida em que poderia depois ser justificada qualquer questão de nulidade.

Em relação à questão de substância, concordo inteiramente com o esforço que isto representou, concordo com a ideia de que tenham sido tomadas medidas de forma mais consciente.

Gostaria que a Mesa pudesse indicar um exemplo de incentivo e um exemplo de desincentivo, pois tanto quanto vi, aplicavam-se os tempos.

Por outro lado, queria perguntar à comissão que trabalhou estes elementos, no que respeita aos tempos efectivos, se levou em conta o chamado coeficiente de produtividade, isto é, vamos contar os tempos como tem sido sempre ou vamos contar os tempos como eles vão passar a ser, com aumentos de produtividade.

São estas as questões que gostaria de levantar. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Obrigado também.

Srs. Deputados, conforme acabaram de ouvir, não é à Mesa que compete responder sobre esses incentivos ou desincentivos, haverá aqui outras estruturas nos órgãos autárquicos. A Mesa rege, orienta e coordena.

Secretário da Assembleia Municipal Rui Magalhães:

Como eu tinha dito, tinha efectuado essa análise, não a efectuei em relação a todos os tipos de taxas, que isso seria um trabalho complexo e moroso. Vou apenas dar um exemplo que eu retirei da tabela de taxas e licenças.

Falando em valores de taxas para três situações diferentes, em que nós aqui podemos ver claramente que há aqui uma medida de incentivo e uma medida de desincentivo.

Por exemplo:

Para uma moradia unifamiliar, antes (isto contando todas as taxas, que elas são cumulativas, eu contei todas as taxas necessárias para determinar um valor final) o munícipe pagava 582,00 € e vai passar a pagar 704,00 €. Há aqui uma diferença de 20,96%, para mais!

Se formos à moradia multifamiliar, o valor a pagar antes era de 1.517 €, vai passar a ser de 1.543,00 €. Há aqui uma pequena variação para mais de 1,71%.

438
J

Se pensarmos na mesma lógica para comércio e serviços, com 182 m2, antes pagavam 523€, agora passam a pagar 491,00 €, há aqui uma diminuição de cerca de 7%.

Logo aqui, claramente vemos que o município pretende incentivar o comércio e os serviços numa política clara de reforço da política de emprego, em detrimento de moradias familiares que servem um número reduzido de pessoas, que têm um menor índice de ocupação por m2 e que ainda por cima têm a agravante de exigir do município um investimento maior.

Eu posso dar o exemplo doutro município, que também vi outros. Por exemplo, os assadores de castanhas em determinados municípios são isentos de qualquer tipo de taxa. É uma forma daquele município incentivar os assadores de castanhas. Há muitos exemplos que podíamos aqui encontrar, 50, 100 exemplos, noutros municípios em que se aplica esta lógica do incentivo e do desincentivo.

Presidente da Câmara Municipal:

Sobre este ponto, Sr. Presidente, eu esclareço já todas as dúvidas postas, com duas ou três ideias simples sobre este projecto e porque é que ele foi feito, que é este.

Não vale a pena estar a enganar ninguém nem estar a dizer se vai ser menos ou se vai ser mais. Interessa é pôr o dedo na ferida e dizer porque é que isto existe e porque é que isto é um imperativo legal.

A questão é esta:

O Regulamento e a Tabela surgem nesta altura porque é um imperativo legal que obrigava à sua aprovação até 30 de Abril para entrar em vigor e ser aplicado no dia 1 de Maio, sob pena de não se poder aplicar a tabela vigente. Sabemos que talvez fosse preciso mais tempo para avaliar devidamente todas as taxas, dada a complexidade da situação mas não havia tempo para isso. Isto quer dizer que as Câmaras Municipais que não tiverem até a partir de 01 de Maio um regulamento em vigor, não podem cobrar nenhuma taxa porque todos os regulamentos são nulos.

O nosso assessor jurídico diz que o prazo conta a partir da deliberação porque era inviável e impossível esperar pela publicação em Diário da República que demoraria mais de um mês.

Não sei se outras Câmaras fizeram diferente ou não mas sei que há Câmaras que até estão a adiar esta reunião - pagando a multa ao Tribunal Constitucional - para dia 08 ou 09 porque não tiveram tempo para fazer o regulamento.

Nós optámos por outra via.

Agora, é preciso dizer que isto é uma obrigatoriedade. A partir de agora as taxas que estavam dispersas por vários regulamentos estão num único regulamento. Todas as taxas foram calculadas com base numa fundamentação económico-financeira rigorosa.

O segundo ponto, e respondendo ao Dr. Pilão nesta questão, vou dizer qual é o aumento que se prevê que tenha em relação aos anos anteriores.

Em primeiro lugar, no ano de 2010 não se espera nenhum aumento significativo e tudo vai depender da actividade económica que gerarem algumas delas.

Mas há uma coisa que eu quero que fique clara para todos: é que estes regulamentos têm um objectivo de sustentabilidade. Isto é, acabou o regulamento de taxas e licenças em que cada Câmara punha lá o que queria sem ter em conta o princípio da sustentabilidade e da equivalência jurídica e económica.

Hoje só se pode prever taxas e licenças que respeitem o princípio do utilizador pagador. A taxa e licença têm que chegar a um ponto em que tem que dar para cobrir o serviço prestado. E aquelas Câmaras que não quiserem andar tão depressa com essa situação, têm de no seu orçamento, mas com estudos justificativos e económicos, de dizer quanto é que especificamente dispõem do seu orçamento para compensar essas taxas e licenças.

Até aqui não havia nada disto. Cada Câmara punha a água ao preço que queria e o saneamento ao preço que queria. Desta vez têm que ter um estudo que sustente esta posição.

Este é o grande princípio que informou o Regulamento e a Tabela das Taxas e que passou a ser obrigatório para todos os Municípios. A prazo todas as taxas vão tentar cobrir aquilo que os serviços custam às pessoas. Quem não quiser ou não puder pagar, tem que socorrer-se de regulamentos de auxílio económico ou social.

As câmaras que quiserem ter as taxas mais baixas do que as câmaras vizinhas, sabem que têm de pôr do seu orçamento determinada verba para aqueles fins.

Eu dou um exemplo:

Nós pagamos por ano 1.100.000,00 € de recolha e tratamento de resíduos sólidos. Com o preço actual só tiramos em termos anuais 560.000,00 €. Isto quer dizer que no futuro, seja lá quando for, em termos de actualização, a tendência natural é fazer um milhão ou um milhão e meio de Euros que custar esse serviço. Se a Câmara não o quiser fazer não o faz.

Agora diz que os 400 mil euros ou 500 mil euros que tem que dispor para esse serviço, tem que fundamentar economicamente que os pode pagar, donde é que eles vêm e que outros bens ficam prejudicados com essa situação.

Esta tabela de taxas vai ajudar economicamente a pelo menos qualquer município fazer uma ideia económica sobre a sustentabilidade de determinado serviço que se preste e o valor real que ele terá em termos de custo.

Os dois exemplos que aqui pediram, um que possa ser de discriminação positiva, outro discriminação negativa, no próprio regulamento – se virem o zonamento por áreas - vêem por exemplo na área antiga de Mirandela. Quem construir pagará 75% da respectiva taxa mas quem construir em área consolidada pagará 100%. Quem construir em área de expansão já vai ter que pagar 120% porque as infraestruturas e o resto custam para depois fazer a ligação. Há aqui um incentivo positivo à área histórica, ao centro histórico e à área antiga de Mirandela.

Outro exemplo tem a ver com as freguesias. No espaço urbano a taxa do princípio geral é 100% mas nas freguesias mais perto de Mirandela será 75%. Chama-se o rural 1 e nas mais afastadas são a rural 2 e só pagam 50% da respectiva taxa. Isto são dois exemplos simples do regulamento que tentámos fazer. Vão perguntar se ele é justo ou injusto mas não se vai conseguir perceber nesta altura. Juntámo-nos vários municípios mas as variáveis são tantas que só com a aplicação deste regulamento e das receitas cobradas é que é possível ter respostas mais concretas e saber se correspondem a este princípio de sustentabilidade a médio e longo prazo.

H39
[Handwritten signature]

Deputado Municipal Luís Sousa (Independente eleito pelo CDS/PP):

Nós tivemos a oportunidade aqui uma vez discutir a questão das taxas de ocupação do subsolo e ficou dito numa intervenção que fiz relativamente aos preços do gás natural e do facto de as empresas passarem a incluir a taxa na facturação de gás aos utentes e segundo me recordei, ficou aqui referido pelo Sr. Presidente que não iria apresentar uma taxa de ocupação de subsolo. Eu, tanto quanto vejo aqui na relação de taxas, aparece (agora gostava que me esclarecesse, posso às vezes estar induzido em erro) "instalações no subsolo por m2 por ano ou fracção, dois euros".

Gostava que me esclarecesse.

Presidente da Câmara Municipal:

Eu disse e garanti que no ano de 2010 não aplicava a respectiva taxa. Contudo, tenho que a prever no respectivo regulamento e tem o mesmo preço que as entidades que a estão a cobrar.

Portanto no ano 2010 esta taxa não terá efectividade, que não a vamos cobrar.

A partir de 2010 não temos nenhuma alternativa, porque neste princípio da sustentabilidade temos que a cobrar.

Presidente da Assembleia Municipal:

Então estamos agora em condições de votar.

Quem vota contra? 1 voto contra do Deputado Fernando Pilão.

Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal Humberto Cordeiro:

O resultado da votação é o seguinte:

Votos contra....1

Abstenções.....4

Votos a favor..58

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 63 membros dos 75 que a compõem, deliberou por maioria, com 58 votos a favor, 4 abstenção e 1 voto contra, aprovar o Regulamento, Tabela de Taxas e Licenças.

PONTO 5 – OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO

Presidente da Assembleia Municipal:

A palavra ao Sr. Deputado Fernando Pilão. Temos 5 inscrições.

Deputado Municipal Fernando Pilão:

Como sabem apresentei uma moção no início desta Assembleia Municipal. Posso lê-la neste ponto? Vocês lêem? Então passo à frente.

Relativamente a este aspecto, estou à espera que o Sr. Presidente da Câmara me responda a umas questões concretas que pus aqui. Ele foi adiando sucessivamente e entendemos que são questões importantes para o Município. Não sei se estava com intenção ainda de me responder. Falei aqui directamente e fiz perguntas directamente.

Espero que ainda me responda, se tem resposta naturalmente porque pode não ter sobre aquilo que eu disse. Se quiserem posso repetir o que disse e pelo menos duas: quando abre a linha do Tua e em que situação está o complexo desportivo, ou seja, quando começam as obras?

Tenho outras questões que pus aqui e também gostaria de ver respondidas porque uma coisa é não responder porque não se quer, que não será o caso, ou não se pode, ou não se tem elementos e se assim for, nós traremos as perguntas por escrito, que apresentaremos aqui e depois deverão ser respondidas.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais, Srs. Presidentes das Juntas, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Uma pequena nota prévia.

No período da manhã, o Sr. Presidente da Câmara teve a amabilidade e a gentileza de me indigitar para um cargo governamental. Quero-lhes dizer que já tive oportunidade de lhe agradecer pessoalmente mas como a indigitação foi pública quero aqui publicamente agradecer-lhe essa indigitação.

E já agora quero que ele me permita dizer que o Sr. Presidente sabe que eu sei que sabe que da mesma massa se fazem.

Entrando agora nos outros assuntos para o interesse do Município, duas questões me trazem aqui que são as mesmas da última Assembleia Municipal. As duas questões que me trazem são a estrada dos Avidagos e já agora quero dizer que a estrada dos Avidagos, pelo menos entre Avidagos e Abreiro, parece-me que vai a bom ritmo. Faço votos que se conclua e dou os parabéns porque está a ser realizada.

Mas já agora uma pequenina nota relativamente a ao meu desconhecimento de quem é que faz a fiscalização das obras. Não era mau melhorar a sinalização porque eventualmente pode haver ali um acidente.

A segunda questão tem mais a ver com o Sr. Vice-Presidente, Sr. Eng.º Almor Branco e que se refere à Rede de Banda Larga. Da última vez também coloquei aqui uma questão que é esta, que resumo muito sinteticamente.

Nós para o nosso lazer temos oportunidade na zona urbana de Mirandela de termos uma velocidade de net de 20 MB. Na zona industrial, para trabalhar, temos no máximo entre 6 a 8 MB e, curiosidade das curiosidades, vemos passar uma linha de fibra óptica para Cedainhos da PT que permitiria termos 100 MB. Vejam qual é a questão.

Há um ano que eu ando a solicitar que a Câmara faça uma simples carta, que não custa dinheiro, para a PT a dizer que é de interesse para a fixação de novos investidores e a manutenção dos investidores existentes que se faça a ligação da fibra óptica da PT – não tem nada a ver com a Rede da Banda Larga, isso é uma grande confusão e eu quero crer que é por desconhecimento do Eng.º Branco – à Zona Industrial. Isso viria a ajudar à manutenção dos investidores que estão e eventualmente à fixação de outros. Ou então a Câmara que me diga que não faz essa carta porque não quer fazer.

Se o Eng. Branco não o quer fazer que o diga aqui porque ele já aqui garantiu que o fazia e não fez. Eu gostava que assumisse de uma vez por todas porque é que não faz, o que é que tem contra os investidores e o que é que tem contra a sociedade civil.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

Sr. Presidente, na última reunião do Executivo (12/04/2010) houve uma situação que me deixou confuso e que tem a ver com um diálogo com o Sr. Vereador João Casado que perguntou qual era o valor em 2009 da receita de capital em bens de investimento. Foi respondido o valor de 394.649,69 €. Que valor é este?

O Sr. Vereador António Branco esclareceu que esse valor seria de juros de capital ou aplicações financeiras e são receitas que não são directamente relacionadas com a actividade. Refere-se a receitas que não estão tituladas na aplicação do POCAL. E o Sr. Vereador José Maçaira disse: esse valor refere-se à venda do terreno do Hospital Terra Quente, SA.

Ora, esta Assembleia autorizou na sequência da reunião do Executivo de 02/01/2008 a venda de terreno, com tantos m2, inscrito, etc., pelo valor de 475.000,00 €, valor estimado por uma avaliação independente, feita pelo ROC. Este terreno destinava-se ao fim específico da construção do Hospital Terra Quente.

Como não tive acesso às contas do Hospital Terra Quente e como também não consegui ver nas contas onde é que isto está, eu pedia esse esclarecimento. Muito obrigado.

Deputada Municipal Otilia Lima (PSD):

Muito boa tarde Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara e Exm.ª Assembleia, elementos presentes. Não tendo eu nenhuma relação com a segurança, no entanto, presumo que posso deixar aqui uma chamada de atenção a uma construção que está a decorrer a alguns meses em Mirandela, nomeadamente o Hospital Terra Quente.

Presumo eu (e corrigir-me-ão se for o caso), as gruas que estão a construir esse empreendimento não têm durante a noite nenhuma sinalização. Penso que é necessária e obrigatória por lei e por questões de segurança. Acho que seria indispensável corrigir essa mesma situação. Muito obrigada.

Deputado Municipal Luís Sousa (Independente eleito pelo CDS/PP):

Como tinha referido na minha intervenção ao início, submetemos o texto para apreciação dos vários grupos na Assembleia, acolhi as sugestões que me fizeram chegar e vou então ler a moção de recomendação e depois submetemos a votação.

Moção de Recomendação

Considerando que a violência nas escolas é um problema recorrente, complexo e multifacetado, que coloca à prova a capacidade de resposta das escolas e das comunidades envolventes;

Considerando que se trata, em muitos casos, de um problema dificilmente perceptível para os vários actores sociais com responsabilidade nesta matéria;

Considerando que o combate à violência nas escolas passa pela definição de uma estratégia integrada de controlo assente na detecção e repressão deste tipo de práticas e comportamentos e na redução dos factores que propiciam a sua ocorrência;

Considerando que as políticas de controlo passam pela articulação a diferentes níveis de governo, de um conjunto alargado de medidas: algumas em sede legislativa e de regulamentação; outras de natureza curricular; outras ainda de natureza mais política e estratégica, ao nível do projecto educativo, das reformas institucionais e da formação dos intervenientes com responsabilidades no domínio da educação,

Considerando que a prevenção da violência e a optimização da convivência nas escolas é um dos ideais escolares deste milénio,

Relembrando que as actividades escolares devem ser estruturadas de acordo com os princípios fundamentais da nossa democracia, consignados na Constituição da República, na Declaração Universal dos Direitos do Homem e na Declaração dos Direitos da Criança (*Adoptada pela Assembleia das Nações Unidas de 20 de Novembro de 1959*) que no seu artigo 7º determina que à criança “Ser-lhe-á propiciada uma educação capaz de promover a sua cultura geral e capacitá-la a, em condições de iguais oportunidades, desenvolver as suas aptidões, sua capacidade de emitir juízo e seu senso de responsabilidade moral e social, e a tornar-se um membro útil da sociedade.”

A Assembleia Municipal de Mirandela, na sua reunião de 30 de Abril 2010, delibera:

Recomendar à Assembleia da República que legisle no sentido de se criarem/reverem instrumentos que coloquem as escolas ao centro de uma estratégia comunitária de prevenção e de optimização da convivência escolar, que promovam uma pedagogia de maior responsabilização dos encarregados de educação, e clarifiquem a responsabilidade e articulação dos vários elementos da comunidade educativa na sua intervenção escolar.

Enviar esta Recomendação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República e Líderes dos Grupos

Parlamentares e ao Exm.º Director da DREN.
A Assembleia Municipal de Mirandela.

Secretário da Assembleia Municipal Rui Magalhães:

Também vou procurar ser rápido.

Aproveitando aqui a presença na Assembleia Municipal queria dizer (porque neste momento ainda sou Secretário do Conselho Municipal de Segurança) que o Sr. Presidente da Câmara, em representação do Município de Mirandela, iniciou o processo para reactivar o Conselho Municipal de Segurança. Decorrido que foi o mandato, justificava-se pedir de novo às 26 instituições que fazem parte do Conselho Municipal de Segurança a indicação de um representante para o integrar. Para quem não conheça ou ainda não tenha ouvido falar do Conselho Municipal de Segurança, posso dizer que é uma entidade de âmbito municipal que tem funções de natureza consultiva muito importante no âmbito da segurança, da marginalidade, da criminalidade e da exclusão social.

Como eu disse, fazem parte desse Conselho Municipal 26 representantes de 26 instituições. Até ao momento temos conhecimento apenas de representantes de 13 instituições e eu aqui, se me permitem, pediria ao CDS/PP e ao PS, se possível ainda hoje, que me indicassem um nome para integrar o Conselho Municipal de Segurança. Se tal não for possível ainda hoje, que poderá até ser objecto de algum diálogo entre vocês, que o indiquem tão cedo quanto possível. Embora a Câmara já tenha enviado o respectivo ofício a solicitar a indicação e ainda não recebemos qualquer indicação por parte do CDS/PP e do PS.

Da CDU, penso que não haverá necessidade, porque o representante da CDU será o Deputado Fernando Pilão.

Em relação a outros assuntos, queria começar por me congratular com uma boa prática que foi adoptada recentemente por seis freguesias, sendo três de Vimioso e três de Bragança, que se resolveram unir para poder dessa forma captar fundos comunitários e construir infraestruturas de interesse para as seis freguesias.

É um assunto que eu até já discuti várias vezes com algumas pessoas, inclusivamente com o Deputado Jorge Pereira. Vale a pena pegar nesta boa prática e pensar em soluções ou em respostas conjuntas de várias freguesias para problemas que sejam comuns.

Já não poderei ser tão simpático relativamente a declarações recentes do Ministro das Finanças, que considero lamentáveis, ao comparar o pagamento das remunerações dos Presidentes de Junta a dar money for the boys, revelando uma profunda ignorância do que é o trabalho dos autarcas que não são eleitos pelos partidos políticos mas são pelo Povo em eleições democráticas.

Uma palavra também positiva para a Junta de Freguesia de S. Pedro Velho que no próximo fim-de-semana, 01 e 02 de Maio, vai organizar a II Feira do Vinho e do Morango. Tenho a certeza que eles gostarão de contar com a presença de todos nós nessa feira importante de promoção de dois produtos da sua freguesia.

Também uma palavra de apreço para o lançamento dum livro intitulado "Mirandelês" que decorreu também no dia 24 de Abril, da autoria de Jorge Golias, Jorge Laje, João Rocha e Hélder Rodrigues.

Vale a pena ler este livro. Acho que é engraçadíssimo e quem teve oportunidade de assistir, de certeza que partilha da minha opinião positiva.

Finalmente, congratulo-me também com a realização de um seminário no dia 25 de Abril, organizado pela Cooperativa dos Produtores do Mel da Terra Quente e Frutos Secos, sobre a apicultura e o mel, sendo certo que este Mel da Terra Quente está reconhecido já há mais de 10 anos como um produto DOP. Também os meus parabéns por esta iniciativa excelente de promoção de um produto que também é importante na nossa região.

Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado também.

O Sr. Presidente quer naturalmente dar uma explicação ao que aqui foi dito.

Presidente da Câmara Municipal:

Tenho que responder a algumas questões Sr. Presidente senão depois dizem que eu não sei responder a algumas. Responderei por escrito quando não souber responder neste momento.

Eu queria dizer ao Eng.º Baltazar que eu não disse indigitado. A minha consideração e apreço é tal que eu se pudesse e tivesse o poder nomeava-o logo, não o indigitava.

Em relação à pavimentação da estrada de Abreiro, em vez de começar no cruzamento dos Avidagos comecei por Abreiro.

Em relação ao Deputado Fernando Pilão, dizer-lhe que também eu não sei quando abre a Linha do Tua. A única coisa que lhe posso dizer é que já perguntámos 20 ou 30 vezes, já escrevemos 16 ofícios, já tivemos 5 reuniões com o Conselho de Administração e ninguém nos consegue dizer quando reabre a Linha do Tua. E pior do que isso é que sabemos que não reabre de certeza absoluta tão depressa porque eu ainda não vi fazer uma única obra na linha do Tua, naquela questão da segurança, desde o Tua até Mirandela. É isto que lhe posso dizer, porque não posso dizer mais.

Quanto às obras do Complexo Desportivo, o que lhe posso dizer é que estamos na negociação dos terrenos e já vamos em três. Pode ser que com calma se chegue ao resto.

Em relação ao Eng.º Baltazar, sobre a Banda Larga, essa tenho que lhe responder por escrito. Para já não está o Eng.º Branco e eu também não quero saber o que ele disse ou não.

Eu vou mandar responder por escrito e na próxima Assembleia lemos alto a toda a Assembleia que é para que não fiquem mais dúvidas sobre essa matéria. Que algum problema tem que haver mas não sei qual é.

Em relação ao Deputado José Cunha, dizer-lhe que na reunião de 12 de Abril houve de facto essa dúvida que foi apresentada. A questão está esclarecida, é do terreno do Hospital e vou dizer-lhe como se fazem as contas, para depois consultar os seus documentos.

42
15

Foi paga uma percentagem no ano anterior e outra no ano seguinte. Se somar as duas dá os 475.000,00 Euros porque foi feito pelo Revisor Oficial de Contas e não podia ser doutra forma. Também já foram recebidos na totalidade, têm que estar nos dois orçamentos contabilizados.

Em relação à Dr.ª Otilia, dizer-lhe que o HTQ tem um plano de segurança aprovado pela entidade respectiva.

Queria terminar esta sessão de esclarecimentos com um pedido de desculpas porque eu já vi que os funcionários não anexaram os documentos das tais sociedades participadas que já tinham as contas aprovadas, nomeadamente o Metro Ligeiro de Mirandela e a Sociedade Anónima do Cachão. Serão enviados para que possam ter conhecimento dessas situações.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado. Antes de lhe dar a palavra, Deputado Fernando Pilão, deixe-me também aqui informar a Assembleia sobre a Linha do Tua porque na semana passada participei num debate no Porto e sei de fonte segura que a linha, os carris e a parte férrea já foram levantados, o que mereceu uma participação na Guarda Nacional Republicana e julgo que também uma providência cautelar sobre o efeito. Se não há carris, os comboios não podem deslizar.

Deputado Municipal Fernando Pilão (CDU):

Relativamente à intervenção do Sr. Presidente da Câmara, realmente ele confirmou aquilo que eu disse.

Se eu não viesse aqui neste período dizer que ele não me respondia, não me respondia, porque só respondeu às duas questões que eu pus aqui neste momento e eu no Período Antes da Ordem do Dia não falei só sobre a Linha do Tua e o Complexo Desportivo. Requier informações sobre uma série de questões que continua a não responder.

Eu tenho razão quando digo que por vezes o Sr. Presidente não responde. Pode ser por não querer ou por aquilo que entender. Eu estou mandatado para vir aqui fazer perguntas. Foi para isso que fui eleito e, portanto, acho que mereço algum respeito democrático no sentido de me informarem sobre aquilo que eu aqui venho perguntar.

Por exemplo, em relação a esta questão da Linha do Tua. Acho que é evidente que as explicações que foram aqui dadas são úteis para toda a gente e era isso que eu queria chamar a atenção. Quando digo que posso pedir as informações por escrito, posso mesmo. Posso fazer perguntas por escrito à Câmara e a Câmara tem a obrigação, tanto política como legal, de responder porque se não as der aqui nesta Assembleia tem de dá-las noutra sítio.

Presidente da Assembleia Municipal:

Ó Sr. Deputado, a Mesa regista que tem havido sempre respeito, não digo democrático, mas rigorosamente é o respeito institucional e o respeito pessoal que está à frente de tudo isso ou antecede tudo.

A Mesa nunca registou qualquer falta e porventura se o Executivo não respondeu foi porque não pôde ou não teve possibilidade.

Sobre a questão da Linha do Tua, nós ficamos muito felizes de crescer algum tipo de informação porque se há uma palavra justa que possa ser dita em voz alta sobre esse episódio da Linha Ferroviária do Tua e do Vale do Tua, em que nós tanto nos envolvemos, permita-me Sr. Deputado Fernando Pilão "tanto nos envolvemos", eu julgo que o Município de Mirandela e a sua população esteve bem à frente e é pena que sobre uma questão dessas, que é uma questão não do Concelho, mas do interior nordestino, não tenham envolvido os demais Municípios, porque não ficou decidido de facto se a importância da obtenção do acréscimo de energia hidroeléctrica será um superávit, se ultrapassará as benfeitorias que doutro modo podiam resultar para a região e para a sua população.

Presidente da Câmara Municipal:

Tem razão o Sr. Deputado Fernando Pilão. O período da manhã prolongou-se de tal ordem que não vi algumas questões que tenho aqui mas tenho muito gosto em responder-lhe.

Uma delas que me pôs, não só tenho interesse em responder-lhe, como todos saibam a respectiva resposta, até porque tem havido aí algumas confusões nessa matéria. Tenho aprendido ao longo destes anos algumas coisas na política e então nos últimos debates da Assembleia da República tenho aprendido imenso à não resposta de perguntas, mas não é por isso que eu não respondi.

Em relação ao 25 de Abril que me pôs e que fez a moção, também digo "Viva Abril", por aí não precisava de resposta. Mas há uma questão que pôs e acho que é responsabilidade política da Câmara Municipal. Tem a ver com a questão do acidente ou do eventual acidente, quando falava na Escola Luciano Cordeiro.

Eu não queria falar disso porque acho que é um assunto que não deve ser falado nesta altura. Todos os inquéritos estão a decorrer mas há duas ou três coisas que eu quero que fique claro. Antes de tudo, é preciso conhecer o protocolo a transferência de competências do Ministério da Educação para a Câmara e eu passo a explicar em termos muito simples.

É verdade que a Câmara tem competência para a construção e manutenção das escolas do 1º Ciclo. Através de um protocolo assinado entre o ME e a CMM, esta assumiu despesas pedagógicas e manutenção da respectiva Escola Luciano Cordeiro até ao montante de 30.000 euros anuais. A responsabilidade da escola e do parque escolar é da DREN/Ministério da Educação. E passou também o pessoal não docente para a alçada do Município. Daí as confusões que vieram daqui.

O que é que passou, para vocês perceberem facilmente.

Antes de Junho do ano anterior, os funcionários não docentes da escola eram da responsabilidade do Ministério da Educação mas a gestão desses funcionários era da própria escola e do órgão executivo da própria escola.

Onde há aqui a diferença? É que o organismo a quem juridicamente pertencem não é o Ministério da Educação, é a Câmara Municipal. Mas quem gere esse pessoal em todas as suas vertentes é a Direcção da escola e a Câmara não tem nenhuma competência nem nenhuma responsabilidade na gestão do pessoal no dia-a-dia. Isto que fique claro e objectivo para que não haja aquelas dúvidas sobre o pessoal que mete ou não mete a Câmara. Esta assumiu 121 funcionários dos dois agrupamentos que foram transferidos para a Câmara Municipal.

A 43
b
J

A avaliação desses mesmos funcionários nem sequer é da Câmara mas da Direcção da escola. Se assim é, significa que não é a CMM quem dá ordens ou distribui o trabalho do dia a dia mas sim a Direcção da Escola.

Perguntam-me então? Mas porque é aquela notícia que anda para aí da introdução do inquérito ao funcionário que estava na portaria? Eu respondo em termos simples e o Dr. Pilão que é advogado percebe isto melhor do que ninguém.

Cada vez que se faz um inquérito em determinada instituição e o Ministério da Educação fez um através da Inspeção-Geral da Educação, tirou as respectivas conclusões naquilo que lhe dizia respeito e depois fez o que fazem todos os tribunais. Tiram certidões daquelas pessoas ou daqueles intervenientes que no inquérito foram detectados, mas que não pertencem a essa instituição. E então o que fez a Inspeção-geral do Ministério da Educação? Em relação aos professores e à Direcção da Escola que é deles, tirou as respectivas ilações. Não me compete a mim discutir se bem, se mal. Foi o inquérito que lá estava e cada um aceita as conclusões do inquérito e depois deu ou mandou para a Câmara Municipal, uma certidão desse inquérito, onde diz:

"Em relação ao funcionário que naquela altura estava na portaria, vai aqui a respectiva declaração para que se instaure um procedimento de inquérito".

A Câmara Municipal, imediatamente, nem podia ser o contrário, depois de receber a respectiva certidão da Inspeção, deu seguimento, não para se abrir um processo disciplinar mas para que se fizesse um inquérito.

Decorrido o inquérito, chegou-se à conclusão que alguns factos que se lá passaram e que estão comprovados pelos próprios alunos, que saíram pelo portão e isso tudo, tinha que seguir-se um processo disciplinar, porquê? Porque o processo disciplinar não incrimina ninguém, antes pelo contrário. Agora é que se vai apurar se a responsabilidade era do funcionário ou se não era ou se há ou não atenuantes.

Isto para explicar que não foi a Câmara (como dizem) que instaurou um inquérito ao funcionário. Foi a certidão da Inspeção-Geral do Ministério da Educação que mandou para a Câmara, como entidade que tem juridicamente o pessoal, para tratar este assunto.

Acho que não se deve culpar uma pessoa que não tem a responsabilidade toda. Por isso eu disse que há vários factores a ter em conta. Eu não tenho culpa que estivesse lá a portaria. Não fui eu que a lá pus, não era da minha responsabilidade a portaria lá e o telefone ao lado. Agora, detectadas, podem servir de atenuantes ao processo que está em curso.

Em relação ao registo dos poços, posso dizer-lhe que fizemos um acordo com a ARH para que as Juntas de Freguesias pudessem efectuar nas suas freguesias esse registo. Isto para quê? Para que todo o concelho possa ser servido e depois não haver as tais multas que vão ser aplicadas pela Brigada do Ambiente, a partir de 31 de Maio.

Em relação ao talude de cimento, já respondi. É uma preocupação que fica aqui e que irei ver como é que se resolve isso.

Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):

Queria dizer, em relação à proposta apresentada pelo Sr. Deputado Luís Sousa, que nós estivemos a ler mas como o nosso grupo parlamentar é bastante extenso, era impossível reunir e tirarmos uma decisão da nossa maneira de voto. Independentemente da liberdade de voto que cada um tem, os responsáveis da bancada do PSD entendem que o PSD deve votar favoravelmente esta proposta.

Presidente da Assembleia Municipal:

Vamos ler a proposta da CDU, já que a proposta do CDS já foi apresentada e teve um esclarecimento da parte do grupo municipal do PSD. O Deputado Rui Magalhães vai ler então a moção da CDU.

Secretário da Assembleia Municipal Rui Magalhães:

Diz a moção apresentada pela CDU:

"Comemora-se o 36º aniversário da Revolução de Abril, um dos momentos mais altos da vida e história do Povo português e de Portugal, o maior acontecimento da sua história do século XX.

A Revolução de 25 de Abril de 1974 pôs fim a 48 anos de ditadura, às guerras coloniais e ao colonialismo, à censura e às prisões políticas. Instaurou as liberdades, as conquistas sociais e laborais, o poder local democrático, aprovou a Constituição da República, que consagrou o Regime Democrático.

Por tudo isso a Assembleia Municipal de Mirandela, reunida em 30 de Abril de 2010, decide:

Saudar os Capitães de Abril e o Povo Português por este dia histórico, dia que está na memória de todos, pelos valores de Liberdade e Democracia que transmite.

Enviar para os órgãos de comunicação social, regional e nacional."

Presidente da Assembleia Municipal:

Então vamos votar já esta proposta:

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Está aprovada por unanimidade

Deputada Municipal Otilia Lima (PSD):

Vou-me abstrair dos cumprimentos formais à Mesa nesta minha segunda intervenção.

É sobre a moção que se vai votar apresentada aqui pelo Deputado Luís Sousa.

O que eu pretendo dizer é o seguinte: eu louvo a iniciativa desta recomendação, penso que é assim que se chama. Mas de qualquer maneira julgo que ela é um bocadinho teórica, ou seja, poderia ser bastante mais melhorada,

44
B
[Handwritten signature]

se fosse caso disso. Não sei se será altura de a melhorar, se se pode votar e depois melhorar. E porquê? No sentido de que ela tem de ser mais prática, isto é, tem aqui algumas recomendações, nomeadamente em relação aos encarregados de educação e em relação à prática de convivência na escola.

Julgo que o problema foi suscitado e bem. Foi oportuno e com tudo isso eu concordo.

No entanto, acho que os docentes e qualquer recomendação que se faça à Assembleia da República, deverá ter em conta - senão peca por incompleta - a opinião dos professores e o sentir dos professores porque eu já tive oportunidade de dizer, já tenho alguns anos também de ensino, que me sinto cada vez mais incapacitada para exercer a minha função como docente. Porquê? Porque a indisciplina - e o mote da moção julgo que é também esse - é cada vez maior e não se pode ser professor sem exigir e haver regras, sem haver uma definição de regras na escola e a definição dessas regras passa pelas várias instâncias. Passa pela Direcção, passa pelas Instituições, passa pelo Ministério da Educação e passa se calhar também um pouco por um cheirinho de mais recomendações, também através desta moção à Assembleia da República.

Acho que temos de ser mais incisivos na exigência e no cumprimento de regras, no melhor esclarecimento das funções de professor. O professor não pode continuar a ser uma amálgama de profissões e, portanto, acho que essa moção poderia eventualmente ser melhorada nesse sentido. Não sei se concordam comigo os criadores da recomendação mas eu julgo que não nos poderemos esquecer disso, senão continuamos sempre com o mesmo problema e os professores têm aqui um papel muito importante e não podemos esquecer-nos da palavra deles.

Quando esta recomendação chegar à Assembleia da República, pelo menos que não se faça nada sem haver representações de professores a estarem presentes nessas negociações. Julgo que fui clara quanto ao meu objectivo.

Presidente da Assembleia Municipal:

Obviamente que está uma moção apresentada que a Mesa acolheu e foi aprovada, não está em discussão porque a Mesa tem a certeza que ela foi contactada pelos diversos grupos municipais.

De resto, foi público, com a intervenção do Sr. Deputado Humberto Dinis, que cada deputado tem a sua liberdade de voto. Que fique muito explícito que, não obstante, o grupo municipal que aqui representa ter uma orientação de voto.

O que a Sr.ª Deputada aqui disse e que a Mesa acolhe é a discussão, mas a discussão agora está um pouco fora do seu tempo.

Penso que ela está em condições de ser votada e cada deputado, como já aqui foi dito pelo representante do Grupo Municipal, poderá fazer a sua declaração de voto verbal ou escrita.

O Sr. Deputado Luís Sousa quer acrescentar alguma coisa sobre isto? Mais nada, estamos em condições de votar?

Quem é que vota contra?

Quem se abstém?

Está aprovada então por unanimidade

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, deliberou por unanimidade, aprovar a Proposta apresentada pelo grupo municipal do CDS/PP:

PONTO 6 - PÚBLICO – 2.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO.

Presidente da Assembleia Municipal

O último ponto é a intervenção do público e a Mesa perguntava se está algum Sr. Múncipe que queira usar da palavra? Vejo lá no fundo um braço que se levanta. Não precisa de se identificar, já tínhamos saudades. Seja bem-vindo. A palavra para o Múncipe David Garrido.

Múncipe David Garrido:

O que me traz aqui é essencialmente aquela discussão e aquela explanação que fez o Sr. Presidente da Câmara sobre o Regulamento das Taxas.

Eu há cerca de 30 anos que tenho uma casa que nunca teve infiltrações de água. Andaram lá os homens da TV Cabo, os homens do gás e este ano acordei com a cave alagada. Não sabia o que se passava. A água era limpa e fui à Protecção Civil porque está no mesmo edifício com a parte da salubridade urbana e foram rápidos a mandar lá alguém.

Chegaram lá e disseram que não podiam fazer nada, porque não cabiam as mangueiras que eles levavam. Disseram para eu chamar os bombeiros. No dia seguinte voltaram a aparecer com uma mangueira e tiraram a água em meia hora. Eu não sabia se tinha rebentado algum cano ou que é que tinha acontecido.

Perguntei como era para pagar e disseram-me para passar pelo GAM. Paguei 60 Euros. As taxas estão assim definidas. Fui ao site da Câmara para ver a discussão do Regulamento das taxas e não consegui abrir.

Não sei se é possível ou não, uma vez que foram reunidos todos os regulamentos num só, se é possível (não sei se é extenso se não é) incluir aquilo numa agenda municipal, nem que seja uma agenda extra, ou se é possível a Câmara pôr à disposição dos muncípes.

Era isto o que eu pretendia. Muito obrigado.

Presidente da Câmara Municipal:

Ou na Internet ou noutra sítio qualquer, acho que os muncípes podem ter conhecimento disso.

Presidente da Assembleia Municipal:

Não registamos mais nenhuma inscrição e portanto damos por terminada a nossa Assembleia.

(Acta n.º 03/2010, de 30 de Abril de 2010)

-45-

Presidente da Assembleia Municipal:

Algum Muniçe está presente e pretende usar da palavra neste 2.º período aberto ao público? Não vejo ninguém. Então nessa circunstância, damos por terminada a nossa sessão.

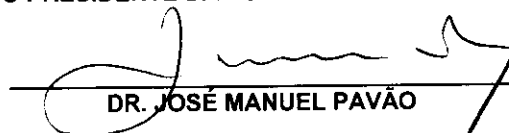
Um bom fim-de-semana para todos.

Nos termos do número 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, foi deliberado aprovar a acta desta reunião, em minuta, para surtir efeitos imediatos, para o que foi a mesma lida e achada conforme por todos os Deputados Municipais presentes pelo que foi deliberado aprovar a mesma.

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada encerrada a sessão eram dezassete horas, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários, nos termos da Lei.

Mirandela, 14 de Junho de 2010

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL



DR. JOSÉ MANUEL PAVÃO

O PRIMEIRO SECRETÁRIO



DR. RUI FERNANDO MOREIRA MAGALHÃES

O SEGUNDO SECRETÁRIO



DR. HUMBERTO ANTÓNIO CORDEIRO